



ESCOLA SUPERIOR
DE **COMUNICAÇÃO SOCIAL**

MULHERES E CIDADANIA NA REVISTA *MODAS & BORDADOS*. REPRESENTAÇÃO DE UM PERCURSO DE MUDANÇA ENTRE 1928-1947

MARILINE DIREITO RODRIGUES

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA A
OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM JORNALISMO

Trabalho realizado sob a orientação de:

Professora Doutora Filipa Subtil

Professora Adjunta na Escola Superior de Comunicação Social

LISBOA, OUTUBRO DE 2016

Declaração

Declaro ser a autora do relatório que apresento e que o mesmo corresponde a um trabalho original. Todas as citações estão devidamente identificadas. Tenho consciência que o plágio constitui uma grave falta de ética e disciplinar e que pode levar à anulação do trabalho.

Lisboa, 27 de outubro de 2016

A candidata,

Resumo

A presente dissertação tem como campo de observação a *Modas & Bordados*, uma revista dirigida às mulheres que, durante a vigência da ditadura militar e do início do regime autoritário do Estado Novo, se destacou por dar voz nas suas páginas à luta pelos direitos das mulheres. A linha orientadora desta pesquisa é, assim, discutir o papel e a influência que teve nos processos de resistência ao poder cultural do regime, em particular à visão dominante do que era ser mulher em Portugal.

Entre 1928-1947 (período analisado), e sob a direção da jornalista e escritora Maria Lamas, a revista ousou introduzir novas temáticas associadas a uma nova visão de mulher, que questionavam os padrões tradicionais e conservadores.

Para a prossecução dos objetivos desta investigação, optou-se por uma estratégia metodológica assente numa análise de conteúdo aos conteúdos da revista que visavam uma mulher moderna, culta e independente. Deste modo, analisaram-se uma série de textos, que versavam assuntos tão importantes como os direitos da mulher no campo político, social e cultural.

A principal conclusão que se pode retirar é que a *Modas & Bordados* levou muito a sério a responsabilidade do jornalismo na constituição de uma esfera pública plural. Este periódico desempenhou, na imprensa feminina, um papel educativo crucial para a construção de um novo discurso sobre o papel da mulher na sociedade portuguesa, fortemente ancorado nas lutas e conquistas que já vinham a ser feitas em alguns países da Europa Ocidental e nos EUA.

Palavras-chave: *Modas & Bordados*; imprensa feminina; Maria Lamas; feminismo; cidadania.

Abstract

The following master thesis chooses as field of observation the magazine *Modas & Bordados*, a female oriented publication which, during the time span of the military dictatorship and the beginning of the authoritarian regime Estado Novo, was known for acknowledging the fight for women's rights throughout its pages. The guiding line of this research is, therefore, to discuss the role and the influence that the magazine had regarding the resistance to the cultural power of the regime and, in particular, to the dominant idea of the female role in Portugal at the time.

Between 1928 and 1947 (period under consideration), and under the direction of the journalist and writer Maria Lamas, the magazine dared to introduce new topics related with a new vision of the women, putting into question the traditional and conservative standards.

In order to pursue the goals of this research, the methodological approach chosen is set in a substance analysis to the contents of the magazine that concerned a modern, intelligent and independent woman. Thereby, a number of texts concerning issues as women's rights on a political, social and cultural level were analyzed.

The main conclusion to be drawn is that *Modas & Bordados* took with great seriousness the responsibility that journalism has in the establishment of a plural public sphere. This publication had, regarding the female oriented press, a crucial and instructive part in constructing a new debate towards the role of women in the Portuguese society, heavily anchored on the struggle and achievements that were already in motion in some countries in western European countries and in the United States of America.

Key words: “Modas & Bordados”; women’s press; Maria Lamas; feminism; citizenship.

Agradecimentos

Em primeiro lugar a Deus. Por me ter acompanhado até aqui e pela sabedoria que me deu à nascença.

À minha família, especialmente, à minha mãe. Obrigada pelo apoio, carinho e amor incondicional.

À orientadora do projeto, a Professora Filipa Subtil, sem a qual esta dissertação não seria possível. Obrigada pela incentivação, rigor e ânimo.

Aos meus colegas de trabalho, em particular, à Marina Gonçalves e à minha editora, Elsa Pereira. Obrigada pela paciência e ajuda na engenhosa conciliação dos meus deveres enquanto trabalhadora e estudante.

À Iara Alves e Cátia Arsénio. Obrigada pela amizade, gargalhadas infindáveis e, sobretudo, pelo incentivo na fé.

E a todos os meus amigos da vida e do Mestrado.

A todos, um enorme e sincero **obrigada!**

Índice

| | |
|--|-----|
| Declaração | II |
| Resumo | III |
| Abstract..... | IV |
| Agradecimentos..... | V |
| | |
| Introdução..... | 7 |
| Capítulo I – O movimento feminista internacional e as suas repercussões em Portugal | 13 |
| 1.1 – Origens do movimento feminista..... | 13 |
| 1.1.1 – A primeira vaga..... | 14 |
| 1.1.2 - A segunda vaga | 18 |
| 1.1.3 – A terceira vaga | 21 |
| 1.2 - O feminismo e os meios de comunicação. | 24 |
| 1.2.1 - Quando os média e as investigações académicas sobre as questões de género se cruzam..... | 25 |
| 1.3 - O papel social da mulher em Portugal e a evolução dos seus direitos | 34 |
| 1.3.1 - Entre o casamento e o divórcio | 35 |
| 1.3.2 - A educação como fonte de mudança | 38 |
| 1.3.3 - Educação no Estado Novo: Diminuir o analfabetismo sem aumentar a instrução | 39 |
| 1.3.4 - De 1960 à Revolução: tempos de mudança | 42 |
| Capítulo II - A imprensa dedicada às mulheres em Portugal e a sua importância na luta pelos direitos das mulheres..... | 45 |
| 2.1 - Os meios de comunicação femininos e a sua relevância..... | 45 |
| 2.2 - Representação da mulher na imprensa feminina em Portugal – O conservadorismo | 47 |
| 2.3 - A luta das mulheres na imprensa feminina portuguesa | 49 |

| | |
|--|----|
| 2.4 - A importância da “mulher jornalista” na reivindicação pelos direitos das mulheres | 55 |
| Capítulo III - <i>Modas & Bordados</i> – A história da revista e os seus desenvolvimentos . | 57 |
| 3.1 - <i>Modas & Bordados</i> – O início de um suplemento histórico | 57 |
| 3.2 - Maria Lamas e a <i>Modas & Bordados</i> | 59 |
| 3.3 - Maria Lamas para além da <i>Modas & Bordados</i> | 67 |
| 3.3.1 - Vida pessoal | 67 |
| 3.3.2 - Maria Lamas e a carreira como jornalista e escritora | 68 |
| 3.3 - <i>Modas & Bordados</i> . Vida Feminina depois de Maria Lamas | 71 |
| Capítulo IV – Um olhar sobre os direitos das mulheres na <i>Modas & Bordados</i> entre 1928 e 1947 | 74 |
| 4.1 - Procedimentos metodológicos | 74 |
| 4.1.1 - Pergunta de partida | 74 |
| 4.1.2 - Objetivos | 74 |
| 4.1.3 - Técnicas de pesquisa..... | 75 |
| 4.1.4 - Definição das unidades de registo e respetivas categorias de análise..... | 76 |
| 4.1.5 - Grelha de análise SPSS – Revista <i>Modas & Bordados</i> | 77 |
| 4.2 - Análise de conteúdo da <i>Modas & Bordados</i> e principais conclusões | 80 |
| 4.2.1 - Quando o jornalismo se cruza com a <i>Modas & Bordados</i> | 80 |
| Os géneros jornalísticos na <i>Modas & Bordados</i> | 80 |
| Quais as temáticas predominantes em cada género jornalístico? | 81 |
| Que papéis sociais femininos são representados em cada género jornalístico?81 | |
| A enfatização dos artigos sobre o papel da mulher na sociedade na <i>Modas & Bordados</i> | 82 |
| De que forma as temáticas variam consoante a enfatização dos artigos?..... | 82 |
| De que maneira o papel social feminino é influenciado pela enfatização dos artigos?..... | 82 |
| Tamanho das peças | 83 |

| | |
|---|-----|
| De que forma as temáticas variam consoante a extensão do artigo? | 83 |
| De que maneira a representação do papel social feminino varia com a extensão dos artigos? | 83 |
| Os artigos e a sua publicação em páginas pares ou ímpares | 84 |
| Quais as temáticas predominantes nas páginas pares e ímpares? | 84 |
| De que maneira a representação social feminina varia nas páginas pares ou ímpares? | 84 |
| Conclusão | 85 |
| 4.2.2 - A mulher portuguesa: análise do ponto de vista jornalístico | 85 |
| Os géneros jornalísticos dos artigos sobre a mulher portuguesa e principais assuntos..... | 85 |
| A ênfase dos artigos sobre a mulher portuguesa e principais assuntos | 86 |
| O tamanho dos artigos sobre a mulher portuguesa e principais assuntos..... | 86 |
| Os artigos sobre a mulher portuguesa e a sua publicação em páginas pares ou ímpares e principais assuntos | 87 |
| Conclusões | 87 |
| A importância da reportagem na <i>Modas & Bordados</i> | 87 |
| A importância da entrevista na <i>Modas & Bordados</i> | 88 |
| 4.2.3 - O contexto geográfico..... | 91 |
| Os espaços internacionais predominantes nos artigos..... | 91 |
| O contexto geográfico e a sua relação com as temáticas dos artigos | 92 |
| O contexto geográfico e a sua influência na representação social feminina | 92 |
| O contexto geográfico e os referentes | 94 |
| Conclusões | 95 |
| À conversa com personalidades internacionais | 95 |
| Mulheres na política lá fora | 97 |
| As Guerras e as conquistas femininas | 98 |
| A norte-americana: Problemas da mulher que trabalha (dentro e) fora de casa | 101 |

| | |
|--|-----|
| 4.3.4- Uma análise do ponto de vista social..... | 103 |
| As temáticas como um espelho da representação social da mulher | 103 |
| De que forma as temáticas variaram ao longo dos anos? | 103 |
| O papel social da mulher na <i>Modas & Bordados</i> | 104 |
| De que forma a representação do papel social feminino variou ao longo dos anos? | 104 |
| Os referentes e a sua influência na <i>Modas & Bordados</i> | 105 |
| De que forma os assuntos abordados variaram ao longo dos anos? | 105 |
| 4.3.5 - A mulher portuguesa: análise do ponto de vista social..... | 106 |
| A mulher portuguesa na <i>Modas & Bordados</i> : Primeiras impressões..... | 106 |
| A mulher portuguesa na <i>Modas & Bordados</i> : Uma análise temporal..... | 107 |
| A mulher portuguesa na <i>Modas & Bordados</i> : Os temas mais predominantes.. | 108 |
| A mulher portuguesa na <i>Modas & Bordados</i> : Os referentes (assuntos) mais presentes | 109 |
| Conclusões | 109 |
| Sem educação, não há evolução | 110 |
| Mulher que trabalha, mulher que se valoriza | 113 |
| Vivências da mulher portuguesa – A visão de Cândida Florinda Ferreira..... | 114 |
| A mulher e as condições no trabalho (ou falta delas)..... | 117 |
| “Em que profissão pode ser a mulher mais útil ao seu país?” – Análise de um inquérito da <i>Modas & Bordados</i> | 118 |
| E quando o entrevistado é o marido?..... | 120 |
| Quando o feminismo é assunto..... | 121 |
| Mulher portuguesa em busca de direitos políticos – o sufrágio como pedra basilar | 127 |
| A defesa do sufrágio feminino na <i>Modas & Bordados</i> | 128 |
| Conclusão | 133 |
| Bibliografia..... | 138 |

| | |
|---|-----|
| Anexos..... | 150 |
| Anexo 1 - Descrição das Unidades de Registo | 150 |
| Anexo 2 - Descrição das Categorias de análise | 151 |
| Anexo 3 - Tabelas referentes aos dados obtidos com a análise de conteúdo..... | 160 |

Índice de figuras

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Capa da última edição da <i>Mulher, Modas e Bordados</i> , 2 de fevereiro de 1977, nº3379..... | 73 |
|---|----|

Índice de tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Alfabetização da população portuguesa entre 1920 e 1950. | 40 |
| Tabela 2 - Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo..... | 41 |
| Tabela 3 – Enumeração e descrição das secções da <i>Modas & Bordados</i> quando Maria Lamas se tornou diretora. | 60 |
| Tabela 4- Enumeração e descrição das secções durante o período de direção de Maria Lamas na <i>Modas & Bordados</i> | 67 |
| Tabela 5 – Descrição das Unidades de Registo e Categorias de análise estabelecidas para a análise de conteúdo..... | 79 |

Índice de gráficos

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Géneros jornalísticos predominantes em percentagem (%). | 81 |
| Gráfico 2 – Enfatização dos artigos analisados em percentagem (%). | 82 |
| Gráfico 3 – Tamanho das peças analisadas em percentagem (%). | 83 |
| Gráfico 4 – Artigos que surgem em páginas pares ou ímpares em percentagem (%). ... | 84 |
| Gráfico 5 – O contexto geográfico dos artigos analisados em percentagem (%). | 91 |
| Gráfico 6 – O espaço geográfico internacional na <i>Modas & Bordados</i> em percentagem (%) | 91 |
| Gráfico 7 – Relação entre o contexto geográfico e os temas predominantes em percentagem (%). | 92 |
| Gráfico 8 – Relação entre o contexto geográfico e o papel social da mulher em percentagem (%). | 93 |
| Gráfico 9 – Relação entre os referentes e o contexto geográfico em percentagem (%). 94 | |

| | |
|--|-----|
| Gráfico 10 – Os temas predominantes nos artigos selecionados em percentagem (%). | 103 |
| Gráfico 11 – Características que representam a mulher portuguesa na <i>Modas & Bordados</i> em percentagem (%). | 106 |

Introdução

A presente dissertação intitula-se: “Mulheres e cidadania na revista *Modas & Bordados*. Representação de um percurso de mudança entre 1928-1947” e teve como objetivo analisar o modo como a evolução do papel da mulher na sociedade portuguesa se encontra entendido e representado na revista *Modas & Bordados*.

Sendo a revista *Modas & Bordados* um periódico rico em termos históricos¹ e de conteúdo, optamos por selecionar o espaço temporal correspondente ao da direção da jornalista e escritora Maria Lamas: de 1928 a 1947. Durante a consulta da história da revista, percebemos que a diretora protagonizou uma das fases mais determinantes da publicação, por duas razões. Primeiro, porque a sua direção coincidiu com a existência de um regime autoritário, o que só por si constituía um desafio, devido à visão conservadora que o regime tinha do papel social da mulher. Em segundo, porque sendo uma das figuras que mais se destacou nas reivindicações pelos direitos das mulheres, Maria Lamas acabou por espelhar na revista as exigências feitas pelos movimentos feministas da época. Assim, durante os anos em que a dirigiu, a *Modas & Bordados* demonstrou possuir um sentido de missão para com todas as mulheres portuguesas, no âmbito da defesa dos seus direitos. Por outras palavras, através de um conjunto significativo de textos publicados, a revista procurou produzir um discurso que contrastasse com o ideário oficial do regime sobre a condição social da mulher e que fornecesse às suas leitoras elementos que fizessem questionar a representação que faziam de si próprias enquanto mulheres.

Perante este cenário decidimos, então, focarmos a investigação exclusivamente nos 19 anos em que Maria Lamas assumiu o cargo de diretora. No entanto, importa ressaltar, que de modo a atingir os objetivos propostos, e ao analisarmos os números publicados durante este período, demos prioridade a determinados conteúdos que iam de encontro ao que pretendíamos. Tendo isto em conta, escolheram-se todos os artigos que não se enquadravam na domesticidade feminina e que apelavam ao surgimento e crescimento de uma nova mulher. Uma mulher mais culta, inteligente, instruída e independente para assumir o controlo da sua vida pessoal, económica e política (ainda que como cidadã). Resumindo, o nosso campo de observação são todos os artigos publicados na *Modas & Bordados* entre 1928 e 1947, que de alguma forma abordassem uma nova faceta do sexo feminino, que não o ligado ao discurso social maioritário.

¹ A *Modas & Bordados* existiu durante 65 anos, de 1912 a 1977, ano em que foi decretada a sua suspensão.

Constituído o campo de observação falta indicar a metodologia escolhida. Tendo em conta o número elevado de edições a serem analisadas, cerca de 912, foi necessário escolher uma técnica que facilitasse não só o estudo, como permitisse a inferência dos resultados de forma breve e clara. Deste modo, o método selecionado foi a análise de conteúdo. Um dos grandes impulsionadores do método foi Laurence Bardin, que o definia como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”. Para o investigador a inferência era essencial na obtenção de resultados e revelava-se o procedimento intermediário que antecedia a interpretação das conclusões (Bardin, 1977, p. 38).

Como se sucede em todas as análises de conteúdo, também para esta investigação foi necessário formular uma pergunta de partida que se assumiu como o fio condutor do estudo: De que forma a revista *Modas & Bordados*, durante o período de direção de Maria Lamas, apelou à mudança de mentalidades em relação ao papel social da mulher em Portugal?

Para responder a esta questão foi necessário investigar o tema escolhido de um ponto de vista mais abrangente. Desta forma, se por um lado, as bases da pesquisa assentam numa análise atenta a mais de novecentas revistas, por outro, fundamentam-se nas investigações académicas já realizadas, quer no panorama internacional, quer nacional, que cruzam as perspetivas feministas com os meios de comunicação. Neste sentido, mais do que apenas descrever os resultados estatísticos obtidos com a análise, esta dissertação pretende compreender a representação da figura de uma mulher em mudança na imprensa, particularmente, na *Modas & Bordados*.

Consideramos que os meios de comunicação social constituem um importante ponto de análise e discussão sobre as desigualdades de género, devido à sua capacidade de representar aquilo que é socialmente aceite (Carter & Steiner, 2004). Muitas produções académicas feministas argumentavam a existência de um sexismo presente nos média, que refletia os valores predominantes nas sociedades ocidentais (Friedan, 1971; Tuchman, 1978; Wolf, 1991; Faludi, 1991; Gallagher, 2004; McRobbie, 2004). Por isso, revelava-se determinante perceber os processos que ditavam este fenómeno e sugerir medidas que o contrariassem.

A mesma lógica aplicava-se aos meios escritos, especialmente, à imprensa feminina, devido à sua capacidade de influenciar a mentalidade das leitoras. Desde o

surgimento do primeiro periódico, ainda no século XVII², a imprensa feminina começou a ocupar um lugar de destaque no jornalismo. A publicação de conteúdos pensados para a mulher tiveram um enorme impacto, essencialmente, por fazerem surgir novos temas de discussão e formas de debate (Silveirinha, 1998).

Tendo em conta as características que distinguem a imprensa feminina dos restantes meios é possível afirmar que esta se revela, à priori, um interessante objeto de estudo. Para além do seu carácter histórico, que permite a análise de um determinado período temporal, deve sublinhar-se o seu contributo decisivo no impulso para a mudança da situação das mulheres. Foi a imprensa feminina que permitiu a projeção do pensamento e da sensibilidade das mulheres, tanto pela parte de diretoras, redatoras, jornalistas, ou outras colaboradoras, como pela parte das próprias leitoras. Consequentemente acabou por revelar plataformas de fixação de ideias e suportes para a história das mentalidades e dinâmicas sociais (Lopes, 2005; Salvador, 2009).

Os factos aqui enunciados justificam o que nos levou a escolher um tema relacionado com a imprensa feminina. Trata-se de um universo repleto de ideias e pleno de potencialidades para dar origem a uma investigação de rigor e fundamentada. Já surgiram, no entanto, argumentos que indicam que periódicos deste género apenas se caracterizam por serem simples agregadores de conteúdos e não pelo seu carácter jornalístico. Vários investigadores no campo dos média, como é o caso de Juana Gallego, contrariam esta tese. A investigadora chega a negar a possibilidade de se considerar esta uma imprensa especializada. Defende que o que ocorre dentro do espaço público tende a ser mais valorizado, do que aquilo que acontece no privado, mas que não é por isso que ambos deixam de coexistir. “É um tipo de imprensa (...) que constrói o seu próprio discurso para manter e reproduzir as próprias atuações no âmbito em que é produzida e a que se dirige” (Gallego, 1990, p. 21).

Baseadas nestes parâmetros também foram realizadas várias investigações de profundidade sobre a imprensa feminina em Portugal. Uma das mais importantes é a de Ana Maria Costa Lopes, *Imagens da Mulher na Imprensa de Oitocentos* (2005), na qual se revela a importância que os meios escritos dedicados à mulher tiveram no caminho percorrido pela igualdade de género. Lopes considera que com a imprensa feminina surgiu a oportunidade de se democratizarem ideias que, até então, apenas se exprimiam em reuniões sociais ou no segredo do lar. “Recupera-se desta maneira a polifonia de

² O primeiro periódico feminino, *Lady's Mercury*, foi fundado em 1693, em Inglaterra (Buitoni, 1986).

vozes, de diversas faixas etárias e de ideários diferentes, com timbres que manifestavam a riqueza das variações ideológicas” (Lopes, 2005, p. 604).

Esta riqueza de ideologias encontrava-se patente na *Modas & Bordados*, pelo seu carácter vanguardista, mas ao mesmo tempo subtil na forma como o apresentava e discutia nas suas edições. A nível nacional, poucos estudos foram feitos sobre a publicação. Dos que consultamos existem dois que se destacam. O primeiro de Maria Alice Ramalhete Pinto Guimarães, *Saberes, Modas & Pó de Arroz - Modas & Bordados. Vida Feminina (1933 – 1935)* (2002), realizado num Mestrado em História Económica e Social Contemporânea, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Nesta pesquisa, Guimarães sublinha que a revista conseguiu sobreviver à “pesada máquina da censura e a outras ações de intimidação política” (Prates, 2003, p. 5). A autora adianta que a sua ação não se limitou apenas à palavra escrita, mas que se estendeu a outras formas de expressão, por exemplo, palestras, conferências, recitais e exposições. Em resumo, a grande preocupação da *Modas & Bordados* era a de “não só informar através de uma leitura sã e agradável mas, igualmente formar a mulher portuguesa” (Prates, 2003, p. 35).

O segundo é de Maria Luzia Fouto Prates, *O jornalismo no feminino nas décadas de 30 e 40 na revista Modas & Bordados e a personalidade de Maria Lamas* (2003) e foi feito no âmbito de um Mestrado em Cultura Portuguesa, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Neste estudo, Prates sublinha uma lenta e trabalhosa afirmação do feminino, caracterizando a *Modas & Bordados* como uma “grande amiga da mulher portuguesa, ensinando-a a ser elegante, senhoril, económica e prática” (Guimarães, 2002, p. 57).

Apesar de abordarem este aspeto mais vanguardista da *Modas & Bordados*, nenhuma das investigações realizadas até então, se propuseram a estudar unicamente tal carácter. Ora, de modo a colmatar este “espaço em branco”, como já foi referido, o objetivo da presente dissertação é explorar esta faceta.

Para atingir estes objetivos, optamos por dividir a investigação em quatro capítulos. No primeiro capítulo faz-se uma contextualização e caracterização das origens dos movimentos feministas. Depois, referem-se alguns dos mais importantes estudos realizados no âmbito da investigação académica que cruzam as perspetivas feministas com os meios de comunicação. E por fim, tenta-se perceber de que modo é que os ventos das reivindicações pelos direitos das mulheres se manifestaram no contexto nacional. Nesta perspetiva são abordadas as lutas dos movimentos feministas portugueses, nomeadamente, o alcance dos direitos das mulheres no casamento, divórcio e educação.

Do ponto de vista histórico, esta abordagem vai desde a Implementação da República até à Revolução a 25 de Abril de 1974.

No segundo capítulo pretende-se saber de que forma é que os média influenciaram e contribuíram positivamente para os protestos pelos direitos das mulheres. Desta forma, inicialmente, o leitor poderá conhecer alguns dos periódicos femininos que surgiram primeiro em Portugal e a sua importância. Em seguida perceber como é que a mulher era representada na imprensa feminina através de várias investigações realizadas sobre o assunto (Barreno, 1976; Salvador, 2009; Monteiro & Policarpo, 2010). Posteriormente, tomar conhecimento dos meios escritos que se destacaram como veículo eficaz de propaganda feita pelos movimentos feministas. Importa referir que aqui é realizada uma distinção entre os periódicos que consideramos serem, exclusivamente, femininos dos restantes considerados feministas. Por último é exposto o papel que a mulher jornalista ocupava nas redações portuguesas.

No capítulo três, tendo em conta que o objeto de estudo desta dissertação é a revista *Modas & Bordados*, consideramos indispensável fazer uma história concisa da revista que começou por ser um suplemento do jornal *O Século*, ainda em 1912. Nesta parte, o periódico é caracterizado de acordo com as suas características formais (preço, secções, etc). Numa segunda parte é cruzada a trajetória da revista com a de Maria Lamas, onde se fala das alterações que surgiram na estrutura orgânica da publicação e temáticas, assim como as suas principais iniciativas (por exemplo, o Certame das Mulheres Portuguesas, em 1930). Sendo Maria Lamas uma figura incontornável na história da revista, não só pelas funções que exerceu neste cargo, mas também por toda a sua atividade em prol dos direitos das mulheres, seguidamente, é introduzida uma breve biografia da sua vida pessoal e profissional. O capítulo termina com uma abordagem à continuação da revista depois da saída de Maria Lamas do cargo de diretora em 1947, até ao momento em que Manuel Alegre decreta a sua suspensão a 2 de fevereiro de 1977.

O último capítulo da investigação apresenta os resultados obtidos com a análise de conteúdo realizada às edições selecionadas da *Modas & Bordados*. Num primeiro momento são indicados os procedimentos metodológicos seguidos durante a pesquisa. Amíúde são apresentados e discutidos os dados obtidos com a referida análise, segundo aspetos de carácter jornalístico, por exemplo, géneros jornalísticos patentes, tamanho dos artigos, o seu posicionamento formal nas edições e ênfase. Esta análise é realizada tanto à amostra em geral, como especificamente, ao caso da mulher portuguesa. Num segundo momento pretende-se perceber de que forma a mulher, mais moderna e menos

conservadora, era representada na revista. Nesta parte, primeiramente fala-se sobre o contexto geográfico dos artigos e os principais espaços internacionais considerados. De seguida discorre-se sobre as temáticas, assuntos e influência do período temporal em ambos os parâmetros referidos. A mesma lógica é adotada na parte que se segue referente à mulher portuguesa, onde também é enquadrada segundo o período cronológico, temáticas e assuntos. Importa frisar que no final de cada parte, ou mais precisamente, subcapítulo, o leitor poderá ler as respetivas conclusões relacionadas com exemplos de conteúdos da revista.

Capítulo I – O movimento feminista internacional e as suas repercussões em Portugal

1.1 – Origens do movimento feminista

As origens do que no último século se designou como feminismo remontam há quinhentos anos atrás, se atentarmos às obras de Christine de Pizan³, *La cité des Dames* (1405) e de Poulain de la Barre⁴, *Sobre a Igualdade dos Sexos* (1693) (Tavares, 2008).

É na Europa, mais especificamente em França, que se encontram as raízes do movimento feminista, logo a partir do século XVIII. A mulher que participou ao lado do homem na Revolução Francesa não vê as conquistas políticas estenderem-se ao seu sexo, por isso, a luta pelos direitos femininos assume um discurso próprio (Alves & Pitanguy, 1982). Uma das vozes pioneiras foi a de Olympe de Gouges (1748-1793), escritora já conhecida na época pela defesa de ideais revolucionários. Em 1791, publica um texto intitulado de “Déclaration des Droits de la Femme et de la Citoyenne”⁵ (“Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”). Esta declaração foi enviada à Assembleia Nacional de França para que fosse aprovada. No preâmbulo do texto, Gouges referia:

Diga-me, quem te deu o supremo poder para oprimires o meu sexo? (...) O homem sozinho é que transformou em princípio esta exceção. Bizarro, cego, inflado de ciências e degenerado, nesse século de luzes e sabedoria, na ignorância mais suja, quer comandar como déspota sobre um sexo que recebeu todas as faculdades intelectuais, pretende usufruir da Revolução e reclamar os seus direitos à igualdade (Gouges, 1791, p. 29).

Mais marcante foi o primeiro artigo da referida declaração: “A Mulher nasce livre e permanece igual ao homem em direitos. As distinções sociais só podem ser baseadas no interesse comum” (Gouges, 1791, p. 33).

Apesar da sua coragem, De Gouges acabou por ser condenada à guilhotina e morreu no dia 3 de novembro de 1793, acusada de ter pretendido ocupar um lugar destinado ao homem e de não ter reconhecido as virtudes do seu sexo. Embora, a declaração tenha tido pouca repercussão⁶, a verdade é que o texto teve um impacto assinalável não só em França, como no estrangeiro (Gouges, 1791). Foi neste texto que a

³ Christine de Pizan (1363-1430) era uma poetisa e filósofa italiana que viveu em França, durante a primeira metade do século XV.

⁴ Poulain de La Barre (1647-1725) era um filósofo e cartesiano feminista do final do século XVII.

⁵ A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã é uma versão crítica da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, proclamada na Revolução Francesa (1789). É composta por dezassete artigos universalistas, onde é feito um claro apelo às mulheres, para que contribuam para a sua própria emancipação (Gouges, 1791).

⁶ A Declaração foi recusada pela Convenção e permaneceu em estado de projeto. O texto só foi publicado em cinco exemplares.

escritora Mary Wollstonecraft (1759-1797) se inspirou para, em 1792, escrever *A Vindication of the Rights of Woman (Defesa dos Direitos da Mulher)*.

Num tempo em que as mulheres se encontravam submetidas à autoridade dos maridos quando casadas, ou dos pais enquanto solteiras, os textos de De Gouges e Wollstonecraft revelaram-se como o ponto de partida para o início do que a literatura feminista da 2ª metade do século XX tem apelidado de primeira vaga do feminismo⁷, que começou com a Revolução Francesa e se prolongou até ao fim da primeira Guerra Mundial.

1.1.1 – A primeira vaga

É só no século XIX, que a defesa dos direitos das mulheres assumiu pela primeira vez formas de expressão organizadas, ou seja, que conjuntos de mulheres começaram a reivindicar direitos políticos, ficando conhecidas como sufragistas. Compostos sobretudo por mulheres intelectuais⁸, tais grupos confrontaram os estereótipos que existiam em relação à mulher, principalmente, na maneira de falar e no comportamento. O simples facto de exporem as suas reivindicações em público ia contra aquilo que era visto como politicamente correto para o sexo feminino, porque este tipo de ações até então apenas eram encetadas pelos homens. Daí que a maior parte dos esforços realizados tenham tido como objetivo alcançar os direitos de cidadania, especialmente, o direito de voto. As sufragistas queriam que a política deixasse de ser vista apenas como um “assunto” para

⁷ A divisão da história do feminismo em “ondas” ou vagas encontra-se generalizada na literatura. Julia Kristeva foi uma das autoras que impulsionou tal categorização em “Women’s Time” (1981), ao falar de três atitudes, equivalentes às atuais “ondas”: a primeira, onde se procurava a igualdade, a segunda, a diferença, e a terceira, em que se questionava o tipo de identidade fixa em que se basearam as duas fases anteriores (Kristeva, Jardine, & Blake, 1981). A partir daqui, outros investigadores seguiram a mesma linha teórica, como é o caso de Rebecca Walker, em “Becoming the Third Wave”, artigo publicado em 1992, na revista *Ms. Magazine*, onde assumia: “Eu não sou pós-modernista, eu sou a terceira vaga” (Walker, 1992). Há ainda quem fale do surgimento de uma quarta “onda”. Segundo Martha Rampton, diretora do Centro de Igualdade da Pacific University, nos Estados Unidos, a quarta vaga é uma espécie de silhueta que ainda está a ser modelada. Esta “onda” tem como objetivo a aceitação do corpo humano sexualizado (sem que seja considerado como uma ameaça) e o apoio a movimentos da comunidade LGBT. Considera ainda que o discurso feminista se moveu das universidades para o âmbito público. Assuntos que não estavam no centro das discussões das lutas pelos direitos das mulheres recebem agora a atenção da imprensa (grande veículo de divulgação) e dos políticos. Abusos sexuais, violações, violência contra as mulheres, equidade nos pagamentos de salários entre sexos, pressões devido a um estereótipo físico ou até mesmo a fraca representação das mulheres no mundo dos negócios são alguns dos temas mais abordados atualmente (Rampton, 2015).

⁸ Charlotte Kroløkke e Anne Scott Sørensen afirmam que na primeira vaga do feminismo foram as mulheres brancas, de classe média e socialmente bem posicionadas que deram os primeiros passos na luta pela equidade entre sexos. Esta era uma realidade que se verificava tanto nos Estados Unidos, como na Europa, ou seja, nas sociedades ocidentais. Os grupos “oprimidos”, como é o caso das mulheres negras, ou lésbicas elevaram os seus protestos só na segunda metade do século XX (Kroløkke & Sørensen, 2006).

homens e passasse a ser encarada como algo que diz respeito a todos os cidadãos/cidadãs (Kroløkke & Sørensen, 2006).

Os meios de comunicação revelaram-se neste contexto fundamentais. A imprensa feminista⁹, que coincidiu com a crescente expressão pública da causa feminista e do movimento das sufragistas, pretendia que os ideais associados à Revolução Francesa, assim como os princípios de *Liberté, Égalité, Fraternité*, se estendessem também às mulheres. *L'Athénée des Dames* (1809) foi um dos primeiros periódicos que surgiu com este intuito e que foi escrito em colaboração com uma dezena de damas francesas. Em 1832, é fundado em França, o jornal *La Femme Libre* por Jeanne-Désirée e mais tarde *La Voix des Femmes*, outro jornal diário, criado em 1848, que tinha como lema “Trabalho, Pátria, Família”, embora os seus argumentos ainda fossem moralistas (Buitoni, 1986). Em 1881, surgiu o *La Citoyenne*, desenvolvido por Hubertine Auclert e da associação que dirigia - *Le Suffrage des Femmes* (Amâncio, s.d; Tavares, 2008). Já na Inglaterra, as sufragistas mais famosas foram a *Miss Fawcett* e *Miss Pankhurst*, com o jornal *Jus Suffragii*, que em 1913 se tornou o *Internacional Women Suffrage News* (Buitoni, 1986).

Os progressos decorrentes destes movimentos sociais e intelectuais começaram a notar-se posteriormente. Na Inglaterra, em 1918, através da lei “Representation of the People Act” foi conferido o voto às mulheres com idade igual ou superior a 30 anos, desde que os maridos se mostrassem qualificados ao voto, ou seja, possuíssem um rendimento mínimo. Mas isto não bastava e por isso as reivindicações continuaram. No final do século XIX, a principal associação sufragista britânica – National Union of Women’s Suffrage Societies (1867) possuía um jornal semanal intitulado de *The Common Cause*, no qual fazia apelos a favor do sufrágio feminino. Existia ainda a WSPU—Women’s Social and Political Union, associação fundada em Manchester, em 1903, por Emmeline Pankhurst (1858-1928), uma das fundadoras do movimento britânico do sufragismo. *Votes for Women* era o título do jornal que dirigia no qual se incentivava a luta através de formas mais radicais e violentas, de maneira a pressionar os políticos e o governo. As reivindicações deram resultado e em 1928, através do “Equal Enfranchise Act” o direito de voto não qualificado foi alargado a todos os homens e mulheres, que tivessem 21 anos ou mais (Atkinson, 1996).

⁹ Buitoni faz a distinção entre os conceitos de imprensa feminina e imprensa feminista. A primeira é aquela que se dirige e é pensada para a mulher, a segunda, embora se dirija ao mesmo público, distingue-se pelo facto de defender causas a favor dos direitos da mulher (Buitoni, 1986).

Nos Estados Unidos, foi através da militância política no âmbito do movimento abolicionista, que as mulheres se começaram a mobilizar, a promover manifestações públicas e a fazer petições. A partir da segunda metade do século XIX, o movimento pela emancipação e direito à cidadania das mulheres e o movimento pela libertação dos escravos uniram forças e só encontraram rumos diferentes na 14ª Emenda à Constituição americana em 1866. Mas foi precisamente esta Emenda que causou grande indignação entre as sufragistas. O motivo foi o aparecimento pela primeira vez da palavra “male” associada à palavra “cidadão”. Por essa razão, as sufragistas acabaram por criar duas associações: a National Woman Suffrage Association, em maio de 1869, sediada em Nova Iorque e, em novembro do mesmo ano, a American Woman Suffrage. Durante vinte anos, estas organizações trabalharam de forma independente. Não obstante, os resultados obtidos com as suas ações não surtiram os efeitos pretendidos e, por isso, Alice Paul (1885-1977) e Lucy Burns (1879-1966), ambas sufragistas americanas, que já tinham estado em Inglaterra, onde tinham tido a oportunidade de presenciar e participar nas ações das congéneres britânicas, criaram uma nova organização sufragista nacional, a - The Congressional Union (1913), onde adotaram táticas de militância agressivas praticadas pela WSPU inglesa. Sete anos depois parte dos objetivos foram alcançados. Em 1920, através da 19ª Emenda da Constituição, as mulheres conseguiram alcançar o direito à cidadania e assim exercer o direito de voto (Flexner & Fitzpatrick, 1975 *apud* Abreu, 2002).

Em Portugal, o primeiro pedido de concessão do direito de voto às mulheres foi feito oficialmente no dia 22 de abril de 1822, na sessão de Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, através da voz do deputado representante da Baía, no Brasil – Domingos Borges de Barros (1780-1855), que propôs que as mães com seis filhos legítimos pudessem exercer o voto. No entanto, a ideia acabou por não ser aceite, apenas sendo reconhecido este direito aos casados com 20 anos, aos oficiais militares e aos clérigos de ordens sacras com a mesma idade (Sousa, 2006).

Posteriormente, após o início do século XX e da revolução de 5 de Outubro, o governo começou a preparar-se para a eleição da Assembleia Nacional Constituinte. Para a sua concretização, em março de 1911, publica a legislação relativa ao sistema eleitoral. Estipulava-se que os eleitores portugueses eram aqueles com mais de 21 anos que fossem “chefes de família” ou que vivessem em “comum com qualquer ascendente, descendente” e que proovessem os encargos de família, não fazendo assim distinção dos sexos. Reparando que cumpria todos estes requisitos, visto ser viúva e mãe, e portanto, “chefe

de família”, Carolina Beatriz Ângelo¹⁰, requereu em abril do mesmo ano a sua inscrição nos cadernos eleitorais. O Ministro do Interior recusou o pedido, mas a feminista recorreu aos tribunais (Sousa, 2006).

Beatriz Ângelo explorou até às últimas possibilidades desta omissão, transformando-a numa ambiguidade jurídica e (...) exigiu a inclusão do seu nome no recenseamento eleitoral, invocando o artigo que estipulava as categorias de eleitor: tinha mais de 21 anos de idade, sabia ler e escrever e era chefe de família, por ser viúva e ter uma filha pequena, que sustentava pelo seu trabalho (Esteves, 1998, p. 54).

É o juiz D. João Batista de Castro, pai da escritora e jornalista, Ana Castro de Osório – também feminista (1872-1935), que conferiu a permissão final, de onde se destacaram as seguintes palavras:

(...) É simplesmente absurdo e iníquo e em oposição com as próprias ideias da democracia e justiça proclamadas pelo partido republicano, porquanto desde que a reclamante tem todos os predicados para ser eleitora não pode arbitrariamente ser excluída do recenseamento eleitoral, porque onde a lei não distingue não pode o julgador distinguir (Esteves, *As Origens do Sufragismo Português*, 1998, p. 58).

Carolina Beatriz Ângelo tornou-se assim a primeira portuguesa a exercer o direito de voto, no dia 28 de maio de 1911. Recenseada com o número 2.513²⁹ contribuiu para a eleição de deputados da Assembleia Constituinte. O acontecimento foi altamente notado pela imprensa periódica da altura.

Em 1912, durante a discussão do novo projeto de lei eleitoral voltou a surgir a questão do sufrágio feminino. No entanto, tal como descreve o investigador João Esteves as esperanças saíram frustradas. Os deputados continuaram reticentes às exigências das feministas, pois duvidavam do seu nível intelectual e académico. Consideravam que as mulheres não estavam devidamente preparadas para assumirem tal responsabilidade cívica, nomeadamente, o direito ao voto. No dia 3 de julho de 1913 aprovou-se a nova legislação, mas sem a contemplação de qualquer pretensão feminista. O código eleitoral votado especificava que só podiam ser cidadãos eleitores, os portugueses do sexo masculino que tivessem mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever e que estivessem

¹⁰ Carolina Beatriz Ângelo distinguiu-se como médica e militante das primeiras organizações de mulheres em Portugal que lutaram pelos direitos civis do sexo feminino. Nasceu na Guarda em 1877 e foi na mesma cidade que frequentou o liceu. Em seguida matriculou-se na Escola Politécnica e Médica de Lisboa, terminando o curso em 1902, ano em que também casou com o médico e ativista republicano Januário Barreto, seu primo. Na sua carreira na medicina foi pioneira no exercício da prática de operações cirúrgicas. Em 1907 juntou-se à Maçonaria e ao Grupo Português de Estudos Feminista (1907-1908). Participou na fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e destacou-se como oradora em ações de propaganda. As suas pretensões passaram pelo apoio à aprovação do divórcio, e claro, ao voto feminino. Faleceu no dia 3 de outubro de 1911, com apenas 33 anos, vítima de um ataque cardíaco (Osório & Esteves, 2005).

no gozo dos seus direitos civis e políticos. Foi necessário esperar 20 anos até 1931, para que o sufrágio fosse permitido às mulheres, mas apenas às maiores de 21 anos, que fossem chefes de família e que possuíssem um curso secundário ou superior. Em 1968, após a substituição de Salazar por Marcello Caetano, quase todas as mulheres passaram a ter acesso a este direito¹¹. O sufrágio universal só começou a vigorar depois do 25 de Abril de 1974. Pela primeira vez, na história de Portugal, podiam votar todos os cidadãos maiores de 18 anos, independentemente do sexo (Esteves, 1998; Cova & Pinto, 1997).

A conquista do sufrágio feminino, assim como, a divisão das feministas entre apoiantes da I Guerra Mundial e pacifistas marcou o final da primeira vaga. As décadas de 1920 e 1930 foram um período de estagnação nos movimentos reivindicativos. Tal pode ficar a dever-se quer à crise económica que entretanto se tinha instalado na Europa, quer aos avanços que já se tinham feito no campo da luta pelos direitos das mulheres (Amâncio, s.d).

1.1.2 - A segunda vaga

O início da segunda vaga do movimento feminista ficou marcado pela publicação do livro, *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir. Foi publicado pela primeira vez em França, em 1949, e a tradução em inglês acabaria por sair em 1953. Inspirada no existencialismo de Jean-Paul Sartre¹², Beauvoir afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, defendendo assim que o masculino e o feminino são criações culturais e que no caso das mulheres estas sempre foram consideradas inferiores:

Ora, a mulher sempre foi, senão a escrava do homem, pelo menos a sua vassala; os dois sexos nunca partilharam o mundo em igualdade de condições; e ainda hoje, embora a sua condição esteja a evoluir, a mulher arca com um peso *handicap*. Em quase nenhum país, o seu estatuto legal é indêntico ao do homem e muitas vezes este último prejudica-a consideravelmente (Beauvoir, 1981, p. 17).

Na mesma obra, Beauvoir fez um enquadramento biológico, psicanalítico e histórico para demonstrar que numa época em que os movimentos feministas estavam limitados à exigência do direito de voto ou igualdade de salários, tornava-se necessário

¹¹ O professor Jorge Miranda chama à atenção para o facto de que as discrepâncias da situação jurídico-política do homem e da mulher não terem sido totalmente supridas nesta altura. Faltava ainda o sufrágio administrativo, nomeadamente, o direito de voto para a designação dos membros dos corpos administrativos (juntas de freguesia, câmaras municipais e juntas distritais), pois neste caso, só sendo chefes de família é que as mulheres podiam votar (Miranda, 1970).

¹² Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir conheceram-se em 1929, durante um exame final de filosofia e desde aí que mantiveram uma relação amorosa, mas com relações extraconjugais ao longo dos anos (Monteiro R. , 1997).

provar que o principal problema não estava inerente à biologia da mulher, mas era imposto pela sociedade onde se nascia e crescia (Beauvoir, 1981).

Inspirados em Beauvoir, os novos movimentos sociais desafiaram as estruturas normalizadoras da social-democracia europeia. Em causa estava o corte com a tradição sufragista e o surgimento das questões de sexualidade, maternidade e família, numa profunda rutura com as concepções dominantes (Tavares, 2008). Questionou-se o paternalismo do Estado, o bem-estar social e a família burguesa, ao mesmo tempo que se denunciava o profundo androcentrismo da sociedade capitalista (Fraser, 2007).

Numa época em que se apelava ao regresso das mulheres ao aconchego do lar, *O Segundo Sexo* rompeu com o puritanismo e o maternalismo pós-guerra. Havia uma enorme insatisfação causada pelo recuo da força de trabalho feminino, na sequência da desmobilização dos homens a seguir à II Guerra Mundial. O objetivo seria retirar a mulher do mercado de trabalho para que regressasse às funções domésticas. As mensagens veiculadas pelos meios de comunicação enfatizavam a imagem de “rainha do lar”, assim como o papel de dona-de-casa, esposa e mãe. O trabalho externo da mulher foi desvalorizado e passou a ser encarado como suplementar ao do homem. Assistia-se, assim, à reativação da ideologia de diferenciação dos papéis por sexo. O movimento feminista passou por isso a incorporar outras frentes de luta. Assim, se por um lado, persistiam as reivindicações associadas à desigualdade no exercício de direitos – políticos, sociais e civis, por outro, passaram a questionar-se também as raízes culturais destas desigualdades (Amâncio, s.d; Alves & Pitanguy, 1982).

Esta vaga é igualmente caracterizada por uma ampla difusão de ideias feministas impulsionada, em primeiro lugar, pela instrução das mulheres, e em segundo, pela mediatização das ações coletivas dos grupos e organizações de mulheres, que se inscrevem num período de grande contestação social. Uma dessas organizações foi a National Organization for Women (NOW)¹³, fundada nos Estados Unidos em 1966, que documentava as abordagens sexistas presentes, por exemplo, em livros infantis. Já na Europa, em 1970, nasce o Mouvement de Libération des Femmes por iniciativa de participantes do Maio de 1968, que lutavam contra o sexismo presente na comunidade estudantil.

¹³ A National Organization for Women (NOW) foi fundada em 1966, por nomes como Pauli Murray (1910-1985) e Betty Friedan (1921-2006). A organização está espalhada em 50 estados norte-americanos. Os seus grandes objetivos são a luta pelos direitos reprodutivos da mulher, o fim da violência contra o sexo feminino, a igualdade de direitos na carreira para ambos os géneros, os direitos da comunidade LGBT, a justiça racial e ainda a igualdade de tratamento declarada na constituição dos Estados Unidos.

O feminismo liberal era a vertente que inspirava ambos os grupos. Esta era uma posição que alegava o descontentamento sentido por muitas mulheres da classe média nas sociedades ocidentais. Não se pedia necessariamente que as mulheres trabalhassem fora de casa, mas que o trabalho que desempenhassem como domésticas fosse devidamente reconhecido. Exigia-se uma maior representação feminina nas instituições sociais e começou-se a denunciar o sexismo presente no processo de socialização a que a mulher era sujeita (Amâncio, s.d; Kroløkke & Sørensen, 2006).

E se a ação dos movimentos feministas liberais foi preponderante, o mesmo se pode afirmar em relação às feministas radicais. As mesmas defendiam que a opressão tinha sido construída a partir da reprodução, maternidade, género e sexualidade. Algumas apoiantes chegavam mesmo a convidar as mulheres a absterem-se emocional e sexualmente dos homens, para que se sentissem totalmente realizadas (Kroløkke & Sørensen, 2006). Baseados nestes princípios (oposição ao patriarcado)¹⁴, os movimentos feministas radicais ganharam protagonismo no final da década de 1960 e início de 1970 e, ao contrário das opositoras liberais e marxistas que propunham uma adaptação do sistema social às exigências das mulheres, o feminismo radical pretendia um reordenamento total da sociedade, em que a supremacia masculina seria extinta de todas as instituições económicas e sociais.

Embora Simone de Beauvoir não se inserisse nesta linha teórica do feminismo, a verdade é que também foi uma referência para o mesmo (Tavares, 2008). Ao analisar o conflito entre a liberdade e a autonomia das mulheres como sujeitos, Beauvoir propôs uma noção de alteridade que levou à construção do conceito de “Segundo Sexo” nas sociedades patriarcais (Amâncio, s.d; Kroløkke & Sørensen, 2006).

Por isso, segundo Kroløkke e Sørensen (2006), neste período, o surgimento do feminismo radical não deve ser abordado à parte de outros movimentos, como é o caso dos protestos de estudantes, o movimento contra a Guerra do Vietname (1955-1975), os movimentos dos homossexuais e, nos Estados Unidos, a luta pelos direitos civis dos negros. Todos eles criticaram o “capitalismo” e “imperialismo” e focaram-se na ideia de opressão de grupos sociais: classes trabalhadoras, raças, e claro, mulheres.

Ora, uma das intelectuais que mais se destacou nesta segunda vaga foi Carol Hanisch, feminista radical e autora do artigo, “O Pessoal é Político” (1970), originalmente

¹⁴ Termo usado em variadas perspetivas, para caracterizar abstratamente a estrutura e os arranjos sociais através dos quais a opressão da mulher é estruturada. É um conceito simbólico masculino, que expressa o controlo do homem sobre a sexualidade e fertilidade feminina (Kramarae & Treichler, 1985).

integrado na obra *Notes from the Second Year: Women's Liberation*, de Shulie Firestone e Anne Koedt. Hanisch, que era membro de grupos feministas como o *New York Radical Women* (1967-1969) e *Redstockings* (1969 até ao presente), declarou já em 2006, que este foi um artigo de resposta a uma das grandes críticas com que o Women's Liberation Movement¹⁵ se deparava, nomeadamente: O que é que a sua luta tinha de político?

Para Hanisch, as reivindicações das mulheres eram menosprezadas apenas por trazerem a público problemas pessoais, especialmente, questões relativas à sexualidade, aparência e aborto. Por isso, defendia que a grande maioria dos problemas que as mulheres enfrentavam na vida privada não eram culpa sua, mas da opressão social a que estavam sujeitas. “Uma das primeiras coisas que eu descobri (...) é que os problemas pessoais são problemas políticos. E que não há soluções pessoais neste momento. Apenas uma ação coletiva leva a uma solução coletiva”, (Hanisch, 1970, p. 76). Ou seja, as mulheres eram encorajadas a deixarem de atentar apenas aos problemas relacionados com a esfera política e a começarem a refletir sobre a esfera privada, onde a desigualdade entre sexos estava igualmente presente, em áreas como o casamento, família, sexualidade e trabalho.

Resumidamente, é possível afirmar que a segunda “onda” do feminismo não foi apenas uma, mas multiplicou-se em várias, se se atentar à variedade de perspetivas¹⁶ que surgiram neste período. A questão que se colocava não era saber se uma mulher era feminista, mas de que tipo era. Por isso, conclui-se que esta vaga foi altamente teórica e com fortes ligações académicas (Kroløkke & Sørensen, 2006).

1.1.3 – A terceira vaga

Foi num contexto adverso que a terceira vaga surgiu, já no início da década de 1990. A imprensa popular declarava o feminismo morto, longe do ativismo que o caracterizou anteriormente (Gilley, 2005). Nancy Fraser, pensadora feminista americana associada à teoria crítica, defende que na origem da terceira vaga estiveram as novas

¹⁵ Women's Liberation Movement (Movimento de Libertação das Mulheres) foi um movimento fundado nos Estados Unidos na década 1960, que persistiu até aos anos 1970 e que reuniu várias pensadoras feministas.

¹⁶ Para além das feministas radicais e liberais, existiam ainda: as marxistas-socialistas, que defendiam que o principal fator de opressão das mulheres era a divisão sexual no trabalho, fruto da exploração capitalista e do patriarcado; as feministas psicanalíticas, que afirmavam que a natureza das mulheres não era determinada biologicamente, mas sim através de uma construção social que começava desde infância e as feministas culturais que diziam que as mulheres deveriam possuir e poder transmitir formas de pensamento e argumentação, de modo a que a sua presença no campo intelectual fosse mais notada (Sarikakis, Rush, Grubb-Swetnam, & Lane, 2008).

políticas de livre-mercado e o fim do Estado Social, numa época marcada pelo pós-comunismo e pelo reavivar do neoliberalismo, que punha em causa a ideia da redistribuição igualitária. Deste modo, os movimentos feministas, que antes tinham a promoção da igualdade como ponto de partida, tiveram de encontrar uma forma de se adaptar a estas mudanças. Ao invés das mulheres procurarem a igualdade, apostou-se no “reconhecimento da diferença”. Para Fraser, a tendência foi subordinar as lutas sociais às lutas culturais, assim como a política de redistribuição à política do reconhecimento. Um erro na visão da autora, tendo em conta que o neoliberalismo hegemónico nada mais queria do que reprimir a memória do igualitarismo social e, conseqüentemente, entre géneros (Fraser, 2007).

Os pilares que sustentaram esta vaga não foram de maneira nenhuma sólidos. Jennifer Gilley expõe três fluxos divergentes, a partir dos quais os fundamentos teóricos da terceira “onda” se constituem. Em primeiro lugar, tanto na cultura popular como na experiência pessoal das mulheres, começou a ser transmitida a ideia de que o feminismo era desnecessário, porque a igualdade entre os sexos já tinha sido alcançada, em áreas como a educação, saúde, ou direitos de reprodução. Um segundo argumento defendia que o feminismo tinha ido longe demais e que as mulheres tinham chegado um estágio de enorme cansaço, devido à conciliação da carreira com as tarefas de esposa, mãe e dona de casa. O terceiro e último argumento é que o movimento feminista, até então, apenas se tinha limitado aos interesses da maioria branca, descurando reivindicações em prol da integração de todas as raças (Gilley, 2005).

Quem se distancia destes argumentos é Rebecca Walker em “Becoming the Third Wave” (1992), para a revista *Ms. Magazine*. Aqui, Walker afirma que a luta das mulheres ainda está muito longe de terminar e que é necessário agir:

Ser feminista é integrar uma ideologia de igualdade e de potencialização feminina em cada fibra da vida. É procurar uma clareza pessoal no meio de uma destruição sistémica, participar numa irmandade de mulheres quando já estamos divididas, entender as estruturas de poder com a intenção de desafiá-las (...) Não tenham sexo com eles, não partilhem pão com eles, não os alimentem se eles não priorizarem a nossa liberdade e o controlo dos nossos corpos e vidas (Walker, 1992, p. 41).

A autora termina o artigo com uma das afirmações chave deste período: “Eu não sou pós-modernista. Eu sou a terceira onda”, avançando assim a existência de uma nova fase do feminismo (Walker, 1992, p. 41). Nesta “onda”, há uma maior preocupação em mudar os estereótipos criados pelos meios de comunicação, assim como a linguagem utilizada para definir a mulher. A crítica à ciência estende-se ao contributo do próprio

feminismo para os essencialismos e reducionismos dos anos 70 e abre novas perspetivas analíticas ao conceito de género (Amâncio, s.d).

Joan Scott fala precisamente sobre a temática “sexo/género” no seu trabalho. Para a historiadora, o conceito de género deve não só tratar o sujeito individual, como também a organização social e a natureza das suas interrelações. Deverá ser encarado como um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e uma forma de significar as relações de poder (Scott, 1989). Nesta perspetiva, um indivíduo nasce com um determinado sexo (macho ou fêmea), componente puramente biológica. Será a cultura a construir um género estável (masculino ou feminino), que por sua vez, determinará os seus desejos em relação ao sexo oposto (Ferreira R. , 2014).

Judith Butler, uma das grandes referências da teoria *queer*¹⁷ abordou igualmente esta temática sexo/género, em *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity* (1990). A filósofa norte-americana questiona esta bipolaridade de conceitos, em que o sexo é encarado como algo natural, e o género como fruto de uma construção social. Critica igualmente as teorias feministas, que apesar de quererem apresentar a mulher como um ser igual ao homem, acabavam por individualizá-la ao usarem o conceito “género”, imediatamente associado às mulheres. Por isso, a identidade de género é questionável e resultado do contexto social em que está inserida:

Não há identidade de género por trás da expressão de género; essa identidade é constituída performativamente pelas mesmas ‘expressões’ que são ditas ser os seus resultados (Butler, 1990, p. 25).

Butler apoia por isso a perspetiva de Beauvoir – “Uma mulher não nasce mulher, torna-se mulher”, afirmando que mulher é um termo em processo, uma construção que não tem princípio, nem fim.

O feminismo é um conceito complexo, com uma história rica que se foi construindo ao longo do último século. As intervenientes que deram fôlego aos diversos movimentos e ideologias que o constituíram (e ainda constituem) foram determinantes para o alcance de um objetivo comum: a valorização do espírito crítico da mulher. Por isso, e apesar das diferenças de perspetiva, a verdade é que as participantes nas reivindicações feministas:

¹⁷ Nascida nos Estados Unidos no final da década de 1980, a teoria *queer* recusa a existência de papéis sexuais determinados biologicamente e afirma que tanto o conceito de sexo, como de género são fruto de uma construção social. Uma das críticas feitas por estes teóricos é o facto de nas ciências sociais apenas se considerar, por exemplo, a heterossexualidade, vertente igualmente presente mesmo nos estudos sobre minorias (LGBT) (Miskolci, 2009).

- 1) Reconhecem a “validade das interpretações das próprias mulheres sobre a sua experiência vivida e necessidades”, assim como “os valores que as mulheres reclamam publicamente como seus (...) na apreciação do seu estatuto na sociedade face aos homens”;
- 2) Exibem “a sua consciência, desconforto ou até revolta face à injustiça institucionalizada (ou desigualdade) em relação às mulheres enquanto grupo, pelos homens enquanto grupo, em determinada sociedade”;
- 3) Advogam a “eliminação dessa injustiça desafiando, mediante esforços para alterar as ideias prevaletentes, e/ou as instituições e práticas sociais, o poder coercivo, a força, ou autoridade que defenda as prerrogativas masculinas nessa cultura particular” (Offen, 2008, p. 36).

Daí que para Karen Offen (2008), ser feminista é ser contrário à dominação masculina na cultura e na sociedade, qualquer que seja o local geográfico ou situação histórica.

1.2 - O feminismo e os meios de comunicação.

Fazer uma introdução sólida ao conceito de feminismo aqui em análise implicou que se refletisse sobre uma das vertentes que mais contribuiu para a sua divulgação e que sistematicamente é abordada na literatura: os meios de comunicação. De facto, o seu papel na sociedade é preponderante e digno de se constituir como tema de vários estudos (Friedan, 1971; Tuchman, 1978; Faludi, 1991; Wolf, 1991).

Cynthia Carter e Linda Steiner (2004) defendem que os meios de comunicação são importantes pelo poder que têm de representar aquilo que é “socialmente aceitável”, que inclui não só a forma como o indivíduo se relaciona com o grupo, mas também o seu reconhecimento público, honra e status. Conscientes desta influência, investigadoras feministas começaram a interessar-se pela temática, fundamentalmente, a partir da década de 1960. Examinou-se a forma como o sexo feminino era retratado pelos média, através da análise de jornais, revistas (femininas, de informação, feministas, pornográficas, etc), programas de televisão em prime-time¹⁸, publicidade, música, entre outros objetos de estudo. A grande preocupação centrava-se na imagem sexista com que os meios socializavam o público, especialmente, as crianças. Para Carter e Steiner, era por

¹⁸ Espaço de informação diária na televisão, cuja edição principal se situa no horário nobre (de maiores audiências) (Cascais, 2001).

intermédio desta mensagem que se dicotomizavam os pensamentos e se hierarquizavam os estereótipos relativos aos deveres de cada sexo (Carter & Steiner, 2004).

1.2.1 - Quando os média e as investigações académicas sobre as questões de género se cruzam

A denúncia do sexismo existente nos meios de comunicação, mais precisamente, na imprensa dirigida à mulher, ganhou destaque em 1963, ano em que Betty Friedan (1947-1969) publicou *Mística Feminina (Feminine Mystique)*. A cofundadora e primeira presidente da NOW (National Organization for Women) dedicou a sua investigação ao estudo das principais revistas femininas norte-americanas, (a *Ladies Home Journal*, *McCall's*, *Good Housekeeping* e *Woman's Home Companion*. O *New York Times* ou a *CBS* foram também objetos de estudo.

Friedan fala sobre a “dona de casa americana”, que tinha encontrado a sua “realização feminina”. Desta forma, a “Nova Mulher” que prevaleceu sobretudo durante os anos 1950 e que era independente e decidida, deu lugar a uma outra, que baseava a sua existência na “mística feminina” (Friedan, 1971, p. 40):

A mística feminina afirma que o valor mais alto e o compromisso único da mulher é a realização da sua feminilidade. Afirma ainda que o grande erro da cultura ocidental, no decorrer dos séculos, foi a desvalorização dessa feminilidade. Diz ainda que esta é tão misteriosa, intuitiva e próxima à criação e à origem da vida, que a ciência humana talvez jamais a compreenda. Contudo, por mais essencial e diferente que seja, de modo algum é inferior à natureza do homem; em certos aspetos pode até ser superior. O erro, diz a mística, a raiz do problema feminino no passado, é que as mulheres invejavam os homens, tentavam ser como eles, em lugar de aceitar a sua própria natureza, que só pode encontrar realização na passividade sexual, no domínio do macho, na criação dos filhos, e no amor materno (Friedan, 1971, p. 40).

Ao tentar ocupar o lugar que era destinado ao seu sexo, a mulher acabou por se tornar cada vez mais isolada, não só da sociedade, como de si mesma. A dedicação exclusiva do seu tempo ao círculo social que lhe era mais próximo, neste caso a família, levou a um esgotamento do seu intelecto e consequentemente à falta de investimento nas suas capacidades. Os seus gostos estavam moldados às tarefas limitativas que tinha de cumprir, enquanto dona de casa, mãe e esposa. Assim, Friedan descreve que num encontro entre famílias, enquanto os homens discutiam assuntos de relevância, como economia e política, as mulheres conversavam sobre o seu dia-a-dia, tarefas domésticas, maternidade, etc.

Neste âmbito, deu-se o surgimento de um “problema sem nome”, de que muitas donas de casa se queixavam. “Por vezes uma mulher dizia-me que a sensação tornava-se

tão opressiva que ela saía de casa e punha-se a caminhar a esmo pelas ruas. Ou então desatava a chorar”, relatou a autora em relação a um dos muitos casos com que se deparou na sua investigação (Friedan, 1971, p. 22). Mas não se ficou por aqui:

Conversei com mulheres que tinham passado anos em sofás de analistas, a procurar «ajustar-se ao papel feminino», tentando resolver bloqueios para «sentirem-se realizadas como esposa e mãe». Mas o olhar e o tom desesperado dessas vozes eram o mesmo tom e olhar de outras mulheres que estavam certas de não ter problema algum, embora sentissem aquele mesmo estranho desespero (Friedan, 1971, p. 22).

A análise de Friedan mostra que a forma como os meios de comunicação de massa lidavam com este problema era conservadora e pouco compreensiva. Enquanto a revista *Newsweek* afirmava que a infelicidade da mulher se devia à conquista dos seus direitos, a *Harper's Bazaar* sugeria que as mulheres fossem convocadas como auxiliares de enfermeiras ou amas. Mas nenhuma destas soluções era válida para Friedan, nem suficientemente concreta para resolver aquele que se designava ser o “problema sem nome”. Este problema “permaneceu mergulhado, intacto, durante vários anos, na mente da mulher americana”. Tratava-se de uma ânsia, ou insatisfação proveniente do cumprimento do papel designado para a mulher, como esposa e mãe. Friedan afirma que muitas eram consideradas “neuróticas” por desejarem seguir uma carreira letrada. Tal mentalidade levou mesmo a que na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos, muitas mulheres recusassem receber tratamentos contra o cancro, por estes diminuírem a sua feminilidade (Friedan, 1971, p. 17).

A sociedade norte-americana tinha ignorado as dúvidas de milhares de mulheres casadas que se afirmavam insatisfeitas com o seu casamento. Ao contrário do que se afirmava, o problema feminino não era de ordem sexual, mas sim de identidade, o que não permitia à mulher alcançar a sua plenitude enquanto ser humano.

Aprendiam a lamentar as infelizes neuróticas que desejavam ser poetisas, médicas ou presidentes. Ficavam sabendo que a mulher verdadeiramente feminina não deseja seguir carreira, obter educação mais aprofundada, lutar por direitos políticos e pela independência e oportunidades que as antigas feministas pleiteavam. Algumas, entre quarenta e cinquenta anos, lembravam-se ainda de terem renunciado com pesar a esses sonhos, mas a maioria já nem pensava neles. Mil vozes de entendidos aplaudiam a sua feminilidade, o seu equilíbrio, a sua nova maturidade. Bastava-lhes orientar a vida desde a infância no sentido da busca de um marido e da formação da família (Friedan, 1971, p. 17).

O trabalho de Friedan teve uma enorme repercussão a nível internacional. Compreendeu-se pela primeira vez a influência que os meios de comunicação de massa poderiam ter na construção do “eu feminino” e, por isso, muitas investigações começaram

a interessar-se por este tópico. A partir da década de 1970, os estudos complexificaram-se e tentaram provar que os média apoiavam dois sistemas interligados: o patriarquismo e o capitalismo. Neste ponto de vista, os meios de comunicação não eram exclusivamente um espelho da realidade, mas contribuíam para a construção de definições hegemónicas que deveriam ser aceites como realidade (Carter & Steiner, 2004).

Gaye Tuchman defendeu esta perspetiva em 1978 no artigo, “O aniquilamento simbólico das mulheres pelos meios de comunicação de massas”. Por um lado, era sublinhada a “hipótese da reflexão”, que afirmava que os “meios de comunicação refletiam valores sociais dominantes”, sendo que tais ideias e ideais eram incorporados como representações simbólicas da sociedade americana, e por outro, a “condenação” e a trivialização que significavam a existência de um “aniquilamento simbólico”. De facto, a representação das mulheres nos média era baixa numa época em que estas constituíam 51% da população e 41% da força de trabalho, no caso dos Estados Unidos. Assim, enquanto as trabalhadoras eram simplesmente “condenadas”, as restantes eram representadas como “ornamentos infantis” e desvalorizadas dentro das “fronteiras protetoras do lar” (Tuchman, 1978, p. 140).

Este aniquilamento estava presente nos meios de comunicação de massa, entre eles a televisão. Verificou-se que em vários conteúdos, desde programas infantis, passando por anúncios, até às comédias ou telenovelas, as mulheres profissionais eram “simbolicamente denegridas, pelo facto de serem retratadas como incompetentes ou inferiores aos profissionais masculinos” (Tuchman, 1978, p. 143). Havia também uma tendência para o sexo feminino ser tratado como vítima. Assim, a mulher dona de casa e que se dedicava à família era considerada favoravelmente, ao contrário da que trabalhava fora do lar, que acabava por ser ignorada (Tuchman, 1978, p. 143).

A mesma tendência foi detetada nas revistas femininas, onde o mote era “casa-te, não trabalhes”. Tal como a maior parte dos meios impressos, as revistas femininas tinham como objetivo a construção da sua própria audiência. No entanto, diferenciavam-se de todas as outras por especificarem o seu público-alvo. Tal significava que os seus conteúdos eram pensados para a mulher e expressavam aquilo com que mais se identificava – os valores dominantes femininos. Baseada no trabalho de Helen Franzwa¹⁹, Tuchman revelou que, entre 1940 e 1970, em revistas como a *Ladies Home Journal*,

¹⁹ Para saber mais sobre o assunto consultar o trabalho de Franzwa (1974).

McCall's e *Good Housekeeping*, as mulheres eram retratadas através da presença dos homens na sua vida, ou pela ausência deles:

A dependência feminina e a passividade são elogiadas; nas raras ocasiões em que a dependência masculina é representada, é vista como indesejável. Como se espera das caracterizações que definem as mulheres nos termos dos homens, a ficção americana de revista difama a mulher trabalhadora (Tuchman, 1978, p. 147).

A forma como a imprensa feminina retratava a mulher era estereotipada e baseada naquilo que se esperava dela. Mesmo os jornais de caráter generalista, cujo objetivo seria atrair toda a família, tratavam as leitoras como uma audiência especializada. Os espaços que a elas eram reservados estavam repletos de “não-notícias” e “quase esquisitices”. Festas, casamentos, noivados, as preferências de roupa e comida dos ricos e das celebridades representavam os assuntos a que era dado um maior destaque (Tuchman, 1978, p. 151).

Gaye Tuchman constatou que a atenção ao sexo feminino era segregada e encontrada nas páginas de mulheres. Apesar do movimento das mulheres ter levado a que a cobertura feitas pelos jornais se intensificasse, estes continuaram a encará-la como uma “peculiaridade ocasional”.

Tal como a indústria televisiva, o apelo a um denominador comum encoraja os jornais a embarcarem na alienação simbólica das mulheres, ao ignorá-las no trabalho e ao trivializá-las, mandando-as para casa onde vão tomar conta do fogão (Tuchman, 1978, p. 158).

A trivialização e o aniquilamento de que Tuchman falava tinham objetivos bem mais complexos do que o enviesamento dos meios de comunicação. Com a promoção do ideal de mulher tradicional, cujo trono cativo era o lar, os defensores do antifeminismo conseguiam estar um passo à frente não só no fomento da autoestima da mulher, como, sobretudo, no enfraquecimento da sua luta pela igualdade de direitos.

O trabalho de Susan Faludi denuncia com clareza estes ataques. Em *Backlash – O contra-ataque na guerra não declarada às mulheres* (1991), a jornalista refere como se deflagrou um contra-ataque implacável às conquistas femininas, que operava em dois níveis distintos. No primeiro, pretendia-se convencer as mulheres de que os seus sentimentos de angústia e insatisfação (já frisados por Betty Friedan) eram resultado do excesso de independência e no segundo, a destruição gradual dos mínimos avanços da mulher no trabalho, na política e claro, no seu pensamento crítico.

Todas estas manifestações contra as conquistas alcançadas até então, no que respeitou a condição da mulher e aos estereótipos com que o sexo feminino era encarado, tinham um nome bem definido segundo a autora - “backlash”:

Mas se o medo e a intolerância em relação ao feminismo são uma espécie de condição viral da nossa cultura, isto não quer dizer que eles sempre se manifestem na sua fase aguda; os sintomas permanecem e periodicamente voltam à tona. E são justamente estes episódios de reincidência, como o que estamos a viver agora, que podemos definir como “backlash”, um contra-ataque para impedir o progresso da mulher (Faludi, 1991, p. 17).

O avanço deste “backlash” deu-se sobretudo a partir da década de 1970, através dos setores de direita evangélica norte-americana. Com o passar dos anos esta perspetiva foi ganhando terreno, até conseguir ocupar um lugar privilegiado na cultura popular. As mais afetadas foram as mulheres principalmente as feministas, que se viram cada vez mais desamparadas:

O backlash não trouxe o caloroso sentimento de “intimidade familiar”, como os publicitários gostam de chamá-lo, mas sim a apavorante certeza de que agora é cada mulher por si. “Sinto-me abandonada”, escreve uma feminista mais velha na coluna de cartas da revista *Ms* (Faludi, 1991, p. 75).

Para Faludi, a imprensa optava por ignorar todos os conteúdos que tivessem a ver com o feminismo e luta das mulheres. A lógica tinha-se invertido, pois, se anteriormente argumentava-se que as mulheres eram infelizes devido à falta de liberdade, agora é o seu excesso a causadora de todos os males. E este género de “jornalismo tendência” ganhava espaço não porque relatava factos reais, mas por causa da sua força de repetição.

A ausência da mulher no jornalismo nas suas mais variadas vertentes era gritante e o feminismo já não estava lá para “salvá-la”. O seu fim tinha sido claramente anunciado:

O feminismo está “morto”, as manchetes se encarregaram de anunciar por toda a parte. “O movimento feminista acabou”, informava um artigo de capa do *New York Times Magazine* (Faludi, 1991, p. 94).

O feminismo passou então a ser encarado por vários motivos como algo negativo. As mulheres que se assumiam a favor das suas perspetivas começaram a ser excluídas, acusadas de possuir um excesso de masculinidade. Aliás, uma das muitas críticas feitas às feministas era que o sexo feminino ao querer ser igual ao masculino, acabava por perder a sua feminilidade. Para os críticos era importante realçar esse lado mais belo e delicado da mulher que a tornava especial.

Curiosamente, uma das investigadoras que foi alvo destas críticas em concreto foi Naomi Wolf, após a publicação, em 1991, de *O Mito da Beleza*. Apesar do seu objetivo

ter sido mostrar de que forma é que as imagens das mulheres nos meios de comunicação de massa eram usadas contra elas próprias, a escritora norte-americana teve de se deparar com uma série de argumentos, que segundo a mesma distorciam o seu propósito. No prefácio do livro, Wolf esclareceu que por um lado, não considerava que o aspeto mais nefasto do “mito da beleza” fosse a maquilhagem, mas sim a propaganda que sugeria que “o feminismo tornava as mulheres feias, ou que as forçava a escolher entre a beleza e emancipação”. Para além disso garantia que não era contra “as imagens de glamour e de beleza da cultura de massas”, mas sim contra o facto de estas “proliferarem em prejuízo de muitas outras imagens ou histórias de mulheres” (Wolf, 1991, p. 12).

Um dos objetos de estudo da Wolf foram as revistas femininas. Neste âmbito relatou a evolução histórica e cultural destes meios de comunicação de massa e de que forma contribuíram para a criação e estabelecimento do “mito da beleza”. Esclareceu que a ascensão da imprensa feminina foi resultante de grandes investimentos de capital, que aliados à expansão da alfabetização e ao aumento do poder aquisitivo das mulheres de classe trabalhadora e baixa ajudaram à democratização da beleza.

Ao longo do século XX, a democratização referida por Wolf foi crescendo nos média, na sociedade, nos pensamentos do homem e na vida das mulheres. A mística feminina que perdurou sobretudo durante a década de 1960 deu lugar a este mito. Ou seja, mudaram as designações, mas os estereótipos continuaram: “O mito da beleza, na sua conceção moderna surgiu para substituir a mística feminina, para salvar as revistas e os seus anunciantes das terríveis consequências económicas da revolução feminista” (Wolf, 1991, p. 74).

Inspirada no trabalho de Friedan, a autora recorda a revolução feminista relativa à segunda fase de feminismo, época em que as mulheres começaram a deixar de ser donas de casa e a regressar ao mercado de trabalho. Os interesses das leitoras passaram a ser outros e as revistas tiveram de adaptar o “mito”. A adaptação foi simples. Se antes a mulher heroína era aquela “que não parava de ter filhos”, agora é aquela que “não para de ser bonita” (Wolf, 1991, p. 74).

Esta dose obrigatória do mito da beleza fornecido pelas revistas induz nas leitoras um desejo incontrolável, insaciável e furioso de obter certos produtos e uma fantasia permanente; a espera ansiosa por uma fada-madrinha que chegue à porta da leitora e a faça dormir (Wolf, 1991, p. 77).

As mulheres eram afetadas pelo que as revistas lhe diziam, até porque a grande maioria consumia apenas este tipo de conteúdos. No entanto, e apesar de todas as suas

fraquezas, Wolf realça que o contributo da imprensa feminina para a divulgação dos ideais feministas foi notório:

O que raramente se reconhece é o facto de essas revistas terem disseminado as ideias do feminismo de maneira mais ampla do que qualquer outro meio de comunicação – sem dúvida que com maior abrangência do que os periódicos explicitamente feministas. Foi através das suas páginas que os temas dos movimentos das mulheres se espalharam e desceram das académicas torres de marfim para impregnarem a vida das mulheres das classes trabalhadoras, das do meio rural, daquelas sem instrução de nível superior. Sob esse prisma, as revistas possuem um enorme potencial como agentes das mudanças sociais (Wolf, 1991, p. 79).

Assim, se por um lado, as revistas femininas incentivaram a (eterna) competição entre as mulheres para saber qual a mais bela, por outro, proporcionaram uma “deliciosa sensação de solidariedade feminina”, que só se notou sobretudo na segunda vaga do feminismo. Eram elas que enalteciam o desejo das mulheres contactarem entre si e de colocarem fim às barreiras da inveja e preconceito.

Com a aproximação do novo milénio, os estudos de género foram-se diversificando, e embora continuassem focados nos meios de comunicação, tornaram-se igualmente mais ricos com a introdução de novas perspetivas e consecutivamente, conclusões.

Margaret Gallagher, investigadora irlandesa, foi outro dos nomes que se destacou nos estudos de média e género. No artigo, ‘Imperialismo de batom e a nova ordem mundial: as mulheres e os media no século XX’ (1995) realiza uma análise, onde o conceito de “aldeia global” é criticado pelo simples facto de representar uma “metáfora enganadora”. Defende que o sistema de comunicação e informação global não envolve a maioria da população mundial, acabando por perpetuar muitas desigualdades. Em causa estão os ganhos económicos proporcionados pelo mundo do entretenimento, que cada vez mais tem vindo a ganhar espaço, devido ao interesse que as pessoas por ele manifestam:

Num sistema de informação e comunicação global cujos gestores caracterizam o resultado da sua atividade como um «produto» (em vez de conteúdo), e veem as pessoas como categorias «demográficas» (em vez de audiências), os apetites e aspirações podem, se necessário, ser criados (Gallagher, 2004, p. 70).

Esta criação de “apetites” e “aspirações” encontrava-se bastante presente nas revistas femininas consideradas pela autora verdadeiras “montras de fantasia” em que os produtos eram expostos para serem comprados pelas leitoras:

A audiência feminina é encorajada a seguir a heroínas submissas e sofridas, e não apenas pela narrativa dos média que sugere que esta é a forma como elas poderão «arranjar o seu

homem». As mulheres são também literalmente encorajadas a «comprar» o mundo (Gallagher, 2004, p. 71).

Tal “ordem de compra” deu origem a um novo conceito introduzido por Gallagher – o “imperialismo do batom”. Inspirada numa teoria que dominou os estudos sobre a comunicação internacional²⁰, nomeadamente, o imperialismo cultural, esta designação aplicava-se ao processo de fusão de inúmeras empresas de média a nível mundial. O aumento do seu poder fazia com que a visão por elas defendida e imposta influenciasse as audiências e o seu futuro. A perspetiva tornava-se portanto, mais ocidentalizada, e no caso das mulheres eram disponibilizados conteúdos que iam ao encontro aos seus interesses.

Ainda assim e apesar de enunciar os principais problemas no que diz respeito à representação do sexo feminino nos meios de comunicação, Gallagher não deixa de sublinhar o seu “lado positivo”, referindo que ao longo da história estes se revelaram também importantes aliados na luta pelos direitos das mulheres:

Olhando para os média predominantes, «o movimento dos média de mulheres» tem certamente representado um papel fundamental na luta das mulheres no mundo. Parte de uma rede global, de um movimento de consciencialização e de projetos de criação de conhecimento, eles permitiram às mulheres comunicarem pelas próprias palavras e imagens (Gallagher, 2004, p. 76).

Para que esta aliança se tornasse mais eficaz era necessário que as relações entre as mulheres e os média populares melhorassem, de modo a que um público mais alargado fosse atingido e, assim, o sistema de informação e comunicação mundial se tornasse mais diverso e democrático.

A evolução desta relação foi notada por Angela McRobbie, num ensaio que teve também como objeto de estudo a revista *More!* e a forma como esta retratava assuntos relacionados com a sexualidade da mulher. Em “*More! A Nova sexualidade nas revistas para raparigas e mulheres*” (1999), a autora discorre sobre a “nova política da feminilidade” presente nesta publicação e nas revistas femininas em geral. Esta perspetiva envolvia as designadas «novas sexualidades», que se referiam às imagens e textos que

²⁰ Um dos documentos mais relevantes que falou sobre o assunto foi o relatório MacBride publicado em 1980, pela Unesco, cujo responsável foi o irlandês Sean MacBride. Num dos vários problemas apontados aos média destaca-se a concentração dos meios de comunicação no que diz respeito à produção e distribuição das notícias e conteúdos de entretenimento a nível internacional. Alerta-se, por isso, que tal realidade poderá levar à formação de monopólios e, conseqüentemente, ao imperialismo cultural, que em muito deriva do trabalho que é feito pelas agências noticiosas (MacBride, 1980). Daí que a comunidade internacional acaba dividida e altamente estratificada por nações “fortes” - no original “top-dogs” e nações fracas – “under-dogs” (Galtung & Ruge, 1965).

rompiam com as “convenções do comportamento feminino ao representarem as raparigas como jovens cruamente libidinosas” (McRobbie, 2004, p. 128).

De acordo com McRobbie, a revista *More!* era um exemplo desta nova fase de abertura na década de 1990. Assuntos como o sexo oral e a qualidade do orgasmo começaram a ser abordados sem tabus nas capas desta revista, lida por adolescentes de treze anos, apesar de oficialmente não se dirigirem a elas²¹.

A revista traz informação explícita sobre a masturbação (masculina e feminina), jogos sexuais, adereços sexuais, um sem fim de conselhos sexuais. A maioria destas peças traz o logótipo de um fabricante de preservativos no canto inferior da página e editorialmente são apresentadas no contexto do sexo seguro (McRobbie, 2004, p. 129).

Esta abordagem mais aberta fez com que muitas feministas sugerissem que as raparigas se tinham tornado arrapazadas e grosseiras. Consciente disto, McRobbie colocou a seguinte questão: “Porquê o abandono do romance em troca dos preliminares, dos preservativos e do prazer sexual?”. A autora responde, afirmando que para entender este novo regime de representação é necessário ter em conta dois fatores: o primeiro foi a mediatização da SIDA e do vírus do VIH, que levou à produção de uma nova cultura sexual mais explícita e incentivada pelos programas de conhecimento e prevenção aprovados pelo governo; o segundo, o impacto do próprio feminismo nas publicações, em que a aprovação dada pelas mulheres que trabalhavam na educação indicava que estes conteúdos tinham valor (McRobbie, 2004, p. 130). Neste sentido, dá conta da evolução nos conteúdos exibidos por estas publicações, começando por referir que:

Em meados de 70 a atenção dada pelas feministas às revistas para raparigas e mulheres justificava-se na medida em que nelas encontrava-se um exemplo de opressão (...) As revistas promoviam o romance como a forma pela qual as mulheres deveriam interpretar e praticar a sua sexualidade. (...) tal, implicava um submisso e condescendente comportamento relativamente aos homens (McRobbie, 2004, p. 123).

Relativamente aos materiais analisados na investigação, McRobbie adianta que os temas menos conservadores das revistas analisadas (que alguns chegavam a considerar como material “semi-pornográfico”) levaram a que na “nova cultura de miúdas” houvesse um desejo de provocar o feminismo, desde que este se tinha tornado tanto senso comum como sinal de autoridade feminina (McRobbie, 2004, p. 131).

A geração provou ser uma força mais poderosa e divisionária do que se esperava. As mulheres mais novas querem provar que conseguem viver sem o feminismo como

²¹ A autora explica que este género de publicações, nomeadamente, as revistas para adolescentes, são sempre lidas por uma gama de idades abaixo do alvo que os editores procuram, por oferecerem o papel desafiador às raparigas que pretendem saber o que as espera na próxima fase do seu crescimento.

movimento político, gozando as recompensas do seu sucesso na cultura e na vida quotidiana (McRobbie, 2004, p. 131).

McRobbie termina afirmando que se deveria olhar para tudo isto como um processo saudável e interessante, até porque o feminismo redefiniu-se como “persuasivo” e “profissional”. Por isso, as revistas acabaram por ser também uma “oportunidade, um meio de manter um canal popular de comunicação entre mulheres diferentes cruzando etnias, fronteiras de idade, classe e etnia” (McRobbie, 2004, p. 136).

Atualmente, a influência dos média na população feminina continua a ser investigada e reconhecida. E este é um fator para o qual Gallagher chama mais uma vez à atenção, mas agora no âmbito do Global Media Monitoring Project²² (Macharia, 2015).

No último relatório de 2015, que abrangeu mais de 114 países, entre eles Portugal, a autora realça o poder dos média não apenas como instituições culturais ou comerciais, que selecionam e representam a realidade política e social. Mais importante do que isso é o seu poder simbólico, assim como a habilidade de moldar o que é considerado como normal na sociedade. Os meios de comunicação, como instituições influentes e com mecanismos de definição poderosos, são fundamentais para as formas como o estatuto da mulher e as diferenças de género são refletidas, entendidas e potencialmente modificadas. A forma como as mulheres e os homens são representados é uma chave indicadora do progresso da igualdade de género e da evolução dos direitos da mulher (Global Media Monitoring Project, 2015).

Atendendo em particular aos resultados desta investigação, uma das principais conclusões é que na década de 1995 a 2005 tenha havido um aumento lento na visibilidade das mulheres nas notícias, sendo que o período entre 2005 a 2015 representou uma fase de estagnação. Em 24% do total não houve nenhuma mudança na proporção de mulheres que eram representadas nos meios de comunicação tradicionais (jornais, rádio, televisão) (Global Media Monitoring Project, 2015).

1.3 - O papel social da mulher em Portugal e a evolução dos seus direitos

Tal como se verificava a nível internacional, em Portugal, os primeiros ventos feministas surgiram ainda na década de oitocentos. Para Ana Maria Costa Lopes, foram as mulheres deste período que se constituíram como as “pioneiras” dos movimentos que

²² O Global Media Monitoring Project (GMMP) é um projeto de investigação que foi criado pela World Association for Christian Communication (WACC). O seu principal objetivo é perceber de que forma os meios de comunicação por todo o mundo espelham a desigualdade de género nos seus conteúdos. A primeira edição foi publicada em 1995 e a última em 2015.

reivindicavam os direitos femininos. As mesmas eram “ousadas”, “assertivas” e davam particular atenção a “problemas específicos da vida privada e pública das mulheres, tanto a nível emotivo como racional” (Lopes, 2009, p. 39).

Mas foi a partir do século XX que a participação cívica e política das mulheres sobressaiu, registando um contributo significativo a nível discursivo, argumentativo e organizativo. Com a implementação da 1ª República, a 5 de Outubro de 1910, a contestação feminina intensificou-se, tendo em conta a turbulência na política nacional. Apoiassem ou não os ideais republicanos, as mulheres mais comprometidas com a causa feminista conseguiram espaço para expressar opiniões, sustentarem causas, dar ordem a iniciativas e romper barreiras (Pinto, 2010; Esteves, 2010).

Neste período, o número de associações a favor da causa feminina começou a aumentar, conforme constata João Esteves. Ao Grupo Português de Estudos Feministas (1907) e à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas (1908/9-1919), juntou-se uma outra organização fundada apenas sete meses depois do triunfo da revolução republicana: Associação de Propaganda Feminista. Também conhecida pela imprensa como Liga Feminista ou Liga Sufragista das Mulheres Portuguesas, os seus objetivos eram sobretudo a regulamentação do sufrágio feminino (Esteves, 1998).

O direito de voto para a mulher afigurava-se como um ponto fundamental nas reivindicações, não só porque o sexo feminino constituía mais de metade da população, mas também porque “só interferindo na legislação que lhes dizia respeito seria possível dotá-las de outro enquadramento legal e social” (Esteves, 1998, p. 52). Carolina Beatriz Ângelo não só fez parte da história da fundação da Associação de Propaganda Feminista, como se tornou um marco na luta pelo sufrágio, ao ser a primeira mulher a votar em Portugal.

Para além da participação política através do direito ao voto, durante a primeira metade do século XX em Portugal, o pensamento e a ação feminista tiveram como objetivos a alteração da legislação do casamento, divórcio e ainda, o acesso de todas as mulheres a uma educação e instrução de qualidade (Tavares, 2008).

1.3.1 - Entre o casamento e o divórcio

Em 1911, Ana de Castro Osório (1872-1935) publica *A Mulher no Casamento e no Divórcio*, onde fala sobre o casamento e o divórcio e a necessidade de uma mudança de mentalidade a este respeito. Constata que em Portugal, assim como nos restantes povos latinos e até mesmo em França, o feminismo ainda está muito longe do seu triunfo, “mais

pela indiferença da mulher do que verdadeiramente por culpa do homem”. Para a escritora, a “mulher latina, na sua quase totalidade, acha-se muito bem no meio da servidão em que vive, e que lhe dá a garantia de uma relativa ociosidade”, pelo que é necessário que se contrarie a sua grande preguiça que não é a do trabalho, mas sim “a da vontade e a do pensamento” (Osório A. C., 1911, p. 17).

No que diz respeito ao casamento como instituição, a autora denota uma enorme injustiça nos direitos de que ambas as partes do casal usufruem:

Logo no artigo 1061º [do Código Civil] vemos uma das mais degradantes disposições do Código porque afeta, principalmente, os direitos sagrados da maternidade: - Havendo consentimento entre os pais sobre a concessão da licença para o casamento (dos filhos menores), prevalecerá a opinião do pai (Osório A. C., 1911, p. 28).

Tornava-se necessário que tanto a mulher como o homem ocupassem a mesma posição no matrimónio, até porque o que verdadeiramente diferenciava o indivíduo não era a sua força física, mas sim a sua força moral. Posto isto, Osório coloca uma questão: “E a força moral da mulher que vai ao casamento procurar o único emprego para que a criaram e dirigiram na sua educação, onde está?” (Osório A. C., 1911, p. 36).

Sobre o mesmo assunto, em *Mulheres Para Além do seu Tempo* (1995), Rosmarie Lamas explica que, na primeira metade do século XX, o casamento era encarado pelas feministas com uma certa ambiguidade. Por um lado, constituía o futuro mais cobiçado da grande maioria das raparigas da burguesia, por outro, um futuro inevitável para as jovens do povo. Para as últimas, as possibilidades de se tornarem independentes financeiramente eram remotas, se comparadas às primeiras que tinham os meios financeiros para estudar e aprender uma profissão. Estava-se perante um flagelo da sociedade relativamente ao sexo feminino, nomeadamente, a incapacidade financeira da mulher que se agravava, em muitos casos, com o matrimónio:

A dita «incapacidade económica da mulher refere-se ao facto de lhe ser vedado qualquer tipo de intervenção na administração dos seus próprios bens, seja qual foi o regime matrimonial, à proibição (...) de ela exercer uma profissão sem consentimento prévio do marido, e à impossibilidade de ela dispor do seu próprio salário, sendo tudo o que foi referido da única responsabilidade do marido (Lamas R. W.-N., 1995, p. 79).

O casamento chegava a ser encarado como um negócio, por isso, para as feministas era necessária a independência económica de ambos os sexos. O trabalho feminino não representava apenas a garantia de maior igualdade no casamento, mas a própria sobrevivência económica das mulheres, pois, para além de perfazerem uma parte

maior da população, nem todas podiam aspirar ao papel de mães e de esposas²³. Era necessário que se acabasse com as uniões cujos propósitos eram exclusivamente financeiros e que o matrimónio fosse encarado como uma ligação exclusivamente emocional entre dois indivíduos que se amam e pretendem formar uma família (Esteves, 1998). Quando porventura, em algum momento, esta ligação acabasse, então teria de haver uma alternativa: o divórcio.

O primeiro grande passo em relação ao divórcio foi dado pelos republicanos, na Lei do Divórcio de 3 de Novembro de 1910, que definiu o casamento como um contrato puramente civil, que poderia ser dissolvido por um simples ato civil (Lamas R. W.-N., 1995). Também Ana de Castro Osório²⁴ refletiu sobre o assunto:

“Perante o Código Civil, a mulher casada podia sofrer todas as afrontas, todos os vexames, de uma poligamia mal disfarçada, que não tinha o direito de se queixar, como se para ela a consciência e a justiça não existissem (...) como se não pudesse ter orgulho e dignidade, como se não tivesse os mesmos direitos de ser inteligente e consciente” (Osório, 1911, p. 10).

A autora via na revolução republicana uma oportunidade de mudança destas conceções em relação ao papel da mulher no matrimónio e na família. Era necessário entender que a lei do divórcio era “altamente moralizadora” e que dignificava a família. Mais, Osório afirmava veementemente que o divórcio era, principalmente, uma questão de interesse feminino e que por isso é que não existia, assim como “uma condição de felicidade e um direito à sagrada liberdade individual” (Osório A. C., 1911, p. 86).

Mas esta liberdade não foi facilmente conquistada como era desejado pelas feministas. Assim como o casamento, as leis que regulavam o processo de separação foram registando pequenas evoluções ao longo do século XX. Em “A intervenção do Estado: Políticas públicas da família”, a socióloga Karin Wall demonstra bem a complexidade do caminho percorrido em Portugal. A lei do divórcio, aprovada em 1910, introduziu o divórcio litigioso em tribunal, assim como a separação de pessoas e bens por mútuo consentimento (para casamentos celebrados há pelo menos dois anos e a partir de 1939, há pelo menos cinco). Em 1940 e já em plena ditadura, o Estado Novo estabelece

²³ Mesmo assim e de acordo com João Esteves, as mulheres apenas exerciam determinadas profissões consideradas adequadas ao sexo feminino, nomeadamente: advogada, agricultora, enfermeira de guerra, funcionária pública, trabalhadora nas indústrias femininas de Ponta Delgada, professora, fazedora de rendas e bordados e finalmente, veterinária (Esteves, 1998).

²⁴ Para Ana de Castro Osório, entre os motivos que justificam um divórcio está o adultério por qualquer um dos membros do casal, a condenação à prisão, injúrias graves, o abandono do domicílio por mais de três anos, o vício "inveterado do jogo da fortuna ou azar" ou doenças contagiosas. No caso das separações cujo motivo não estivesse entre os dez avançados pela autora, a "separação de facto" apenas se poderia dar de forma livre e consentida, após dez anos consecutivos (Osório A. C., 1911, p. 9).

um tratado - Concordata com o Vaticano, o qual proíbe os tribunais civis de permitir o divórcio de casamentos religiosos. Posto isto, apenas uma pequena percentagem de casais, tendo em conta que a maioria dos matrimónios eram realizados na igreja, poderiam requerer este direito em duas formas distintas: a primeira por mútuo consentimento e a segunda litigioso, mas apenas em caso de violação dos deveres conjugais e de determinados fundamentos²⁵. Em 1966, a lei é suprimida com o Código de 1966 que termina com o divórcio por mútuo consentimento, permitindo apenas a separação judicial de pessoas e bens²⁶, condição igualmente aplicável aos casamentos religiosos, por mútuo consentimento ou litigioso. O divórcio por mútuo consentimento só volta a ser reintroduzido em 1975 (Wall, 2011).

1.3.2 - A educação como fonte de mudança

Desde que se iniciaram em Portugal, os movimentos feministas encontraram vários obstáculos à sua afirmação e sem dúvida que a educação, neste caso a falta dela, foi um dos maiores. Segundo Maria do Céu Borrêcho, no final do século XIX, o Estado era apontado como o principal responsável pelos elevados níveis de analfabetismo. Os republicanos defendiam que os governos monárquicos não tinham criado os estabelecimentos de ensino suficientes para respeitarem as leis que, desde 1835²⁷ garantiam o ensino obrigatório e gratuito a todos os portugueses. Conscientes disto, a partir das primeiras décadas do século XX, tanto republicanos como feministas começaram a insurgir-se contra o papel que era reservado à mulher portuguesa e a exigir o direito a uma melhor educação (Borrêcho, 2010).

Em 1911, Ana de Castro Osório afirmava que a ignorância da mulher portuguesa era “pavorosa”, sublinhando que em determinadas regiões do país os níveis de analfabetismo chegavam aos 100% (Osório A. C., 1911, p. 19). E não estava errada. O

²⁵ No caso de adultério, condenação por crime, abandono do lar, maus-tratos, práticas anticoncepcionais ou de aberração sexual contra a vontade do requerente (Wall, 2011).

²⁶ De acordo com a definição fornecida pela Fundação Manuel Francisco dos Santos: “A separação judicial de pessoas e bens afeta quer os bens, quer as próprias pessoas dos cônjuges. Na maioria dos casos, é uma situação transitória, distinguindo-se do divórcio por manter o vínculo conjugal. Assim, um cônjuge separado não pode contrair validamente um novo casamento, sob pena de bigamia, mas um divorciado pode fazê-lo, uma vez que o divórcio produz os mesmos efeitos da dissolução do casamento por morte. Na separação, ao contrário do divórcio, permanecem certos deveres, como os de respeito, cooperação recíproca e alimentos. Já o dever de coabitação e de contribuir para os encargos da vida familiar extinguem-se. Quanto aos bens, a separação tem os mesmos efeitos do divórcio, pelo que deixa de haver um regime de bens do casal”.

²⁷ Maria do Céu Borrêcho afirma no entanto que a escola não era o único sítio destinado à aprendizagem das letras. Os ensinamentos eram transmitidos em contextos muito menos formais, como era o caso de grupos de amigos, na família, na comunidade religiosa, no ofício ou no serviço militar (Borrêcho, 2010).

mesmo foi concluído numa investigação que contou com a coordenação e direção António Candeias intitulada de *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX* (2007). A taxa de alfabetização da população portuguesa indica que, em 1900, apenas 27% dos portugueses com mais de 10 anos sabiam ler e escrever, número que evoluiu apenas para 31% em 1911. Esta realidade demonstra que os “sucessivos governos republicanos descuraram gravemente a educação em geral e a educação das raparigas em particular, apesar da retórica oficial enunciar profundo interesse pela educação” (Vicente, 2007, p. 64; Candeias, 2007).

1.3.3 - Educação no Estado Novo: Diminuir o analfabetismo sem aumentar a instrução

A instauração do Estado Novo a partir de 1926 pela mão de António de Oliveira Salazar levou a um recuo no estatuto das mulheres, onde foram impostas políticas contrárias à afirmação do sexo feminino. Muitas delas foram alicerçadas na Constituição de 1933 (Vicente, 2007). Exemplo disso é o Artigo 5^o²⁸, onde apesar de se referir que o Estado português é “uma República (...) baseada no direito da igualdade dos cidadãos perante a lei” são estabelecidas exceções no caso da mulher, devido “às diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família”.

Em *O Estado Novo, as Mulheres e o Feminismo* (2007), Irene Flunser Pimentel esclarece que Salazar sempre se apoiou numa aparente igualdade de valores e na diversidade de funções baseadas na divisão entre o espaço público e privado. O presidente defendia a família tradicional e estava determinado a reenviar a mulher para o lar. Considerava ainda a maternidade e o trabalho doméstico como funções de utilidade social, que concediam ao sexo feminino a cidadania. Este mecanismo ajudava o regime salazarista a mascarar a “diferenciação de valores em função do género com uma aparente valorização social da função feminina”. O regime “reservou às mulheres uma esfera própria de atuação, privada e pública, sem atribuir, contudo, ao espaço feminino um valor igual ao do masculino” (Pimentel, 2007, p. 91).

E esta ideologia refletia-se igualmente na forma como a educação era implementada. Ao longo da primeira metade do século XX verificou-se uma evolução positiva no nível de instrução de ambos os sexos. No entanto, é igualmente notório que a

²⁸ Constituição de 11 de abril de 1933 publicada no *Diário do Governo*, de 22 de fevereiro de 1933.

mulher sempre esteve “um passo atrás” em relação ao homem, conforme revela o seguinte gráfico produzido através dos dados fornecidos pelo estudo de António Candeias (2007).

| Anos | População alfabetada masculina de idade igual ou superior a 10 anos - Absoluta | População alfabetada feminina de idade igual ou superior a 10 anos - Absoluta | População alfabetada masculina de idade igual ou superior a 10 anos - Percentagem | População alfabetada feminina de idade igual ou superior a 10 anos - Percentagem |
|------|--|---|---|--|
| 1920 | 959.793 | 692.423 | 44% | 27% |
| 1930 | 1.230.648 | 874.166 | 50% | 31% |
| 1940 | 1.624.099 | 1.273.353 | 57% | 40% |
| 1950 | 2.131.863 | 1.801.591 | 67% | 51% |

Tabela 1 - Alfabetização da população portuguesa entre 1920 e 1950. Fonte: António Candeias - *Alfabetização e Escola em Portugal nos séculos XIX e XX* (2007).

Ao analisarmos os dados do gráfico que vão desde 1920 até 1950, constata-se que os níveis de escolaridade da população portuguesa eram incrivelmente baixos. A disparidade de valores entre sexos é outro fator a destacar. Os 27% referentes à população alfabetada feminina com mais de dez anos de idade em nada se comparam com os 44% que o sexo masculino regista em 1920.

Irene Pimentel retoma esta questão em *A cada um o seu lugar* (2011), onde reflete sobre a política feminina no Estado Novo. Destaca a implementação da Lei nº 1941, a 11 de abril de 1936, onde Carneiro Pacheco, o então Ministro da Educação Nacional, decide reformar o sistema educativo. Na época, uma das grandes preocupações foi o analfabetismo. Carneiro Pacheco preocupou-se em reduzi-lo, mas só até que a diminuição permitisse o enquadramento pelo regime. “Os portugueses não tinham efetivamente necessidade de ser muito «instruídos» embora precisassem de saber ler o mínimo para serem «educados», ou seja, para serem recetores da ideologia salazarista e conhecerem os princípios do Estado Novo” (Pimentel, 2011, p. 113).

Pimentel defende que para diminuir o analfabetismo sem aumentar a instrução, o Estado Novo apostou, essencialmente, no ensino primário. Para além de ter instituído um livro único para cada classe e ainda um crucifixo em cada sala de aula, o Ministro ditou também o regime de separação de sexos nos liceus. No caso dos liceus femininos foi ainda criado no 3º ciclo, um curso de Educação Familiar para as alunas que não iriam prosseguir para o ensino superior (Pimentel, 2011).

Apesar de terem gerado alguns resultados positivos, as medidas tomadas por Carneiro Pacheco não foram suficientes para erradicar totalmente a analfabetização em Portugal. Em 1960, os níveis ainda eram muito elevados e assim se mantiveram até à entrada no novo milénio.

| Anos | Sexo | | |
|------|-------|-----------|----------|
| | Total | Masculino | Feminino |
| 1960 | x | 26,6 | 39 |
| 1970 | 25,7 | 19,7 | 31 |
| 1981 | 18,6 | 13,7 | 23 |
| 1991 | 11,0 | 7,7 | 14,1 |
| 2001 | 9,0 | 6,3 | 11,5 |
| 2011 | 5,2 | 3,5 | 6,5 |

Tabela 2 - Taxa de analfabetismo segundo os Censos: total e por sexo Fontes: INE, PORDATA

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, em 1960, quase metade da população feminina - cerca de 39% não sabia ler, nem escrever, pelo que novas metas tinham de ser estabelecidas no sentido de diminuir este valor. Em 1956, a escolaridade obrigatória aumentou para os quatro anos no caso dos rapazes. Apenas em 1960, as raparigas conheceram os mesmo privilégios. Mesmo assim é curioso saber que eram as estudantes que registavam um maior aproveitamento escolar.

Embora o número de raparigas que concluíam o 1.º e o 2.º ciclos fosse habitualmente menor do que o número de rapazes, em 1963 houve mais alunas a terminar o 7º ano do liceu do que alunos. Os estudos da maioria das jovens terminavam, porém, no final do liceu, dado que, no início da década de sessenta, elas constituíam apenas cerca de 31% da população estudantil universitária (Pimentel, 2011, p. 123).

De facto e independentemente de todos os esforços realizados pelo Estado no sentido de manter a mulher apenas consignada às tarefas específicas femininas, a verdade é que a sociedade sempre contrariou tais premissas. Pimentel refere que durante a ditadura, o ensino “feminizou-se de forma imparável”. A alfabetização feminina, embora sempre comparativamente inferior à masculina, nunca deixou de crescer mais entre as mulheres do que entre os homens (Pimentel, 2011, p. 401).

A educação foi um dos setores onde o Estado se viu impossibilitado de impedir a mobilidade social e de manter os homens e as mulheres em esferas separadas. Foi também aquele no qual se assistiu a uma tensão desencontrada entre, por um lado, o objetivo estatal de ministrar uma «educação feminina» às raparigas e, por outro, o desejo privado de que elas – e as suas famílias – foram tendo de se inserir cada vez mais nos vários graus de ensino (Pimentel, 2011, p. 401).

1.3.4 - De 1960 à Revolução: tempos de mudança

A partir da década de 1960, as mudanças na sociedade portuguesa relativamente ao papel da mulher prosseguiram e intensificaram-se. Em “Vidas conjugais: do institucionalismo ao elogio da relação”, Sofia Aboim afirma que esta época “foi palco de grandes transformações” (2011, p. 95).

A presença das mulheres no mercado de trabalho era significativa e a sociedade viu-se obrigada a aceitar tendências europeias e as liberdades reivindicadas no Maio de 68. Muitas das mudanças expressaram-se na promulgação do Código Civil de 1967, onde embora se continuasse a legitimar o poder masculino eram dados alguns benefícios às mulheres, como o exercício de profissões liberais ou funções públicas, sem a autorização do marido. No entanto, continuava a ser vedada a entrada de mulheres a carreiras diplomáticas e de magistratura. Apesar desta abertura à expressão do feminino, a mulher autónoma que os movimentos feministas europeus promoviam era temida pela ideologia dominante. E por isso, houve quem desafiasse os ideais conservadores (Aboim, 2011). Foi o caso de Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno e Maria Velho. Os nomes destas escritoras ficaram conhecidos após a publicação da polémica obra *As Novas Cartas Portuguesas*, em 1972, um texto que acabou por despertar o movimento de solidariedade feminista. A sua publicação conduziu à instauração de um processo judicial, daquelas que ficaram conhecidas como “as três Marias”. O texto foi proibido sob a acusação de conteúdo pornográfico. Nela falava-se abertamente sobre assuntos tabu para a sociedade de então, como a sexualidade, o adultério, o aborto, o corpo, o desejo e o prazer femininos (Tavares, 2008; Policarpo, 2011).

A sua repercussão na imprensa internacional foi notória. Várias cadeias televisivas internacionais vieram até território nacional para cobrir o julgamento das autoras, após a instauração de um processo judicial justificado por ofensas à moral (do qual acabaram por ser ilibadas). Das “três Marias”, a mais atingida terá sido Maria Teresa Horta, que na altura ficou impedida de assinar qualquer artigo no jornal *A Capital*, devido a pressões feitas por César Moreira Baptista, Ministro do Interior, a Queiroz Pereira, proprietário, diretor e chefe de redação do jornal em questão. “Entretanto nem assim ficou livre dos inúmeros telefonemas anónimos que eram feitos para a sua casa ou para a redação, onde a telefonista já não lhe transferia as chamadas” (Sant’Anna, 2009, p. 18).

Na perspetiva da investigadora Isabel Ventura, a situação das “três Marias” é um exemplo que mostra como a maioria das denúncias, quanto à “condição de menoridade

em que viviam as portuguesas”, tinham de partir de iniciativas culturais. Daí que a literatura se tenha revelado um campo mais aceitável do que o próprio jornalismo, pois na altura era considerado como uma profissão incompatível com as obrigações familiares femininas (Subtil, 2009; Ventura, 2014).

Com a chegada do 25 de Abril verificou-se o espoletar de “imensas energias e capacidades das mulheres”, que se expressaram na sua participação em movimentos sociais, como foi o caso de “manifestações, greves, assembleias de trabalhadores e de moradores, ocupações de casas, terras e fábricas, intervenções nos sindicatos e nas organizações populares de base” (Tavares, 2000, p. 26).

Os tempos que se seguiram à revolução registaram vários acontecimentos dignos de referência. Por exemplo, em maio foi criado o movimento pelo divórcio que acaba por dar os seus frutos no ano seguinte: a 13 de fevereiro de 1975 passa a ser permitido o direito ao divórcio civil a pessoas casadas pela igreja católica. Também a luta contra o encerramento das empresas e a defesa do direito ao emprego constituíram questões fulcrais²⁹. 1975 foi igualmente proclamado pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Mulher iniciando da mesma forma a Década da Mulher (1975/ 1985). Por esta altura, as reivindicadoras não participavam apenas em causas que lhes diziam diretamente respeito, mas também noutras igualmente significativas, como é o caso das lutas pelo direito à habitação, creches nos bairros³⁰ e de cursos de alfabetização destinados à população feminina (Tavares, 2000).

As questões “privadas”, que até então tinham sido ignoradas, tornam-se públicas novamente. Assuntos centrais como é o caso da contraceção e a legalização do aborto são colocados de novo em cima da mesa:

A luta pela despenalização do aborto envolveu diversas associações e grupos de mulheres desde 1974, mas só surge com maior peso na cena política nacional, a partir de 1980. Na explicação deste facto entrelaçam-se várias razões: o peso da igreja e de um longo período de 48 anos de autoritarismo e de obscurantismo, na formação de consciências, onde as questões relacionadas com a sexualidade eram “tabu”; o atraso dos maiores partidos, em termos de eleitorado, na adesão a esta “causa” prende-se com conceções conservadoras existentes no seu seio e com o receio de enfrentarem o poder da igreja católica na sociedade portuguesa (Tavares, 2000, p. 55).

²⁹ Manuela Tavares relata várias manifestações de mulheres que exigiam melhores condições de trabalho. Um desses casos verificou-se na fábrica Timex, a 6 de maio de 1974. “Duas mil trabalhadoras ocupam a empresa por aumentos salariais, saneamento dos chefes, por salário igual por trabalho igual e pelo pagamento de horas de assistência aos filhos” (Tavares, 2000, p. 28). Movimentos do género verificaram-se em fábricas por todo o país.

³⁰ Boavista, Relógio, Furnas, Chelas, Casalinho e Carnide são alguns dos exemplos das lutas por melhores condições de habitabilidade em Lisboa, numa manifestação que teve como mote: “Casas sim, Barracas não” (Tavares, 2000, p. 32).

As mesmas propostas mantiveram-se durante a década de oitenta, altura em que se começou a abordar o flagelo da violência doméstica. A autora alerta que esta “explosão” social reivindicativa pós 25 de Abril não começou necessariamente nesta altura. Nos anos anteriores já se tinham vivido situações de conflito, mas a rutura das estruturas do poder político permitiu a libertação de imensas tensões e conflitos latentes que se tinham vindo a acumular até então (Tavares, 2000, p. 30).

Capítulo II - A imprensa dedicada às mulheres em Portugal e a sua importância na luta pelos direitos das mulheres

2.1 - Os meios de comunicação femininos e a sua relevância

Os meios de comunicação desempenharam um papel fundamental nas reivindicações que marcaram a história das mulheres. A imprensa feminina começou a ganhar destaque logo em 1693, com a fundação do primeiro periódico feminino, *Lady's Mercury*, em Inglaterra. Nos Estados Unidos, a primeira publicação feminina foi o *American Magazine*, mais conhecido por *Lady's Magazine*. Surgiu em 1828, mas acabou por ser extinto em 1877 (Buitoni, 1986). Estas revistas, que continham conteúdos destinados ao entretenimento das leitoras tiveram bastante sucesso, porque começaram a ser vendidas em lojas comerciais e livrarias, logo a partir de 1869, libertando-se da dependência do correio. O *Lady's Home Journal* (criado em 1883) beneficiou desta vantagem e curiosamente da alteração do nome, que passou a ter a palavra *home*. Em 1893 vendia mais de 700 mil exemplares (Buitoni, 1986). Em Portugal, e segundo o historiador José Tengarrinha, “o primeiro jornal dirigido especialmente a um público feminino” surgiu em Lisboa, no ano de 1807. Tratava-se de um quinzenário “com figurinos e secções recreativas, ao elevado preço de 240 réis, de que saíram apenas 5 números” (Tengarrinha, 1989, p. 54)

Tengarrinha explica que o termo imprensa designava a “máquina de imprimir caracteres tipográficos em papel, ou em qualquer outra matéria”. Mais tarde passou a envolver o estabelecimento onde trabalhavam essas máquinas e outras com elas relacionadas, ou seja a tipografia. Posteriormente, houve mais uma evolução através da qual “o instrumento acabou por confundir-se com o produto e passou a designar, também, os próprios impressos” (Tengarrinha, 2013, p. 15).

Em *Uma Nova História da Imprensa Portuguesa*, o historiador explica que durante muitos anos em Portugal, o jornal pouco interessou aos historiadores e investigadores, servindo quase exclusivamente como fonte. Percorreu-se um longo caminho até se considerar a imprensa periódica como um dos meios de maior valor para o conhecimento da sociedade nos seus múltiplos aspetos.

A imprensa periódica (...) é um poderoso veículo de transmissão de informações, de difusão de ideias, um amplo repositório de conhecimentos e das sensibilidades do seu tempo, daí, um dos mais expressivos avaliadores das atitudes mentais e das correntes de ideias na sociedade, para além dos círculos restritos (Tengarrinha, 2013, p. 17).

Na investigação de grande folgo que Tengarrinha fez pelas publicações nacionais, destacou a existência de periódicos no século XIX dirigidos a um público feminino, sugerindo uma definição dos mesmos:

Entre os periódicos que podemos classificar como «femininos» há os que desenvolviam temas preferencialmente ao gosto das senhoras, com caráter recreativo ou informativo (novas modas, critérios de elegância feminina, romances em folhetim, poesias, espetáculos) e os que começavam a publicar mais frequentemente textos em defesa da condição social da mulher ou mesmo se lhe dedicavam integralmente (Tengarrinha, 2013, p. 825).

No presente capítulo ir-se-á abordar em primeiro lugar os de “caráter recreativo ou informativo”, e posteriormente, os que se dedicavam “à defesa da condição social da mulher”³¹. Em relação aos periódicos recreativos/informativos destaca-se o caso do *Correio das Damas: Jornal de Literatura e de Modas*, que nasceu a 1 de janeiro de 1836 e que se manteve até dezembro de 1852, perfazendo apenas 24 números. O seu trabalho foi continuado pelo *Mensageiro das Damas: Jornal de Modas*, fundado em Lisboa, no ano de 1853 (acabou em 1862, completando 117 números). Na província, nomeadamente em Braga, existia o *Interessante: Jornal de Segredos*, fundado a 16 de agosto de 1856 (sete números), que publicava conselhos sobre a higiene do corpo, economia doméstica, segredos relativos a artes e ofícios, jardinagem e ensinamentos para que a mulher cuidasse bem do lar. Destacou-se ainda um periódico dedicado à moda – *O Mundo Elegante: Periódico Semanal de Modas, Literatura, Teatro e Belas Artes* fundado no Porto, em 1858 e que tinha Camilo Castelo Branco como redator (acabou em 1860, ao fim de 17 números). Apesar do seu número não ser muito expressivo, Tengarrinha afirma que os jornais femininos fundados nesta época, em geral de curta duração, contaram com várias colaboradoras, que assim se iniciavam no mundo das letras, acabando por revelar qualidades bastante apreciáveis como escritoras (Tengarrinha, 2013).

Ana Maria Costa Lopes defende esta mesma perspetiva em *Imagens da Mulher na Imprensa de Oitocentos*, onde demonstra a importância que a imprensa teve na luta das mulheres pela igualdade de direitos:

Nela [imprensa feminina] se democratizam as ideias, o saber, a leitura, a participação, chamando a si potencialidades criadoras de quem, até aí, apenas tinha a possibilidade de exprimir os seus pensamentos nas reuniões sociais ou no segredo do lar. Recupera-se desta maneira a polifonia de vozes, de diversas faixas etárias e de ideários diferentes, com timbres que manifestavam a riqueza das variações ideológicas (Lopes, 2005, p. 604).

³¹ Este assunto irá ser abordado no ponto 2.3 do presente capítulo “A luta das mulheres na imprensa periódica”.

A imprensa periódica revela-se desta forma, como um dos intermediários mais importantes entre a mulher e a sociedade. Para Lopes, os meios de comunicação contribuíam para a divulgação dos feitos e pensamentos, assim como das atitudes e iniciativas mais importantes. “Faz-se porta-voz de conflitos e lutas contra a discriminação e exclusão, em registos múltiplos, tanto no que respeita à ideologia como aos géneros em que o feminino se queria exprimir”, acrescenta a autora (Lopes, 2005, p. 576).

2.2 - Representação da mulher na imprensa feminina em Portugal – O conservadorismo

Não é possível ignorar que, assim como a imprensa contribuiu para a evolução da mentalidade em relação ao sexo feminino, também foi usada para a manutenção dos princípios mais rígidos e conservadores. A leitura e a escrita sempre estiveram associadas ao poder e às formas de dominação, neste caso, aos discursos hegemónicos sobre as mulheres. Daí que muitas publicações acabassem por apoiar as características tidas como naturais da mulher, como era o caso da sensibilidade, irracionalidade e emoção. O amor era encarado como um “ingrediente” essencial da identidade feminina. Esta vulnerabilidade tanto afetava os artigos dedicados à moda, como os artigos de conteúdo político: os primeiros, por serem considerado próprios às mulheres de acordo com a sua natureza, e os segundos, por não estarem de acordo com o papel social que lhes estava convencionado. Ou seja, o sexo feminino era desvalorizado duplamente (Dumont & Santo, 2007; Salvador, 2009).

A escrita para mulheres tinha essencialmente duas intenções: o lazer e a educação (para a domesticidade). Ambas afastavam os pré-requisitos da boa qualidade dos conteúdos disponibilizados. Os romances em série eram bastante populares e carregavam com eles os determinismos sociais vigentes, no que dizia respeito ao posicionamento dos homens e das mulheres nos relacionamentos. Tais histórias não possuíam um papel questionador, utilizavam uma linguagem clara e estabeleciam imposições de ordem moral e tradicional. Resumidamente, no âmbito do imaginário social, não cabia à mulher mudar o curso da sua própria história, pois esse já estaria pré-determinado socialmente (Dumont & Santo, 2007).

A mesma mentalidade perdurou desde os anos oitocentos até ao século XX, mais precisamente, no período em que se viria a instalar a ditadura em Portugal (1926-1974), pela mão de António de Oliveira Salazar. Tal como já foi aqui descrito, esta foi uma época marcada pelo retrocesso em relação aos direitos femininos. Valorizava-se a mulher dona

de casa, esposa e mãe que se dedicava ao lar e que ocupava o lugar social que lhe era devido:

A figura da mulher estava inserida num quadro de subjugação ao contexto familiar. A identidade feminina era contextualizada numa série de estruturas impostas e uma das possibilidades de se libertar desse sistema estava na criação artística, o que fazia gerar um afastamento familiar (Sant'Anna, 2009, p. 2).

Verónica Policarpo e Teresa Monteiro fazem uma breve reflexão sobre a influência dos média em Portugal, a partir da segunda metade do século XX. As autoras referem que para além dos romances a cordel, as revistas femininas desempenharam um papel muito importante nos consumos culturais das mulheres, ainda nas décadas de 1950 e 1960. Sustentando um visão patriarcal era nas páginas destas revistas que as leitoras podiam ler conselhos de beleza, ver anúncios a novos eletrodomésticos, sugestões de decoração ou partilhar dúvidas e questões pessoais. Temas da esfera privada e do quotidiano doméstico tradicionalmente reservados ao espaço feminino eram igualmente trazidos para o espaço público e o amor³² era um dos mais importantes. Aparentemente igualitário no discurso, Policarpo e Monteiro garantem que na verdade, o amor romântico revelava-se assimétrico nas práticas. Continuamente era representada a jovem inexperiente e pura, que despertada, recebia ensinamentos de um homem geralmente mais velho, que por sua vez, a transformava numa mulher atraente e sofisticada, apesar desta continuar a manter todas as suas virtudes de pureza, seriedade e fidelidade (Monteiro & Policarpo, 2010).

A jornalista, artista e escritora Maria Barreno demonstra esta realidade em *A Imagem da Mulher na Imprensa* (1976), através da análise de todos os recortes dos jornais portugueses diários e semanais, publicados de janeiro a abril de 1975. Barreno propõe uma reflexão crítica em relação à forma como a mulher era representada na imprensa em Portugal. “Do homem a praça, da mulher em casa”, é assim que apresentou as suas conclusões, com uma certa indignação, ao afirmar que esta era a mentalidade vigente em todos os materiais tratados na imprensa, pois tudo era “assunto de homens”. A mulher apenas merecia as “honras dos jornais” como protagonista de *fait-divers* ou tragédia. Por isso, surgia como detentora da estabilidade da sociedade e mais próxima da natureza,

³² Para Dulcília Buitoni, autora de *Imprensa Feminina*, em pleno século XX, na sua maioria, as revistas femininas tratavam de alguma maneira o tema do coração, independentemente do foco poder ser o romance, o melodrama, ou o sexo. O coração era o tema mais interior relacionado com a subjetividade do sentimento, o qual se via na literatura romântica, no amor aos filhos e no sexo (Buitoni, 1986).

tendo em conta as características naturais que eram lhe inatas (como por exemplo, a maternidade). Depois adianta que em múltiplas representações, as mulheres tinham determinadas funções: a de produtoras de filhos e de trabalho doméstico (função tradicional, geralmente atribuída às mulheres), a de produtoras de trabalho oficialmente reconhecido como tal (função que é apresentada na classe burguesa, como uma novidade potencialmente transformadora) e ainda a de consumidoras (parte aparente e reconhecida da função doméstica). Para além disto, era feita uma condenação da pornografia (consumida pelo sexo feminino), da masculinização da mulher (muitas vezes atribuída ao feminismo), assim como de tudo o que representasse a entrada da mulher para o domínio público. A mulher é reduzida a uma eterna natureza feminina, sempre dicotómica, pois se por um lado era pura, sublime etc., por outro, caso saísse das normas tradicionais, revelava-se tentadora e perversa (Barreno, 1976).

Independentemente de todas as características menos positivas enunciadas por Barreno em relação à representação da mulher, a verdade é que a imprensa feminina era bastante consumida em Portugal. Nos anos oitenta, os periódicos dirigidos às mulheres estavam entre as mais lidos no nosso país. As publicações de maior destaque eram a *Maria*, que contava com 13% dos leitores, e muito mais à frente, a *Crónica Feminina*. Também nesta época o acesso a tecnologias começou a permitir o uso individualizado de alguns conteúdos, por exemplo, através de um videogravador. Tais mudanças verificaram-se numa sociedade cada vez mais afastada dos ideais políticos que marcaram a geração anterior e mais próxima dos valores de sucesso individual, assim como dos assuntos que preenchem a esfera familiar e individual. Na década de 1990, o interesse pela vida privada das figuras públicas cresce quer na televisão, como nas revistas. Passam não só a interessar as personalidades nacionais, como as internacionais, vulgarmente conhecida como VIP – *Very Important Person* (Monteiro & Policarpo, 2010).

2.3 - A luta das mulheres na imprensa feminina portuguesa

Muitas feministas da primeira vaga encararam a imprensa como um veículo eficaz de propaganda das suas pretensões e esta foi uma realidade que se verificou no contexto internacional, como também a nível nacional. Neste sentido, dois dos primeiros títulos que se destacaram na imprensa feminina foram o *Toucador* e a *Gazeta das Damas*, ambos fundados em 1822. Eram de natureza diferente e destinados a grupos sociais opostos. Enquanto que o primeiro ficou bastante conhecido por causa do escritor Almeida Garret que o fundou e nele se pontificou, a *Gazeta das Damas* manteve-se na sombra,

desconhecendo-se como foi recebida na altura. De acordo com Ana Maria Costa Lopes este era um periódico “com política”, que contava tanto com a participação masculina, como feminina.

Talvez se possa dizer que esta publicação é como um retrato vivo das intelectuais mais empenhadas que presidiam ou frequentavam os salões literários da época, pela participação política que, na verdade, tinham, e pelo tipo de interesses alargados que manifestavam (Lopes, 2005, p. 178).

O trabalho desenvolvido por este último periódico é o mais destacado, pois se *O Toucador* olhava para a mulher como se fosse “um objeto de luxo e de adorno de salões”, não retratando da forma mais credível possível a falta de homogeneidade da sociedade, a *Gazeta* para além de se dirigir claramente às senhoras, demonstrando um interesse pelo público feminino, tentou aproximar os sexos e acabar com as suas diferenças (Lopes, 2005, p. 179).

[A *Gazeta*] propõe-se a acabar com a ignorância, lutando pela igualdade de oportunidades e reivindicando o acesso de todos aos bens culturais disponíveis. A sua postura poderia ser dita, em termos atuais e de então, democrática, representando um esforço meritório de continuar um interrompido combate, num quadro de luta desigual (Lopes, 2005, p. 182).

Por seu turno, Rosmarie Lamas dá conta de mais publicações nacionais que caminhavam em direção ao estabelecimento de uma imprensa feminista, tão marcante como as personalidades que lhe davam vida. Por exemplo, o primeiro jornal que se baseou num projeto idealizado por um homem foi a *Assembleia Literária* (1849-1851), cuja proprietária e diretora era Antónia Gertrudes Pusich (1805-1883). Este era um jornal de instrução que pretendia despertar as mulheres para problemas sociais e económicos. A moda nunca estava presente, mas sim as reivindicações dos direitos das mulheres, especialmente, o da educação e instrução popular.

Apesar dos periódicos até então enunciados terem contribuído para a reflexão sobre os direitos da mulher e a forma como era representada do ponto de vista social, nenhum se poderia caracterizar como feminista, segundo uma distinção sugerida por Buitoni. De acordo com a escritora, se a imprensa feminina é aquela que se dirige e é pensada para as mulheres, a imprensa feminista, embora seja destinada ao mesmo público, distingue-se pela sua exclusividade na defesa de determinadas causas, neste caso, em prol da igualdade de géneros (Buitoni, 1986).

Nesta perspetiva é possível afirmar que o primeiro periódico português feminista foi *A Voz Feminina*, que nasceu em 1868. Após um ano de existência, o seu nome foi alterado para *O Progresso* e tinha como mote: “A mulher livre ao lado do homem livre”.

Os principais temas abordados neste jornal eram “os direitos da mulher, a sua educação e instrução, a crítica social, a religião, a apresentação e apreciação de livros e artigos de jornais referentes a assuntos da mulher e a defesa dos animais maltratados”. Durou apenas dois anos (Leal, 1992; Lamas, 1995, p. 25).

Independentemente de todos os esforços, Lamas sublinha que a imprensa feminina em geral e sobretudo aquela que se mostrava preocupada em defender os direitos das mulheres na sociedade (portanto feminista) foi “alvo de troça e até de grosserias masculinas”. Isto, já para não falar da condenação que surgiu da parte de muitas mulheres mais conservadoras, que não consideravam “decente” a aparição feminina em público. Este género de publicações, principalmente no início do seu aparecimento, apenas se dirigia às mulheres da alta-sociedade, pois unicamente uma minoria era alfabetizada e tinha condições económicas para adquirir um produto considerado supérfluo para outras classes sociais (Lamas R. W.-N., 1995, p. 25).

Com o início do século XIX chegou também a instauração da República. Foi um momento de esperança para as intelectuais que viram na mudança da política uma oportunidade para a alteração das mentalidades relativamente ao papel social da mulher, e conseqüentemente, dos seus deveres e direitos. Muitas mulheres em Portugal, crentes na República e nos progressos que esta traria, empenharam-se na causa feminista:

Exauridas, apostando em não deixar perder uma oportunidade que fosse – para reivindicar, denunciar, instruir e refutar – cientes de que a palavra escrita faria o seu caminho, amplificando o alcance espacial e temporal da sua mensagem. Assim, a imprensa serviu de amplificador da voz que queriam fazer ouvir – a voz das mulheres (Lousada, 2010, p. 40).

Conscientes do “efeito multiplicador” que os meios de comunicação tinham as mulheres compreenderam a necessidade de preencher um espaço na imprensa diária com o “propósito de estimular e convocar para a batalha outras irmãs” (Lousada, 2010, p. 42).

No entanto, tais pretensões não eram realistas se se atentar ao contexto social que caracterizava o país na época. Os níveis de analfabetismo eram muito altos³³, o que impedia que grande parte da população feminina tivesse acesso a este género de conteúdos. Em *Um Século de Periódicos Femininos* (1992), Maria Ivone Leal defende o mesmo argumento:

Estes jornais e revistas manifestam os conhecimentos, as ideias, as crenças, os hábitos e as tradições determinantes ou condicionantes dos papéis sociais das mulheres da classe dominante. Mas mal deixam vislumbrar fatores idênticos referentes às mulheres de outros

³³ A este respeito consultar o capítulo II da presente investigação.

grupos sociais – e que eram (...) a esmagadora maioria das portuguesas. Os periódicos destinavam-se, evidentemente, a quem sabia ler, e simultaneamente, se situava em nível económico que lhe permitia essa despesa supérflua – portanto, a escassa minoria de nobres e burguesas (Leal, 1992, p. 10).

Leal assinala uma “tomada de consciência crescente” por parte das jornalistas que escreviam para as revistas do “direito das mulheres à instrução e formação profissional”, até porque sabiam que sem essa autonomia iriam estar sempre dependentes do pai ou do marido (Leal, 1992, p. 11).

Essa tomada de consciência está muito explícita nas publicações *Mulher Portuguesa* e *A Semeadora*. Relativamente à primeira publicação tratava-se de uma revista que procurou assumir uma função predominantemente informativa da luta em torno do voto. O seu primeiro número saiu em 1912 e a diretora era Ana Castro de Osório. Com uma duração muito curta, aproximadamente cinco números (o último de fevereiro de 1913), não se conhecem os motivos que levaram à sua suspensão. Já *A Semeadora* era um jornal que se preocupava sobretudo com a realidade feminina da I Guerra Mundial. Foi publicada pela primeira vez em 1915, numa época particularmente complicada e agitada, tendo em conta o ambiente de guerra que se viva na Europa. Tal como sugere o título, tinha como objetivo semear ideias no âmbito da mudança no papel social da mulher, que se acreditava que no futuro iriam dar os seus frutos. Foi encerrado em 1918 (Esteves, 1998).

O decorrer da primeira metade do século XX foi particularmente difícil, quer para o desenvolvimento da imprensa feminista, quer para a defesa dos direitos das mulheres em periódicos apenas de carácter feminino. Um dos grandes obstáculos foi o Estado Novo entre 1926 e 1974. Durante este período deu-se preferência à adaptação dos periódicos em revistas e boletins que se identificassem com a ideologia salazarista. “O suplemento e a exclusividade da carga ideológica fizeram dos periódicos os mediadores entre a produção da informação consentida e o consumo da informação disponibilizada”, (Salvador, 2009, p. 103).

Ao contrário do que se sucedeu logo após a instauração da República, neste período, as publicações que visavam a mudança da condição social feminina tiveram de agir de forma mais subtil e discreta. Na primeira metade do século XX, começaram a surgir “organismos ou associações de mulheres criadas para promover uma maior participação da mulher na vida social, política e cultural” assim como “instrumentos de intervenção e dinamização do processo de emancipação feminina” (Cunha, 2002, p. 131).

É o caso do *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*³⁴ fundado pela médica e professora Adelaide Cabete em 1914, o qual, em 1917 muda o seu título para *Alma Feminina*. Publicado até 1946 definia-se como um “jornal de mulheres e feito por mulheres”. No seu primeiro editorial defende que o feminismo não pretende roubar a mulher à família, mas sim reivindicar a plenitude dos seus direitos sociais. “E, por não querer ser exclusivamente feminista, integra atividades domésticas mais sofisticadas em secções como a moda e a ménagère, a literatura, a ciência, a vida social, a arte” (Salvador, 2009, p. 105). Foi a publicação feminista que mais tempo perdurou em Portugal e, durante muitos anos, a única. A sua periodicidade era irregular, tanto poderia ser mensal, como bimensal, trimestral, ou semestral. Por exemplo, no ano de 1937, não saiu de todo, facto que se poderá ter devido à morte de Adelaide Cabete³⁵ ocorrida em 1935, sua grande alma e impulsionadora. Para além disso a situação financeira da publicação era instável o que dificultou a sua propagação e, conseqüentemente, continuação (Lamas R. W.-N., 1995).

Nesta altura foram igualmente importantes os periódicos mais heterogéneos, que para além de apelarem à causa da defesa dos direitos femininos, não colocavam de parte uma componente mais cultural, através da abordagem de temas relativos ao quotidiano da mulher (Cunha, 2002).

Um dos exemplos é a revista *Portugal Feminino* (1930-1936), onde a escritora e jurista Elina Guimarães assinava semanalmente a “Página Feminista”, depois designada por “Ação Feminista” (Esteves, 2007). Curiosamente, na primeira edição saúda toda a imprensa feminina, em especial, a *Eva*, *Modas & Bordados* e *Jornal da Mulher*. O seu ideário relacionava-se diretamente com a diretora. Maria Amélia Teixeira³⁶ era uma mulher culta e com posses financeiras. Era bem relacionada e tinha contactos com meios

³⁴ O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas foi fundado em março de 1914 por iniciativa de Adelaide Cabete (Presidente reeleita entre 1914 e 1919). Tinha como principal objetivo reunir, através de uma base política e ideológica neutra, pessoas e associações que se dedicavam a um melhoramento integral da situação da mulher e da criança na sociedade, tanto na sua vertente assistencial, como educativa. Com a Ditadura Militar e o Estado Novo, o Conselho enfrentou enormes dificuldades, sobretudo na década de 1930 e acabou por limitar a sua ação à *Alma Feminina*, sendo que os seus principais conteúdos focavam-se especialmente na defesa da Paz. O último ciclo da sua vida, a partir do fim da II Guerra Mundial, foi bastante dinâmico com Maria Lamas na presidência a partir de julho de 1945. Acentuaram-se as preocupações com analfabetismo feminino e a situação profissional e económica das mulheres. Em janeiro de 1947, é inaugurada na Sociedade de Belas Artes a “Exposição de Livros Escritos por Mulheres” de todo o mundo. Poucos meses depois e na sequência do sucesso deste evento, o Estado Novo decide encerrar o CNMP. Esta foi a organização feminista que mais tempo subsistiu, cerca de 33 anos (Lamas, 1995; Tavares, 2008).

³⁵ Adelaide Cabete esteve na direção do boletim entre 1920 e 1929 (Lamas R. W.-N., 1995).

³⁶ Maria Amélia Teixeira foi uma poetisa e diretora da revista *Portugal Feminino*. Em 1931 aderiu ao Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, através da proposta feita por Sara Beirão. Fez parte da Comissão de Artes, entre 1932 e 1933, e da revista *Alma Feminina* (Osório & Esteves, 2005).

diplomáticos, artísticos e literários. Entre as personalidades com quem se dava, estava por exemplo, Maria Lamas. Para além de atender à maior participação da mulher na política, onde se destacava o direito de voto, existiam também secções que apelavam ao nacionalismo e outras que destacam figuras femininas de relevo no passado e no presente (Osório & Esteves, 2005).

Dentro desta perspetiva destacou-se também o *Jornal Magazine da Mulher*³⁷ (1950-1955), que abordava assuntos relacionados com o dia-a-dia feminino, como por exemplo, moda, beleza e culinária. No entanto, no seu primeiro número (junho de 1950), não deixa de esclarecer que a sua atuação não se resume, exclusivamente, a tais parâmetros.

Sim, *Jornal Magazine da Mulher* contém tudo isto, mas também se ocupará de assuntos de carácter mais amplo, visto entendermos que relegar o poder de compreensão e interesse da mulher apenas para aqueles assuntos específicos, é mais desprestigiá-la na sua qualidade de ser pensante e, o que ainda é mais, estabelecer uma teoria desarticulada da realidade que vivemos. A mulher no seu trabalho profissional coopera hoje com o homem na luta pela vida para a manutenção do lar educação dos seus filhos e isto dá-lhe, necessariamente, em relação ao passado, uma visão mais vasta e mais objetiva do mundo e dos seus problemas. Desta maneira *Jornal Magazine da Mulher* não condescende com uma limitação ao seu pensamento, pelo facto de ser uma revista feminina. De facto, ela acompanha os problemas da vida moderna, principalmente no que diz respeito à mulher (Cunha, 2002, p. 143).

Após o 25 de Abril notou-se uma mudança na mentalidade da mulher portuguesa que se traduziu numa maior participação feminina, isoladamente ou em organizações. Tais grupos apostavam na transformação da sociedade e dos seus valores, quer se identificassem com regimes partidários, quer saíssem em defesa de determinados grupos profissionais e dos seus interesses (Cunha, 2002).

Neste âmbito, é a imprensa feminista que assume mais uma vez um lugar de relevo na defesa dos direitos da mulher. Um exemplo ilustrativo desta tendência foi *Mulher D'Abril* (1978-1981), uma revista mensal cujo primeiro número foi dedicado ao Dia da Liberdade. As restantes edições trataram temas como, os direitos da mulher, questões de trabalho, atualidade política e problemas sociais (Cunha, 2002).

A *Situação da Mulher* (1979), do Grupo Autónomo de Mulheres do Porto, ou *Lua* (1981), do grupo de Mulheres do Porto, eram outros periódicos que se identificavam pelo seu carácter feminista³⁸.

³⁷ A sua designação foi alterada para *Jornal Magazine*, nos números 49 (setembro de 1955) e 50 (novembro de 1955).

³⁸ Para uma informação mais detalhada consultar Cunha (2002).

2.4 - A importância da “mulher jornalista” na reivindicação pelos direitos das mulheres

Um dos factos mais importantes que merece ser sublinhado é que as leitoras não foram as únicas “protagonistas” deste processo, bem pelo contrário. É igualmente preciso dar atenção às jornalistas, que enfrentaram um sem número de obstáculos para marcarem a sua posição.

Manuela Tavares adianta que “a imprensa escrita reservava um escasso espaço aos artigos elaborados por mulheres”. As mulheres estavam em minoria das redações portuguesas, e as que permaneciam “em muitas situações, embora com o estatuto de jornalistas (...) exerciam funções diferentes em relação aos outros jornalistas, como por exemplo o trabalho de arquivo ou secretariado” (Tavares, 2008, p. 208).

O mesmo argumento é defendido por Isabel Ventura, que se dedicou a estudar a presença das mulheres nas redações portuguesas nesta época. Em *Entrada das Mulheres nas Redações Portuguesas: Uma revolução antes da revolução?* (2014) adianta que esta fase, não coincidiu com as primeiras assinaturas femininas nos periódicos nacionais, essencialmente por duas razões. Em primeiro lugar, porque a imprensa não tinha um espaço que hoje é chamado de “redação” e porque quando começou a ter, para as mulheres existia um lugar reservado, tal como hoje acontece com os lavabos.

Ventura afirma que na década de 1960, o Sindicato dos Jornalistas contava apenas com dez mulheres inscritas, sendo que nem todas eram jornalistas, “pois algumas sindicalizadas eram administrativas” (Ventura, 2014, p. 13). Para a investigadora tal segregação tinha como base duas teorias:

Por um lado, há quem coloque a tónica na defesa da integridade moral das mulheres face à linguagem excessivamente grosseira dos colegas do sexo masculino. Ou seja: era para o seu (das mulheres) próprio bem, para a sua proteção (face à má-educação dos colegas). Por outro lado, há quem alegue que era um bem (a liberdade de falar livremente) dos homens que estava em causa, já que, a separação física lhes permitia manter uma espécie de “colónia” masculina e, sobretudo, a manutenção desse privilégio que é o da palavra no espaço público, ou neste caso, semipúblico (Ventura, 2014, p. 13).

Não deixa por isso de ser curioso, que numa altura em que vigorava a censura, os homens temessem a auto-censura pela simples presença de uma pessoa do sexo oposto. A separação não era apenas nos espaços físicos, mas também no trabalho que depois era distribuído, o qual também era feito consoante o sexo do colaborador. Existia um género de “censura interna”, que acabava por empurrar as jornalistas para assuntos considerados de “especialidade feminina”, como é o caso da gastronomia e culinária, cultura e

educação, puericultura e assistência social. Acrescenta-se ainda o “gueto feminino”, ou seja, os assuntos femininos eram considerados menores e tinham como consequência a “descredibilização ou menorização”, de quem os produzia.

Ainda assim, as mulheres não se redimiram e responderam a estas “estratégias de segregação”, com uma “resistência ativa, mas cooperante, isto é, não-beligerante”. Uma das suas reivindicações passou a ser a exigência de tarefas indiferenciadas, ou seja, a possibilidade de escrever sobre tudo, tal como os seus colegas do sexo masculino (Ventura, 2014, p. 13).

Capítulo III - *Modas & Bordados* – A história da revista e os seus desenvolvimentos

3.1 - *Modas & Bordados* – O início de um suplemento histórico

A história do que começou por ser um suplemento estende-se por mais de seis décadas de existência, naquela que é atualmente considerada uma das publicações femininas mais influentes do século XX (Alvim, 2005; Guimarães, 2002; Osório & Esteves, 2005).

Foi com o jornal *O Século* (1881-1977), que nasceu o *Modas & Bordados*, um suplemento dedicado às mulheres. Contavam-se 14 dias do mês de fevereiro de 1912 e era quarta-feira. A primeira diretora, cujo nome surgia na capa como Madame Carvalho foi na verdade Isabelle Gazey de Carvalho e o editor, Álvaro António Garcia. O suplemento era propriedade da J. J da Silva Graça. A sua redação, administração e oficinas de composição e impressão situavam-se na Rua do Século, 43, em Lisboa. O suplemento variava entre as 8 e 12 páginas e custava 2 réis nos primeiros tempos de existência (Alvim, 2005).

Em *Do tempo e da moda - A moda e a beleza feminina através das páginas de um jornal*, Maria Helena Alvim revela que desde o início, o *Modas & Bordados* teve uma grande aceitação. Nesta fase, destinava-se a um público de classe média, em especial mulheres e filhas, que pretendiam imitar os modelos sociais e económicos daqueles que financeiramente eram mais abastados. Segundo Alvim, logo após oito edições, na secção “Correspondência”, pode ler-se na resposta a uma leitora que teria solicitado a publicação de um monograma que, tal como ela, outros 4000 assinantes encontravam-se na mesma situação de espera. O cenário leva inclusivamente a que nos quinze dias seguintes sejam introduzidas importantes alterações na disposição da publicação. Desta forma, será aberta uma secção de pequenos anúncios, cobrados a 10 réis por palavra. Também o tamanho do suplemento é aumentado em mais duas páginas, de maneira a satisfazer os desejos das leitoras.

De facto, era maioritariamente de anúncios de que o suplemento se compunha, como era recorrente em publicações deste género. Alvim acrescenta que o *Modas & Bordados* tinha um escritório de vendas, no qual comercializava todo género de produtos, que eram recomendados nas respostas às cartas com perguntas de leitoras (Alvim, 2005).

Por exemplo, no seu sétimo ano de existência, já em 1919, o suplemento tinha aumentado o preço para 3 centavos³⁹. Também a propósito da sua vertente comercial, na edição de 1 de janeiro surge a este respeito uma resposta a uma questão de uma leitora⁴⁰:

Fernanda de Noronha (...) Pode tingir o vestido, mas não aconselhamos a fazê-lo porque as tintas não são de confiança. A cintura usa-se na altura própria. A sua caligrafia não é bonita. Quanto à ortografia e forma de redigir, são razoáveis. Para branquear as mãos, há «Água Alexandra» que custa 700 réis e mais 370 de porte⁴¹.

Tal como esta, foi possível observar centenas de respostas do mesmo teor. O aconselhamento era feito no âmbito de dúvidas relacionadas com a culinária, regras de boa educação, maneiras de receber corretamente os convidados, hábitos de higiene, conselhos amorosos, entre outros assuntos.

No entanto, o surgimento do *Modas & Bordados* não teve como único objetivo a obtenção de lucros através da correspondência. O caminho que percorreu provou o contrário. A sua direção pretendia explorar uma nova fase da vida política portuguesa e contribuir para a democratização do gosto (Alvim, 2005). Ou seja, tratava-se de um suplemento que dava conselhos úteis da vida quotidiana. O objetivo das leitoras era tornarem-se mais elegantes e próximas do estilo de vida que as classes altas possuíam. Portanto, ainda não era visível uma sensibilidade notória perante as reivindicações dos movimentos feministas.

Até à década de 1920, os conteúdos dispunham-se (com pequenas alterações ao longo dos anos) pelas seguintes secções: “Conselhos e Alvitres”, que aconselhava determinados produtos ou atividades de tempos livres; “Os Nossos Bordados”, que sugeria desenhos para trabalhos de bordados; “Os Nossos Figurinos”, que expunha e explicava de forma pormenorizada as combinações que surgiam na capa do suplemento; “A Correspondência das Leitoras”, onde se liam as cartas assim como as respostas a cada uma delas; “Notável romance d’amor – Amorosa – Histórias de romance”, onde se liam histórias de caráter amoroso e a “Secção de pequenos anúncios”.

Alvim argumenta que o suplemento tinha como principal vantagem em relação às concorrentes não se basear demasiadamente nos modelos estrangeiros. A abordagem de

³⁹Verificamos que o preço do suplemento foi aumentando ao longo dos anos. Se em 1919 custava 3 centavos, em 1924 chegava aos 50. No ano em que Maria Lamas assumiu a direção do suplemento o seu valor era de 1 escudo e em 1943 aumentou novamente para 1,50 escudos. Nos anos 50 a subida continuou até aos 2,50 escudos.

⁴⁰ Não conseguimos ter acesso à pergunta feita pois a mesma não é apresentada na revista.

⁴¹ *Modas & Bordados*, nº 360, J. J. da Silva Graça, Limitª, 1 de janeiro de 1919, p. 2

uma multiplicidade de temas que interessavam às leitoras era outra das suas grandes qualidades:

O Modas & Bordados irá publicar variadíssimos modelos de trabalhos que vão desde as rendas às pinturas, à fotominiatura, ao vitral, à pintura a esmalte (...) Como todas estas “artes” envolvem importantes conhecimentos de ordem técnica, os modelos virão acompanhados de minuciosos ensinamentos sobre o modo de execução dos mesmos (Alvim, 2005, p. 16).

Em meados dos anos 1920, Madame de Carvalho deixa de assumir funções como diretora e é Helena de Aragão quem a vai substituir, embora que por pouco tempo, sendo depois Carolina Homem de Christo a tomar o seu lugar. A nova responsável da publicação introduzirá grandes mudanças, tanto no formato do suplemento, como no seu conteúdo. A capa passa a ser composta por um papel mais grosso e a colaboração masculina torna-se um hábito comum. O preço volta a subir, passando a custar 50 centavos.

A publicação surge mais organizada, rica e disposta pelas seguintes secções: “Arte, Literatura e Poesia”, onde se apresentavam produções deste teor; “Carnet da Semana”, que fornecia em notas simples informações úteis às leitoras (exemplo: “A Fadiga Infantil”, ou “O Enxoval do Colégio”); “Ideias & Conselhos”, que dava lições de francês, astrologia e grafologia e finalmente, “A Dentro do Lar”, com curiosidades, respostas à correspondência das leitoras e receitas de culinária.

No entanto, também a direção de Carolina Christo vai ser curta, porque a 6 de outubro de 1926, abdica do cargo por motivos de doença. O suplemento prossegue, sem uma personalidade notória na sua direção, o que leva a que se multipliquem o número de moldes, bordados, rendas, e com que se reduzam as crónicas mundanas e sociais, retomando assim o formato anterior (Alvim, 2005).

3.2 - Maria Lamas e a *Modas & Bordados*

A “relação” de Maria Lamas com o jornal *O Século* iniciou-se antes do aparecimento do suplemento. Em 1926, a jornalista é convidada para escrever pontualmente a “Crónica da Moda” ou a “Crónica de Elegâncias”. Foi por recomendação de Ferreira de Castro, que em 1928, Maria Lamas assume então o cargo da direção do ainda suplemento.

Quando tomou posse como diretora, o suplemento mantinha-se muito conservador em relação à representação da figura feminina. Possuía conteúdos tradicionalistas que realçavam as funções de mulher como dona de casa, esposa e mãe. Tratava-se de uma publicação que fazia jus ao seu título, onde as “modas” e os “bordados” se destacavam.

Ocupava 14 páginas e o seu tamanho era em formato de jornal. Nesta altura, as secções não ocupavam um lugar fixo e não tinham uma periodicidade regular.

| Nome da secção | Descrição da secção |
|--|--|
| “Um pouco de tudo” | Tal como o nome indica os temas eram variados. Iam desde a puericultura até questões de saúde (Exemplo: "Dois fatinhos para meninos", "Como e quanto se dorme") |
| “Secção culinária” | Espaço dedicado à publicação de conteúdos relacionados com culinária |
| “Embelezamento do lar” | Conselhos de decoração de interiores |
| “Casamento elegante” | Apresentação de matrimónios de personalidades e conselhos para as cerimónias |
| “Mosaico” | Apresentação de curiosidades ou estudos científicos |
| “Contos e novelas” | Secção de literatura do suplemento (para além desta secção, a literatura estava presente noutras histórias que eram publicadas de forma espontânea. A poesia também era bastante valorizada) |
| “Crónica da Moda” | Conselhos sobre as tendências e a moda da época |
| “Toilette da Mulher” | Sugestões de combinações |
| “Conselhos úteis às donas de casa” | Conselhos para as tarefas domésticas |
| “Floricultura” | Conteúdos sobre flores, plantas, etc. |
| “Arte Aplicada ou Arte no Lar” | Sugestões de decoração |
| “Consultas de grafologia e astrologia” | Espaço dedicado a previsões astrológicas |

Tabela 3 – Enumeração e descrição das secções da *Modas & Bordados* quando Maria Lamas se tornou diretora.

Apesar destas características, já existiam no suplemento pequenos sinais de mudança que foram aproveitados por Maria Lamas nos 19 anos que esteve à frente do *Modas & Bordados*. Por exemplo, em 1928, num pequeno texto intitulado “O vestido muda, a mulher fica”, pode ler-se o seguinte:

«As mulheres hoje são diferentes das mulheres de outros tempos?», pergunta um jornal inglês às suas leitoras. Resposta: As mulheres não mudaram. O seu carácter é o mesmo. Sempre houve e há resignadas e revoltadas, mulheres tímidas e ousadas, independentes e medrosas, amorosas e indiferentes. Porque, conclui o mesmo jornal, são as maneiras, os costumes, os hábitos, unicamente que têm feito a evolução, e que dão a ilusão de uma mudança profunda. Sou da mesma opinião. Elas não mudaram; o que mudou foram... os vestidos afinal (*Modas & Bordados*, 1928, p. 10)⁴².

⁴² *Modas & Bordados*, nº 849, Sociedade Nacional de Tipografia, 16 de maio de 1928, p. 10

No período em que Maria Lamas dirigiu o suplemento (que em 1938 se tornaria uma revista autónoma), tanto a função social, como a função utilitária da publicação, isto é, os conselhos práticos que eram dados às leitoras relativamente a assuntos comuns do quotidiano, foram determinantes no campo da pedagogia da mulher. A jornalista defendia que mais do que apostar na “elegância exterior”, a mulher deveria preocupar-se com o enriquecimento e cultivo de uma vida interior, de carácter moral e intelectual, que levaria a uma “elegância espiritual” (Guimarães, 2002). Facto que é igualmente notado por Maria Antónia Fiadeiro na obra *Maria Lamas*:

Conseguirá fazer do suplemento *Modas & Bordados* uma revista resistente e sobrevivente, que acompanha a evolução da mulher portuguesa e que advoga, corajosamente, a sua promoção cultural e cívica, resistindo ao Estado Novo (Fiadeiro, 2003, p. 13).

O seu nome como diretora só figurará na capa da publicação a partir de 3 de agosto de 1938, mas isso não a impediu de dar voz a causas que acreditava serem justas (Guimarães, 2002). Para concretizar este objetivo, Maria Lamas procurou conviver com especialistas das várias áreas culturais. Criou também novas rubricas e constituiu uma equipa de trabalhadores fixos. Mais do que uma jornalista, tornou-se uma verdadeira conselheira e amiga das leitoras, através da correspondência que diariamente recebia.

Os vários «Correios das Leitoras» abrangem desde os conselhos de beleza à grafologia, astrologia, envio de amostras de trabalhos de croché e de bordados, de moldes. A redação (...) é, então, um febril escritório de atendimento, onde as cartas, os envelopes, os pacotes e as assinaturas chegam às centenas (Fiadeiro, 2003, p. 14).

Baseada nesta experiência, Maria Lamas decidiu então criar o famoso “Correio da Joanhina” (1937-1947)⁴³ onde, sob o pseudónimo de *Tia Filomena*, respondia às dúvidas de inúmeras leitoras que recorriam ao seu aconselhamento. O projeto foi proposto ainda em 1936 por Maria Lamas ao jornal *O Século* e começou a fazer parte do *Modas & Bordados* (embora com numeração própria) a partir de 1937. Enquanto integrante do suplemento apenas ocupava quatro páginas, facto que gerava desconsolo e queixas pela parte das leitoras. Por isso, no final da década de 1940 é tornado independente, mas por pouco tempo, já que em 1955 volta a fazer parte da revista (Guimarães, 2002; Prates, 2003). Apesar de este projeto não focar questões de natureza política, a verdade é que a maneira como mostrava a vida às jovens alarmou a administração e a censura (Fiadeiro, 2003).

⁴³ Este não foi o único projeto do género. A própria secção de culinária transformou-se no “Correio do Pantagruel” (Fiadeiro, 2003).

Ainda assim, tal, não retira todo o mérito à *Tia Filomena*, nem à sua influência sobre a mentalidade das suas “sobrinhas”. Segundo Maria Prates, no “Correio da Joanhina” é a vida sentimental que sobressai, assim como a intimidade, que é partilhada entre leitora e destinatária da carta. Para a *Tia Filomena*, não se deveriam condenar as atitudes das raparigas, mas sim, ponderar as causas diretas e indiretas que lhe deram origem.

A análise das causas comportamentais e vivenciais seria o primeiro passo para a verdadeira dignificação da mulher, daquela que resulta de uma vida em moldes justos, consciente, sincera, norteada pela noção de deveres e direitos, sem subserviências nem humilhações, e não aquela pseudo-dignificação feita de deferências dignas de especiais atenções (Prates, 2003, p. 123).

Esta perspetiva não surgia por acaso, até porque a maioria das cartas revelavam uma falta de segurança, incerteza e uma fácil aceitação da fatalidade, como se esta fizesse parte do destino da mulher. As queixas das leitoras relacionavam-se com dificuldades económicas e a impossibilidade de superá-las. Mas não era isto o mais importante. Era sim o amor, porque era dele que todas falavam, independentemente das classes sociais ou graus de cultura. Prates revela que muitas espelhavam uma desorientação por causa do romantismo. “Muito pesa a situação económica do pretendente. Há cartas reveladoras de tragédias e até casos mais ou menos complicados de paixões ilegais”, acrescenta a autora (Prates, 2003, p. 124).

O “Correio da Joanhina” teve tanto sucesso que fez não só disparar as vendas do suplemento, como também permitiu que o *Modas & Bordados* se tornasse, em 1938, uma revista autónoma. Aliás, o projeto chegou a inspirar um programa de rádio na Emissora Nacional, de nome “Meia Hora de Recreio para Raparigas” (Agostinho, 2007).

Mas as grandes conquistas de Maria Lamas como diretora da *Modas & Bordados* não se ficaram por aqui. Consciente da sua influência, a jornalista aproveitou para organizar várias iniciativas de carácter cultural. Uma delas foi o Certame das Mulheres Portuguesas, mais precisamente, a *Exposição da Obra Feminina Antiga e Moderna de Carácter Literário, Artístico e Científico* realizada nas Instalações de *O Século*. O certame foi inaugurado a 17 de maio de 1930 e durou até junho desse ano. O lema era bastante audacioso: “Sejamos inteligentemente mulheres”. Os trabalhos expostos provenientes de todo o país foram sujeitos a uma seleção artística.

Do Renascimento aos nossos dias era a cronologia da Exposição. Autógrafos e cartas manuscritas de celebridades, mas também mantas e lenços do Minho, cobertas de Urros, camisas de festa e de casamento, crivos e cestaria, esteiras do Algarve, bordados da Beira,

da Madeira, alinhavos da Nisa. As artes decorativas e regionais foram mostradas, comentadas ou mencionadas no *Modas & Bordados*, bem como as suas amostras, as conferências, muitas delas reproduzidas, os recitais de poesia acompanhados ao piano. Nos intervalos, as mesas de chá enchiam-se (Fiadeiro, 2003, p. 92.)

Este projeto trouxe bastante reconhecimento e visibilidade à revista. Logo após o Certame, o nome do suplemento é alterado (agosto de 1930), para *Modas & Bordados*, com o subtítulo *Vida Feminina*, com o objetivo de alargar horizontes e tratar problemas reais das mulheres portuguesas. A explicação para esta mudança é dada na edição de 20 de agosto de 1930:

(...) *Modas & Bordados* tendo sido durante tantos anos a conselheira segura, das senhoras portuguesas, em tudo o que diz respeito a elegância e bom gosto, deseja acompanhar o grande desenvolvimento intelectual e artístico da Mulher, em todo o mundo e, principalmente, entre nós (*Modas & Bordados*, 1930, p.5)⁴⁴.

Na mensagem é igualmente garantido que a secção de modas e trabalhos artísticos continuará de igual modo a ser valorizada, no entanto, a revista irá também conter “tudo que possa interessar às suas leitoras, sob o ponto de vista educativo, intelectual, desportivo, e tanto quanto possível, noticioso” (*Modas & Bordados*, 1930, p.5). Ainda assim, devido a pressões políticas, esta tarefa veio a revelar-se bastante complicada, o que não fez com que Maria Lamas desistisse (Fiadeiro, 2003).

Dois anos mais tarde a revista anuncia uma nova fase da sua existência. Com um formato mais pequeno e de visual renovado, as alterações são expostas e explicadas às leitoras logo na capa de 6 de janeiro de 1932⁴⁵. “Conseguiu, pois, *Modas & Bordados – Vida Feminina*, ser outra, nova, sem deixar de ser a companheira fiel e sensata de todos os lares a que preside um espírito de mulher inteligente e elegante”, lê-se no texto de apresentação. Para a publicação este não é mais do que um “prolongamento” do caminho percorrido até então, que agora apresenta mais conteúdo, tendo em conta que o número de páginas aumentou para 20 (*Modas & Bordados*, 1932).

Na década de 1940 realiza-se mais um evento cultural de vanguarda. “A Exposição dos Livros Escritos por Mulheres” que decorreu de 4 a 12 de janeiro de 1947, na Sociedade Nacional de Belas Artes. A organização da exposição ficou a cargo do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, do qual Maria Lamas era presidente. Mais de 1500 escritoras de todo o mundo estavam representadas quase sempre em mais do que uma obra. Para além de referências literárias nacionais e internacionais de autoras

⁴⁴ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 967, Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de agosto de 1930, p. 5.

⁴⁵ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1039, Sociedade Nacional de Tipografia, 6 de janeiro de 1932.

feministas, a exposição contou também com momentos de declamação de poesia e de exibição de filmes (Fiadeiro, 2003).

A exposição teve um enorme sucesso que não passou despercebido ao regime do Estado Novo. De tal forma, que a Polícia de Intervenção e Defesa do Estado decidiu encerrá-la, argumentando que as obras expostas não tinham sido aprovadas pela censura. No entanto, a sua intervenção saiu frustrada devido à coragem de muitas amigas de Maria Lamas, que decidiram abandonar a Sociedade de Belas Artes levando as obras consigo (Agostinho, 2007). No entanto, Maria Lamas viria a sofrer consequências graves. O regime decreta o fim do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas⁴⁶ e exige o afastamento da jornalista da direção da revista. Quase duas décadas depois termina o percurso de Maria Lamas enquanto diretora da *Modas & Bordados*.

É importante referir neste contexto, que apesar de todas as divergências que a direção da revista teve com o regime, os anos que perdurou durante esta fase da história nacional foram determinantes para a evolução das mentalidades das mulheres que tinham acesso à revista. De facto, uma das razões pela qual a *Modas & Bordados. Vida Feminina* conseguiu manter-se viva sem ser censurada, era essencialmente, por não ser radical nos assuntos que abordava. Tratava-se sim de uma revista generalista, que ao mesmo tempo conseguia ser prática. Tanto frisava questões de moda, como de beleza, que visavam ministrar à mulher portuguesa os ensinamentos para que esta pudesse desempenhar o seu papel como esposa e mãe. Poder-se-á dizer que a publicação possuía um carácter pluralista e democrático, pois, se por um lado difundia artigos adequados ao modelo de feminilidade que o regime defendia, por outro, nunca deixou de transmitir uma imagem de afirmação e dignificação da mulher, que “sem contestar os valores tradicionais invocava a necessidade de outros, culturais e sociais que lhe conferiam maior presença e relevo na sociedade” (Guimarães, 2002, p. 197).

Aliás, esta perspetiva pode ser comprovada na maneira como estavam organizados os diversos assuntos, os quais se dispunham pelas seguintes secções:

| Tema | Nome da Secção | Descrição |
|--------|------------------------|--|
| Beleza | “A Estética da Mulher” | Secção que pretendia dar conselhos de beleza (Exemplo: “As sobranceiras”). |

⁴⁶ O Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas (CNMP) foi fundado em março de 1914, por Adelaide Cabete. De acordo com Rosmarie Lamas, “o seu objetivo consistia em reunir, numa base política e ideologicamente neutra, pessoas e associações que se dedicavam, muito geralmente dito, a um melhoramento integral da situação da mulher e da criança na sociedade” (Lamas R. W.-N., 1995, p. 37).

| | | |
|--------------------------|--|--|
| | “Mulheres e Modas” | Informações sobre as principais tendências de moda para a época da estação em questão. |
| | Correspondência das leitoras e consultas de beleza | Secção onde eram esclarecidas questões ou dúvidas de leitoras em relação a assuntos de moda e beleza. |
| Atividades domésticas | “A Arte de Poupar – Conselhos a uma Dona de Casa” | Secção que se destinava a dar conselhos às leitoras para se tornarem melhores donas de casa. |
| | “Escola de donas de casa” | Ensino de técnicas de organização do trabalho doméstico e ainda de liderança das criadas. |
| | “Coisas que a mulher deve saber” | Secção que fala sobretudo do papel da mulher no lar e de como devia amar a sua pátria. |
| | “Culinária” | Receitas e conselhos de cozinha. |
| | “Correio do Pantagruel” | Surge em 1945 em colaboração de Bertha Rosa Limpo e focava-se também em assuntos culinários. |
| Educação e boas maneiras | “A Vida em Sociedade” | Secção que pretendia ensinar às leitoras regras de etiqueta e de boa convivência com os outros. Para isso, eram contadas histórias, que tinham sempre numa lição de moral. |
| Puericultura | “A Moda e as Crianças” | Secção onde surgiam várias sugestões de combinações de roupa para as crianças. |
| | “Página das Mães” | Secção de puericultura onde era feito aconselhamento sobre a educação infantil. |
| Desporto/ Bem-estar | “A Mulher e o Desporto” | Relato de feitos de mulheres no desporto e aconselhamento das leitoras sobre exercício físico e os seus benefícios. |
| | “A Cultura Física da Mulher” | Apareceu em 1933 e tratava-se de uma rubrica que ajudava as leitoras com os treinos de ginástica. |
| | “Façam gymnastica” | Secção onde se aconselhava às leitoras à prática de exercício físico. |
| Saúde | “Saúde – Conselhos e Opiniões” | Secção dedicada a conselhos e ensinamentos relacionados com saúde da autoria da D. Branca Rumina. |
| A mulher e o campo | “A Mulher do Campo” | Inserida a 2 de março de 1932, este era um espaço que tratava assuntos relacionados com a agricultura. |
| | “Cartas da Aldeia” | Da autoria de Sarah Beirão esta rubrica contava as aventuras de uma senhora que vivia na província. |
| O norte do país | “Crónica do Porto” | Breves sobre acontecimentos na cidade do Porto. |

| | | |
|---------------|------------------------------|--|
| | “Documentário do Porto” | Documentavam-se feitos alcançados pelas mulheres portuenses, na educação, cultura, desporto, carreira, entre outras áreas. |
| Sociedade | “Casamento elegantes” | Secção que mostrava imagens de casamentos de personalidades distintas da sociedade. |
| Cultura | “A estante da mulher” | Recomendação de obras literárias de escritoras de renome. |
| | “Da arte e dos artistas” | Apresentação de obras de destaque nas artes. |
| | “As mulheres e a literatura” | Secção que realça escritoras de destaque. |
| | “Figuras de Mulher” | Apresentação de personalidades femininas que se distinguiram em várias áreas, como literatura, música, pintura, teatro, etc. |
| | “Das Artes e dos Artistas” | Secção dedicada à cultura (literatura, pintura, música). |
| | “Livros” | Onde eram apresentadas obras distintas de autoras portuguesas. |
| | “A Mulher em Marcha” | Retrata a biografia de mulheres marcantes na história universal, das mais diversas áreas. (Exemplo: a poetisa grega Telésila). |
| Internacional | “Novidades do Mundo” | Notícias sobre mulheres de destaque ou coisas importantes que estas fizeram a nível internacional. |
| | “Imagens do Mundo” | Mostrava-se um pouco da realidade a nível internacional, principalmente, em relação a ações desenvolvidas por mulheres. |
| Diversidades | “Isto e Aquilo” | Secção onde eram expostos vários factos, desde apreciações pessoais, até sugestões culturais (como exposições). Também estavam presentes notícias insólitas e histórias com moral. |
| | “De semana a semana” | Breves sobre curiosidades ou acontecimentos que se deram durante a semana. |
| | “Folhas da minha agenda” | Secção onde se dava conta de eventos ao longo da semana e de livros que as leitoras poderiam consultar. |
| | “A voz da Cidade” | Breves sobre cinema, teatro, rádio, entre outros assuntos. |
| | “Ao Rebusco” | Secção que abordava assuntos de diversos temas, desde a condição da mulher, até assuntos relacionados com educação, saúde, curiosidades, etc. |
| | Astrologia | Secção onde eram dadas consultas sobre o futuro. Para participarem as leitoras tinham de enviar uma carta com o nome completo de solteira, data de nascimento, e ainda 5\$00 |

| | | |
|--------------------------|-------------------------------------|---|
| | | para despesas de escritório. Depois formular as perguntas sobre o que desejavam saber e ainda escolher um pseudónimo. Eram feitas previsões sobretudo em relação aos casamentos, quantos anos é que iam durar, dinheiro que iam ter, filhos, etc. |
| O papel social da mulher | “Nós e a vida” | Escrita em colaboração de estudantes universitárias, esta era uma secção onde se refletia sobre assuntos importantes para as mulheres, como direitos políticos, as mulheres no estrangeiro, curiosidades, entre outros assuntos. |
| | “Raparigas de hoje” | Entrevistas a mulheres que estudavam nas universidades portuguesas. Surgiu em 1940. |
| | “Mulheres que trabalham” | Entrevistas a personalidades com carreiras distintas. |
| | “A Mulher Portuguesa Contemporânea” | Crónicas da autoria de Cândida Florinda Ferreira onde se abordava a realidade social em que a mulher vivia. Alertava-se para a necessidade de mudança em relação a determinados aspetos (Exemplo: falta de cultura). |
| | “A Mulher perante a lei” | Um dos assuntos mais importantes desta secção foi relativo ao esclarecimento da capacidade eleitoral da mulher. Escrito por Gabriela Salgueiro, a secção focava questões relacionadas com Direito e leis enquadradas no caso feminino. |

Tabela 4- Enumeração e descrição das secções durante o período de direção de Maria Lamas na *Modas & Bordados*.

A abordagem de assuntos considerados em defesa dos direitos da mulher era feita de forma esporádica e introduzida estrategicamente⁴⁷.

3.3 - Maria Lamas para além da *Modas & Bordados*

3.3.1 - Vida pessoal

Maria Lamas, (Maria de Conceição Vassalo e Silva), nasceu em Torres Novas, Santarém, no dia 6 de outubro de 1983. Filha de Manuel Caetano e Silva, um comerciante de linhos e adamascados, republicano e maçom e de Maria Benedita Vassalo é a mais velha de quatro irmãos. Casa-se aos 16 anos com Teófilo Ribeiro da Fonseca, oficial da Escola Prática de Infantaria de Torres Novas. Em dezembro deste ano, que foi também o

⁴⁷ Questão que vai ser tratada na segunda parte desta investigação, no âmbito da fase empírica do projeto.

que viu a ser implantada a República, parte já grávida com o marido para Angola. É em Luanda que a primeira filha, Maria Emília, nasce, a 20 de dezembro. A estadia em África foi curta. Grávida novamente (da filha Manuela) regressa a Portugal em julho de 1913. Sete anos depois divorcia-se em Torres Novas.

Com as duas filhas a cargo decide sair de Torres Novas (...) e ir trabalhar para Lisboa, assumindo-se como mulher independente que vive do seu salário, situação inovadora e ainda rara nas mulheres da burguesia do século XX (Fiadeiro, 2003, p. 26).

O segundo casamento foi com o monárquico liberal Alfredo da Cunha Lamas, oficial dos Correios e Telégrafos, a 25 de abril de 1921. Ambos eram divorciados e tinham uma diferença de dezassete anos de idade (o noivo de Maria Lamas era mais velho). Em 1922, nasce a terceira filha de Maria Lamas, de nome Maria Cândida. No entanto, também este casamento não correu bem, essencialmente, por causa dos constantes desentendimentos e dificuldades económicas por que o casal passou. A separação acontece em 1936. No entanto, Maria Lamas permanece com o apelido do ex-marido para o resto da vida.

De acordo com Maria Antónia Fiadeiro, Maria Lamas teve “uma vida sentimental ativa, embora discreta, quase oculta e secreta”, isto se tivermos em conta que “tudo era muito penalizado, em termos de comportamentos femininos na sociedade portuguesa (...) e Maria Lamas era uma mulher só” (Fiadeiro, 2003, p. 27).

Morreu com 90 anos, no dia 6 de dezembro de 1983, deixando uma obra notável no âmbito dos estudos sobre mulheres e defesa da igualdade entre géneros, mesmo num ambiente controverso dominado pelo regime autoritário.

3.3.2 - Maria Lamas e a carreira como jornalista e escritora

Sem dúvida que uma das grandes obras de Maria Lamas foi o trabalho desempenhado na revista *Modas & Bordados*, no entanto, a sua vida profissional foi preenchida por outros projetos e convicções, que tornam a sua biografia rica e complexa.

A sua carreira como jornalista inicia-se nos anos 1920, na Agência Americana de Notícias. Lugar de encontro e de tertúlias de jornalistas desempenha todo o tipo de trabalho informativo e faz tradução de telegramas noticiosos. Este cargo de grande responsabilidade durou até ao segundo casamento com Alfredo da Cunha Lamas.

O jornalismo foi a minha grande escola. Foi ele que me fez tomar consciência da possibilidade de me exprimir, escrevendo, dando-me confiança para o fazer (Lamas *apud* Mascarenhas, 2005).

É também nesta década que se estreia como escritora. Sob o pseudónimo de *Rosa Silvestre*, que utilizará por muito tempo, publica o livro de poesias *Os Humildes*, em 1922. Neste mesmo ano colabora ainda com o jornal *A Novela*, com um romance folhetim intitulado *O Filho Perdido*.

Ao mesmo tempo começa a demonstrar um grande apreço pelo público infantil, no âmbito educativo e orientador. De 1925 a 1926 dirige o Suplemento infantil do jornal *Correio da Manhã* – “Correio dos Pequeninos”. No ano seguinte torna-se diretora de *O Reino dos Miúdos*, da *Magazine Civilização*. Um cargo de grande prestígio que lhe vai dar a oportunidade de interagir com grandes intelectuais da época, como Ana de Castro Osório, Emília de Sousa Costa, Maria Clara Ferreira Alves, entre tantos outros (Fiadeiro, 2003).

Nos finais dos anos 20 assume o lugar de diretora no Suplemento *Modas & Bordados*, do jornal, *O Século*. É também nesta altura que a sua produção editorial se intensifica de maneira surpreendente. Publica uma série de romances, como *O Caminho Luminoso* (1927), *A Ilha Verde* (1938) e ainda *Para Além do Amor* (1935), o primeiro a ser assinado com o seu nome verdadeiro. Novelas e contos infantis também fazem parte da lista: *Maria Cotovia* (1929), *Aventuras de Cinco Irmãozinhos* (1931), *A Montanha Maravilhosa* (1933), *A Estrela do Norte* (1934), *Os Brincos de Cereja* (1935) e *O Vale dos Encantos* (1942) (Fiadeiro, 2003).

A luta pela igualdade de direitos entre sexos também não foi indiferente a Maria Lamas, bem pelo contrário. A 11 de junho de 1945 é eleita presidente do Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas (CNMP). A partir de então, inicia-se no CNMP uma campanha de alfabetização das mulheres e faculta-se o ensino de dactilografia e francês. Os objetivos programáticos eram coordenar, dirigir e estimular todos os esforços de emancipação da mulher. À Assembleia Nacional reclamava-se a igualdade jurídica, numa época em que as mulheres só podiam votar se fossem chefes de família ou tivessem propriedades em seu nome (Mascarenhas, 2005).

A vida da diretora começou a dificultar-se a partir da exposição “Livros Escritos por Mulheres” (1946). Apesar de ter sido inaugurada por um representante do Presidente da República e de ter contado com a colaboração desta entidade (por exemplo, através do fornecimento de traduções das obras), a verdade é que tal evento provocou uma reação violenta por parte do governo. “As autoridades não acharam as mulheres portuguesas capazes de realizar uma tal exposição sem a orientação de uma organização ou cabeça alheia, perigosa”, e essa “cabeça” era Maria Lamas (Lamas R. W.-N., 1995, p. 122). Por

esta altura, Lamas teve de fazer um difícil escolha, ou a revista, ou o CNMP. Escolheu o segundo, o qual acabou por ser encerrado em 1947.

Enquanto escritora e jornalista, uma das suas maiores obras foi *As Mulheres do meu País* publicada em 1948. A ideia para a escrever surgiu após o encerramento do CNMP. Já desempregada propõe-se a realizar uma grande reportagem, extensa, inédita sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres. Percorre o país de norte a sul, sozinha, durante dois anos. Observa o quotidiano das mulheres portuguesas, tanto no que diz respeito ao trabalho, como também à vida amorosa de cada uma delas (Fiadeiro, 2003).

Assim foi escrito este livro, que é uma expressão da fraternal solidariedade com as mulheres do meu País. Se ele abalar a indiferença ou antes a ironia com que os portugueses usam encarar os problemas femininos (...) bem pequenos foram afinal os esforços, fadigas e obstáculos vencidos, que a sua publicação representa (Lamas M. , 1947-1950, pp. 5-6).

Outro dos seus grandes feitos foi a obra *A Mulher no Mundo* cujo objetivo era traçar uma síntese da História Humana em que a mulher aparecesse em primeiro plano e não um pormenor num grande conjunto, onde o homem surge como construtor de civilizações e chefe natural. Este é um livro onde Maria Lamas destaca o trabalho de outras mulheres, importantes pela sua coragem, virtudes e talentos, não lhe dando sistematicamente a categoria de “vítima ou heroína”. Segundo a autora esta é a história da mulher e não de algumas mulheres (Lamas M. , 1952).

O prestígio de Maria Lamas estende-se além-fronteiras. Em 1946 vai a Paris para assistir ao Congresso fundador da Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), onde em tempos de pós-guerra, ao lado de Éugénie Cotton, as mulheres decidiram unir-se para expressar-se contra a guerra, holocausto e pela Paz. Três anos depois (1949) é levada para Caxias onde fica presa com Virgínia de Moura e Ruy Luís Gomes. A 18 de julho de 1950 é detida pela segunda vez, e em 1953 pela terceira, antes de desembarcar no aeroporto da Portela. Em 1962 conhece o exílio em Paris e por lá permanece sete anos.

Já em 1970 regressa a Portugal. De imediato retoma a escrita e desdobra-se entre conferências. O dia do 25 de Abril foi feliz para Maria Lamas que o viveu intensamente. No mesmo ano da Revolução adere ao Partido Comunista Português. No dia 5 de outubro de 1976 vê todo o seu valor e trabalho reconhecidos, ao ser agraciada com a Ordem da Liberdade, que receberá do presidente Ramalho Eanes já a 25 de abril de 1980 (Mascarenhas, 2005).

Maria Lamas foi uma Mulher de Ação, exemplo de participação sem medos, com uma intervenção cívica e política viva e solidária com as mulheres anónimas, ou com as trabalhadoras, as empregadas, as intelectuais. Maria Lamas foi uma feminista, na mais nobre aceção da expressão, inconformada com a dura situação das mulheres, sedenta de melhorar a vida daquelas que designou como a “metade feminina do género humano” (Mascarenhas, 2005, p. 10).

3.3 - *Modas & Bordados*. Vida Feminina depois de Maria Lamas

O término do cargo de Maria Lamas como diretora da revista de que tanto se orgulhava deu-se no dia 4 de junho de 1947. Na sua dissertação de Mestrado, *O jornalismo no feminino nas décadas de 30 e 40 na revista Modas & Bordados e a personalidade de Maria Lamas* (2003), Maria Luzio Prates adianta que não foi uma saída pacífica. Foi um acontecimento que transtornou bastante a jornalista, facto que é explicado pela mesma em apontamentos num diário reprodutivo da conversa com Etelvina Lopes de Almeida (Prates, 2003). As duas eram colegas de trabalho na revista, enquanto Maria Lamas a dirigia, Etelvina Lopes de Almeida era chefe de redação (Osório & Esteves, 2005). A notícia foi dada às leitoras na edição de 25 de junho de 1947, através do seguinte texto em homenagem à diretora:

Deixa nesta data a direção de «Modas & Bordados» esta ilustre escritora, que há alguns anos, com o maior brilho, exercia esse cargo. A empresa de «O Século» e o seu diretor veem com bastante mágoa o afastamento da sr.^a D. Maria Lamas. Assume a direção da revista a sr.^a D. Etelvina Lopes de Almeida, também um espírito brilhante e moderno, que ocupava já o cargo de secretária da redação e substituíra a sr.^a D. Maria Lamas nos seus impedimentos. «Modas & Bordados» continuará inalteravelmente as suas tradições e o seu programa, procurando cada vez mais melhorá-lo, para assim corresponder ao favor das suas leitoras (*Modas & Bordados*, 25 de junho de 1947, p.1)⁴⁸

Com a expulsão de Maria Lamas, será Etelvina a assumir a direção revista. Esta fase foi sobretudo marcada por uma mudança no tipo e na forma como a publicidade era apresentada. Se antes, a maior parte dos anúncios dedicavam-se à beleza ou à moda, agora, há espaço para outro tipo de ofertas consideradas pouco femininas em pleno período salazarista. Um destes exemplos foi a publicidade a automóveis:

A publicidade de um automóvel numa revista feminina refletia uma moda que crescia entre as mulheres europeias: a condução. A crescente intimidade entre a mulher e o volante originou mesmo a criação de uma nova rubrica de *Modas & Bordados*, intitulada “A mulher e o automóvel” (Agostinho, 2007, p. 61).

⁴⁸ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1846, Sociedade Nacional de Tipografia, 25 de junho de 1947, p. 1

Destacou-se ainda outro anúncio, desta vez no âmbito da higiene feminina. Tratava-se de uma campanha a tampões, que surgiu na revista em 1966. Todavia, o papel da mulher como dona de casa continuava a ter particular destaque. Mesmo em entrevistas feitas a personalidades que se destacavam pela sua carreira, a sua faceta mais doméstica era sempre priorizada nas peças. Etelvina foi, entretanto, afastada da direção da revista por ter assinado um documento de oposição à guerra colonial (Agostinho, 2007).

Em 1974, a publicação passou a integrar a *Empresa Pública dos Jornais Século e Popular*. No ano seguinte é Maria Antónia Fiadeiro quem assume a direção da revista. A publicação passa por várias mudanças quer a nível temático, quer no próprio nome que passa a ser *Mulher, Modas e Bordados*. Consciente da importância que Maria Lamas tinha tido na história da revista, Fiadeiro decide convidá-la para o cargo de diretora honorária:

A 8 de Outubro de 1975 surge um número especial dedicado a Maria Lamas. Num pequeno editorial, Maria Antónia Fiadeiro transmite o convite feito a Maria Lamas para ser diretora honorária da revista *Mulher, Modas e Bordados* e aceite por esta (Tavares, 2008, p. 227).

Nos dois anos seguintes até ao encerramento definitivo da revista, as leitoras contaram com vários artigos⁴⁹ de referência sobre a condição social da mulher, que abordavam temas tão sensíveis como o aborto, as leis e a família, a mulher portuguesa na ditadura, a causa feminista, entre outras. A 6 de fevereiro de 1977⁵⁰, Manuel Alegre, o então Secretário de Estado para a Comunicação Social, decide decretar a suspensão da revista, devido à falta de lucros satisfatórios. Na sua última edição, a capa da revista evidencia já o receio de uma possível suspensão. Maria Antónia Fiadeiro⁵¹ escreve até um texto intitulado de “Haverá que fazer referência”, no qual se mostra claramente contra o final da publicação.

A conceção deste número da revista “Mulher” – ameaçada de suspensão – foi feita sob pressão das circunstâncias e sob o lema “Operação Defesa”. O lema pode parecer dramático mas, na realidade, trata-se da sobrevivência de um órgão de comunicação que nós, como profissionais da Imprensa, defendemos em nosso nome e em nome de muitas mulheres portuguesas. Este número foi feito na incerteza do será o último e na esperança

⁴⁹ Na sua tese de Doutoramento, “Feminismos em Portugal: 1947-2007”, Manuela Tavares faz uma extensa lista de artigos sobre o papel da mulher na sociedade, assim como das respetivas autoras (Tavares, 2008).

⁵⁰ Até 1982 ainda é possível encontrar referências ao magazine *Mulher. Modas & Bordados*. Tal deveu-se ao facto de a empresa proprietária não querer perder o título e, por isso, optar por imprimir de vez em quando algumas edições (Guimarães, 2002).

⁵¹ Maria Antónia Fiadeiro já não ocupava o cargo de diretora. A mudança deu-se em fevereiro de 1975, conforme a própria o descreve: “Depois do 25 de abril de 74 desenvolveu-se uma luta interna na redação desta revista que culminou, em fevereiro de 75, com a substituição da diretora existente e com a exigência, à então chefe de redação, de um único emprego, prática que esta redação adotou, com intransigência desde essa época” (*Mulher. Modas & Bordados*, nº 3379, Empresa Pública dos Jornais Século e Popular, 2 de fevereiro de 1977, p. 3).

de que assim não seja. (...) A revista “Mulher” cumpre um papel social, exercendo o direito à informação feminina, específico no panorama da imprensa portuguesa. Um governo democrático tem a obrigação de assegurar a sobrevivência de publicações sob tutela estatal, sob pena de comprometer gravemente a liberdade de imprensa em Portugal⁵² (*Mulher, Modas & Bordados*, 1977, p.3).

No entanto, tais palavras não surtiram o efeito desejado, já que a extinção definitiva havia de ser decretada em Conselho de Ministros, em 1979 (Agostinho, 2007).

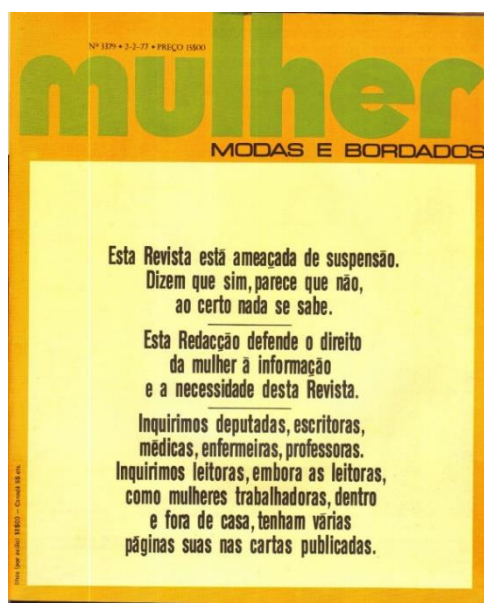


Figura 1 - Capa da última edição da *Mulher, Modas e Bordados*, 2 de fevereiro de 1977, nº3379.

⁵² *Mulher, Modas & Bordados*, nº 3379, Empresa Pública dos Jornais Século e Popular, 2 de fevereiro de 1977, p. 3)

Capítulo IV – Um olhar sobre os direitos das mulheres na *Modas & Bordados* entre 1928 e 1947

O capítulo que se segue irá ser dividido em duas partes. Na primeira, serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização da análise de conteúdo. Na segunda, os resultados obtidos e as conclusões retiradas a partir da referida análise.

4.1 - Procedimentos metodológicos

A história da *Modas & Bordados* e, em particular, do período em que Maria Lamas esteve na direção da revista – objeto da presente análise, revela que esta não foi apenas uma revista feminina. Ao longo dos anos denotou-se a existência de uma série de artigos que não apelavam unicamente à qualidade da mulher como dona de casa, mãe e esposa. A publicação procurou explorar um outro lado da mulher, o de profissional, o de ser munido de capacidade intelectual e crítica, quando possuía as ferramentas e o espaço para a desenvolver. Apelava-se, constantemente, à necessidade de se trabalhar em prol do enriquecimento cultural da mulher, que passava por uma instrução de qualidade e educação, e posteriormente, pelo exercício de uma profissão. De facto, o sexo feminino era muito valorizado pela redação de Maria Lamas, algo que a diretora desejava que se estendesse à sociedade. Assim sendo, estabeleceu-se como grande objetivo, a análise pormenorizada desta faceta da revista, que se caracterizava pelo seu carácter singular.

4.1.1 - Pergunta de partida

Para a realização da presente investigação estabeleceu-se a seguinte pergunta de partida:

- De que forma a revista *Modas & Bordados*, durante o período de direção de Maria Lamas, apelou à mudança de mentalidades em relação ao papel social da mulher em Portugal?

4.1.2 - Objetivos

De modo a que a resposta à pergunta de partida fosse encontrada, optou-se por definir alguns objetivos a atingir no estudo:

- Perceber a importância jornalística que os artigos selecionados detinham. Para tal estabeleceram-se determinadas categorias na análise, como é o caso do género, ênfase, tamanho e página que os conteúdos ocupavam na publicação;
- Descobrir as temáticas mais presentes nos conteúdos;
- Perceber quais os principais assuntos abordados nos artigos e de que forma estes apelavam à mudança de mentalidade, relativamente à forma como a mulher era encarada socialmente;
- Conhecer o contexto geográfico onde se inserem os conteúdos e as regiões do mundo mais focadas (no caso do ambiente internacional).

4.1.3 - Técnicas de pesquisa

O método de investigação escolhido foi a análise de conteúdo. Definida como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, o seu principal interesse não se prende com a “descrição dos conteúdos, mas sim no que estes poderão ensinar após serem tratados” (Bardin, 1977, p. 38). Neste sentido, a inferência assume-se fundamental para a obtenção de resultados e revela-se o procedimento intermediário que antecede a interpretação das conclusões. Laurence Bardin esclarece que a leitura efetuada pelo analista não é “à letra”, mas que procura sempre entender o segundo significado dos resultados (Bardin, 1977, p. 38).

De forma a cumprir os objetivos do estudo é essencial a definição de um corpus de análise, isto é, “o conjunto de documentos selecionados para se proceder, posteriormente, à análise de conteúdo” (Cruz, 2008, p. 211). Neste caso, o corpus foi constituído por uma amostra dos conteúdos inseridos na *Modas & Bordados*. Tendo em conta a prolongada existência da publicação (1912-1977) selecionou-se o período referente à direção de Maria Lamas, entre 1928 e 1947. Com base nisto constituiu-se uma amostra composta por 588 artigos retirados de 912 números, tendo em conta que a publicação era de carácter semanal e não falhou uma única edição durante este espaço de tempo.

A seleção dos artigos para serem analisados respeitou alguns critérios. Tal significa que se excluíram os conteúdos enquadrados na domesticidade feminina. Ou seja, todos os artigos que entendessem apenas tarefas de dona de casa, mãe e esposa, ou até moda, não foram incluídos na amostra. Também ficaram de fora as novelas, histórias,

contos, ou conteúdos do género que retratavam a mulher unicamente do ponto de vista romântico/amoroso (ou outro que centrado nas funções tradicionais da mulher). Excluiu-se ainda o “Correio da Joanhina” que já foi objeto de estudo em outras investigações⁵³.

De um outro ponto de vista foram considerados para o estabelecimento da amostra os conteúdos que de alguma forma se relacionavam com os objetivos ou ideais defendidos pelos movimentos feministas da época, ou até mesmo, por organizações de mulheres (que não se caracterizando claramente como feministas) reivindicavam a igualdade de género. Assim sendo, os artigos relacionados com a instrução, educação, profissionalismo/carreira, feitos, valorização da intelectualidade feminina (entre outros) ou, defesa dos direitos da mulher, seja na política, economia, cidadania, saúde, vida pessoal foram considerados na análise de conteúdo. Na grelha de análise de SPSS que se segue, consegue-se perceber melhor quais os parâmetros estabelecidos através da Unidade de Registo – “O papel social da mulher/Emancipação feminina”.

4.1.4 - Definição das unidades de registo e respetivas categorias de análise

Para este estudo, escolheu-se fazer uma análise categorial. De acordo com Bardin, este é um método que consiste na classificação dos elementos de significação numa espécie de “gavetas”.

A técnica consiste em classificar os diferentes elementos nas diversas gavetas segundo critérios suscetíveis de fazer surgir um sentido capaz de introduzir numa certa ordem na confusão inicial. (...) Tudo depende, no momento da escolha dos critérios de classificação, daquilo que se procura ou que se espera encontrar (Bardin, 1977, p. 37).

Ou seja, as categorias são aqui, elementos decisivos para o processo de classificação, quantificação e posterior análise das mensagens. Estas unidades, na maior parte dos casos assumem: a forma de frequência (número de vezes e o tempo que cada categoria aparece) daí que seja preciso ter em conta a totalidade de um texto (Bardin, 1977; Cruz, 2008).

Na tabela que se segue apresentam-se as unidades de registo⁵⁴, categorias de análise e respetivas regras de enumeração ou classificação.

⁵³ Por exemplo, no estudo de Prates (2003).

⁵⁴ Segundo o material ou código, Bardin define unidades de registo como “a palavra, a frase, o minuto, o centímetro quadrado. O aspeto exato e bem delimitado do corte” (Bardin, 1977, p. 36).

4.1.5 - Grelha de análise SPSS – Revista *Modas & Bordados*⁵⁵

| Unidades de Registo | Categorias de Análise | Regras de enumeração ou de classificação |
|---|--|--|
| Tema | 1- Política 2- Sociedade 3- Economia 4- Desporto 5- Cultura 6- Casos Pessoais | Frequência |
| Referente | 1- Educação 2- Eventos da revista 3- Personalidades distintas - literatura 4- Personalidades distintas - música 5- Personalidades distintas - teatro 6- Personalidades distintas – desporto 7- Personalidades distintas – Cinema 8- Personalidades distintas – Ciência 9- Personalidades distintas – Pintura 10- Personalidades distintas – Realeza 11- Personalidades distintas – Dança 12- Personalidades distintas – Socialmente 13- Personalidades distintas – Outras profissões 14- O papel da mulher na sociedade 15- A mulher e o lar 16- A mulher e a política 17- Emancipação feminina 18- Inquéritos da revista | Frequência |
| O papel da mulher na sociedade - Emancipação feminina | 1- Entrada das mulheres em profissões distintas 2- Feminismo 3- Igualdade económica entre géneros 4- Independência económica feminina 5- Valorização do espírito crítico das mulheres 6- Mudança de mentalidades na sociedade – igualdade comportamento entre sexos | Frequência |

⁵⁵ A descrição de cada Unidade de Registo ou Categoria de Análise poderá ser consultado nos anexos desta investigação.

| | | |
|----------------------|---|------------|
| | <ul style="list-style-type: none"> 7- Vida pessoal (casamento, família e filhos) 8- Organização doméstica 9- A mulher e os carros (mecânica, condução) 10- Representação da mulher na política 11- Carreiras distintas 12- A presença e o profissionalismo da mulher no mercado de trabalho 13- Igualdade de direitos entre os sexos 14- Melhoria da qualidade de vida 15- Instrução/ Educação das mulheres 16- A luta das mulheres pelos direitos no estrangeiro 17- A mulher e o desporto 18- Projetos/ Ações de solidariedade 19- Feitos históricos femininos 20- Inquéritos da revista 21- A mulher e a guerra 22- Os direitos das mulheres | |
| A Mulher em Portugal | <ul style="list-style-type: none"> 1- Entradas das mulheres em profissões maioritariamente masculinas 2- Feminismo 3- Opiniões de personalidades estrangeiras 4- Independência económica e feminina 5- Valorização do espírito crítico feminino 6- Mudança de mentalidades – igualdade de comportamentos entre géneros 7- Vida pessoal (casamento, família, filhos) 8- Organização doméstica 9- A mulher e os carros 10- Representação da mulher na política 11- Carreiras distintas 12- Melhoria da qualidade de vida 13- Instrução/ Educação da mulher 14- Portuguesa no trabalho 15- A mulher e o desporto 16- Projetos/ Ações de solidariedade 17- Os direitos da mulher | Frequência |

| | | |
|-----------------------|---|------------|
| Gênero | <ol style="list-style-type: none"> 1- Notícia 2- Breve 3- Reportagem 4- Entrevista 5- Comentário 6- Análise 7- Opinião 8- História/ Conto 9- Biografia 10- Inquérito | Frequência |
| Espaço | <ol style="list-style-type: none"> 1- Nacional 2- Internacional* | Frequência |
| *Espaço Internacional | <ol style="list-style-type: none"> 1- Estados Unidos da América 2- Europa Ocidental 3- Península Ibérica 4- Rússia (antiga URSS) 5- Países da Ásia Central 6- Países Árabes 7- Médio Oriente 8- Sudeste Asiático 9- América Latina 10- África 11- Europa Central 12- América do Norte 13- América do Sul | Frequência |
| Enfatização | <ol style="list-style-type: none"> 1- Capa 2- Contracapa 3- Páginas 1-5 4- Páginas 6-10 5- Páginas 11-15 6- Páginas 16-20 | Frequência |
| Página par/ímpar | <ol style="list-style-type: none"> 1- Página par 2- Página ímpar | |
| Tamanho | <ol style="list-style-type: none"> 1- Meia página 2- 1 Página 3- Até duas páginas 4- Mais de duas páginas 5- Entrada | |

Tabela 5 – Descrição das Unidades de Registo e Categorias de análise estabelecidas para a análise de conteúdo.

4.2 - Análise de conteúdo da *Modas & Bordados* e principais conclusões

Antes de iniciar a apresentação dos resultados decorrentes da análise de conteúdo importa explicar de que forma é que irão ser apresentadas as diversas informações, assim como, as inferências feitas a partir das mesmas. Deste modo, optou-se por dividir o presente subcapítulo em cinco partes distintas. Na primeira e na segunda serão revelados os resultados referentes à análise jornalística dos artigos selecionados da *M&B*⁵⁶. Posteriormente, na terceira parte, o foco serão as inferências realizadas a partir do contexto geográfico das peças. Na quarta e quinta partem é apresentada uma análise, cujo objetivo será entender de que modo o fator menos conservador e mais emancipado da mulher se encontrava representado na *M&B*. Importa sublinhar que no final de cada parte surgem as respectivas conclusões relacionadas com exemplos de artigos da revista.

4.2.1 - Quando o jornalismo se cruza com a *Modas & Bordados*

Os resultados que se seguem serão apresentados em três dimensões distintas. Começar-se-á por analisar os géneros jornalísticos dos conteúdos, depois a enfatização de cada um deles, de seguida o tamanho que os artigos selecionados ocupam e por fim, em que páginas surgem (par ou ímpar).

Os géneros jornalísticos na *Modas & Bordados*

Os géneros noticiosos determinam a importância dos conteúdos abordados, assim como a variedade de “ferramentas” jornalísticas usadas pela *M&B*. Assim, é possível afirmar que o conhecimento mais aprofundado dos elementos que constituem as composições discursivas da atividade jornalística leva a um maior entendimento sobre a própria prática (Seixas, 2009). No presente estudo, a “notícia” é o género predominante com 36,1%. Segue-se a “reportagem” com 17,8% e a “entrevista” com 14,7%. Pelo contrário, o género menos presente é o “comentário” que regista apenas 0,7% no total.

⁵⁶ Por uma questão de conveniência a partir daqui começaremos a tratar a *Modas & Bordados* pela sigla *M&B*.

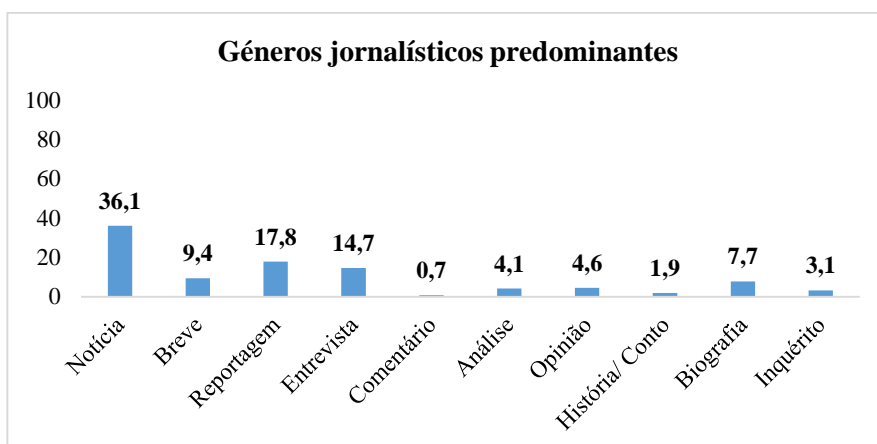


Gráfico 1 – Gêneros jornalísticos predominantes em percentagem (%).

Quais as temáticas predominantes em cada género jornalístico?

Relativamente à “notícia”,⁵⁷ destacam-se os conteúdos culturais (44%), assim como os relativos a “pessoas” e “sociedade” (24,7% e 24%, respetivamente). Já as entrevistas foram feitas a personalidades que se destacaram em temas sociais (52,5%). Da mesma forma também a categoria “sociedade” foi predominante nas reportagens realizadas (43,2%).

Que papéis sociais femininos são representados em cada género jornalístico?

Verifica-se agora quais géneros mais comuns registados na variável “papel da mulher na sociedade”. A esmagadora maioria das notícias (cerca de 53,3%) são sobre mulheres com carreiras distintas. Com valores inferiores seguem-se os conteúdos sobre a entrada das mulheres em profissões consideradas masculinas (6,7%). As entrevistas também têm como protagonistas, figuras com uma carreira notável (26,2%) e outras que contribuem de maneira significativa para a educação/instrução feminina (19,7%). Importa igualmente destacar as conversas com personalidades que defendiam a presença da mulher no mercado de trabalho (11,5%). Por último, registam-se as reportagens realizadas sobre a educação da mulher (28,4%), sobre personalidades com carreiras distintas (18,9%) e ainda sobre a valorização do espírito crítico feminino (10,8%).

⁵⁷ Tendo em conta que os artigos seleccionados foram analisados a partir de vários géneros noticiosos, optou-se por apresentar os resultados referentes à análise jornalística, apenas em relação aos géneros mais predominantes, nomeadamente, a notícia, a reportagem e a entrevista.

A ênfatização dos artigos sobre o papel da mulher na sociedade na *Modas & Bordados*

No que diz respeito à ênfatização, as páginas 1 e 5 (45,9%) aparecem em primeiro lugar. Em segundo destaca-se a capa com 24,2% das peças. Em terceiro está o espaço entre as páginas 6 e 10 (16,2%).

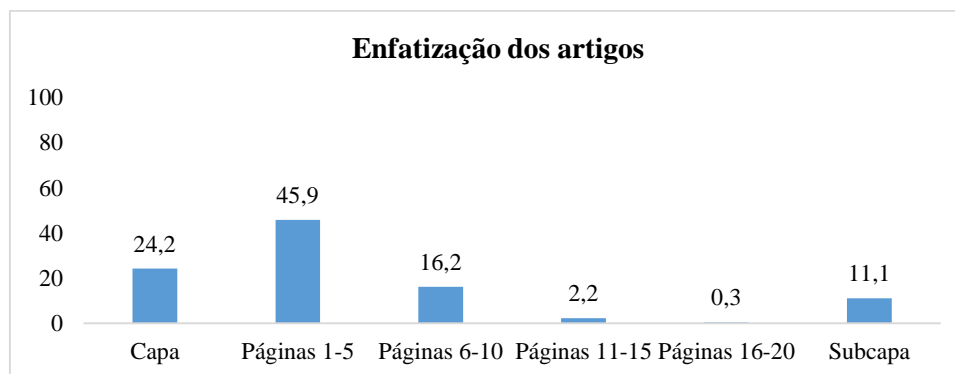


Gráfico 2 – Ênfatização dos artigos analisados em percentagem (%).

De que forma as temáticas variam consoante a ênfatização dos artigos?

Quanto à categoria mais notória, neste caso, as páginas 1 a 5, verifica-se que a maioria dos conteúdos publicados enquadram-se no tema “sociedade” (45%). Seguem-se as peças de conteúdo cultural (26,4%) e sobre personalidades de relevo (20,8%). Relativamente à capa são as figuras distintas que mais se destacam (68,3%), assim como, os conteúdos ligados à cultura (22,5%). Importa também salientar os valores correspondentes à subcapa, tendo em conta que se na capa aparecia apenas a imagem de uma personalidade que podia estar ligada a várias áreas, na subcapa apresentava-se uma introdução ao conteúdo considerado mais importante da revista. Nesta perspetiva, as peças publicadas na subcapa são sobretudo referentes a cultura (72,3%).

De que maneira o papel social feminino é influenciado pela ênfatização dos artigos?

Tendo em atenção a variável “o papel da mulher na sociedade”, as peças sobre mulheres com carreiras distintas são as mais publicadas entre as páginas 1 e 5 (37,5%). Com um valor menor, destacam-se os conteúdos ligados à educação feminina (9,3%). Já na capa surgem conclusões semelhantes, mas com números bastantes mais expressivos: 97,5% das protagonistas são mulheres nacionais e estrangeiras com um percurso profissional de excelência. Na subcapa mantém-se a tendência, pois 83,1% dos conteúdos também se referem a “carreiras distintas”.

Tamanho das peças

Outros dos aspetos analisados foi o tamanho dos conteúdos jornalísticos selecionados para a presente análise. Neste âmbito, percebe-se que na sua maioria os artigos ocupavam cerca de uma página (45,3%). Seguem-se todos os assuntos que se estendiam para além das duas páginas (24,6%) e finalmente, aqueles que não iam para além da meia página (21,2%). A “entrada” é a categoria que regista valores menores (4,2%).

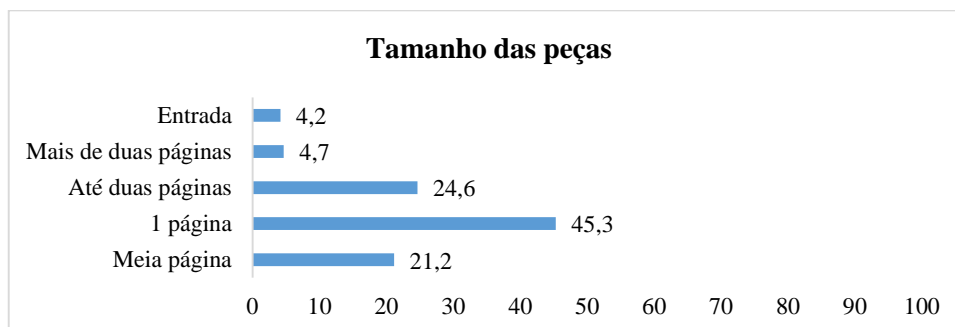


Gráfico 3 – Tamanho das peças analisadas em percentagem (%).

De que forma as temáticas variam consoante a extensão do artigo?

Assuntos relacionados com “sociedade” (38,6%), “cultura” (28,3%) e “pessoas” (27,7%) são os publicados com maior frequência nos artigos com uma página. Já as peças até duas páginas relacionam-se com os temas “sociedade” (58%) e “pessoas” (22%). Quanto aos artigos mais extensos continua a verificar-se a mesma tendência (“sociedade”, com 63,2% e “pessoas”, com 31,6%). Já “política” surge principalmente em peças com meia e uma página (37,5% e 31,2%, respetivamente).

De que maneira a representação do papel social feminino varia com a extensão dos artigos?

No que diz respeito à categoria na qual se aglomerou as variáveis sobre o papel social da mulher são os conteúdos acerca de carreiras distintas e educação feminina os mais destacados nos artigos que ocupam uma página (39,1% e 11,%, respetivamente) ou até duas (24% e 19%, respetivamente). Assuntos como a entrada das mulheres em profissões maioritariamente masculinas (30,4%), feminismo (66,7%), independência económica ou financeira (66,7%), mudança de mentalidades sobre os comportamentos femininos (50%), ou igualdade de direitos entre sexos (42,9%) surgem na sua maioria em artigos com uma página. Importa ainda destacar que as peças sobre política ocupavam na sua maioria meia página (44,4%).

Os artigos e a sua publicação em páginas pares ou ímpares

Apenas resta saber em que páginas surgiam os artigos selecionados para a presente análise. Normalmente, as páginas ímpares são consideradas de maior relevância, pois, como aparecem no lado direito da revista são aquelas que os leitores visionam de forma mais direta e imediata. Ora, em relação à *M&B*, a maioria dos artigos foram publicados em páginas ímpares (55,2%), indicando que os assuntos sobre o papel social da mulher eram considerados de maior relevância. Importa frisar que para estas conclusões, apenas foram considerados 453 dos 588 artigos analisados, pois os demais eram capas ou subcapas.

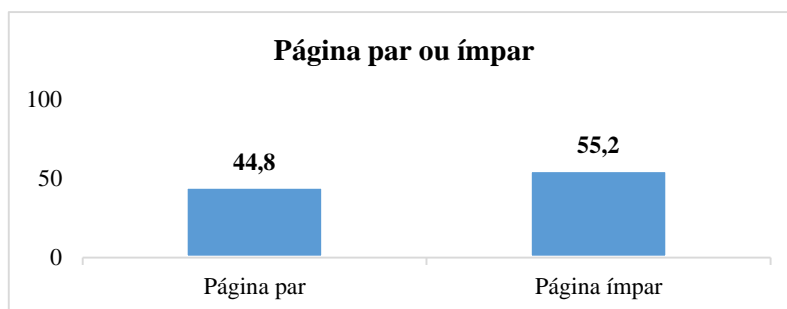


Gráfico 4 – Artigos que surgem em páginas pares ou ímpares em percentagem (%).

Quais as temáticas predominantes nas páginas pares e ímpares?

No que diz respeito aos temas constatou-se que o desporto (52,6%), a cultura (68,8%), e pessoas (52,5%) liam-se especialmente nas páginas ímpares. O contrário verificava-se em política (87,5%) e sociedade (50,3%) que se encontravam sobretudo em páginas pares.

De que maneira a representação social feminina varia nas páginas pares ou ímpares?

Resta compreender os dados relativos à categoria “papel social da mulher”. Neste âmbito destacam-se os conteúdos referentes à mudança de mentalidades sobre o comportamento dos sexos (57,1%), à vida pessoal (60%), a carreiras distintas (64,7%), à melhoria da qualidade de vida (60%), à instrução e educação das mulheres (51,7%), à mulher e o desporto (62,5%), à mulher e a guerra (60%) e direitos da mulher (67,7%), os quais surgiram maioritariamente em página ímpares. Pelo contrário, artigos sobre a entrada das mulheres em profissões masculinas (54,2%), independência económica e financeira (66,7%), valorização do espírito crítico feminino (57,1%), profissionalismo das mulheres (51,6%), igualdade entre os sexos (71,4%), ou até mesmo a representação da mulher na política são lidos sobretudo em páginas pares.

Conclusão

De uma forma geral é possível afirmar que os artigos selecionados para a presente investigação ocupavam na sua maioria um lugar de destaque na *M&B*. Esta foi uma tendência que se denotou nas várias categorias jornalísticas em que se baseou o estudo. Assim, em relação aos géneros jornalísticos, a notícia, a reportagem e a entrevista revelaram-se os mais evidentes. Trata-se de um importante fator, se se tiver em conta que os últimos são considerados dois dos géneros mais importantes do jornalismo. Já no que diz respeito à ênfase, verificou-se que os artigos foram publicados nas primeiras páginas da revista e, igualmente na capa, até porque eram estes os espaços que as leitoras viam mais rápido. Averiguou-se ainda que os conteúdos ocupavam, maioritariamente, entre uma e duas páginas, pelo que o tamanho das peças era razoável. Por fim, e reforçando ainda mais a teoria aqui exposta, percebeu-se que os artigos podiam ler lidos sobretudo em páginas ímpares, aquelas que por surgirem na página da direita, possuíam um maior destaque a nível visual.

4.2.2 - A mulher portuguesa: análise do ponto de vista jornalístico

No caso do estudo dos dados quantitativos sobre a mulher portuguesa optou-se por realizar uma análise menos exaustiva do ponto de vista jornalístico, ao contrário do que aconteceu até este momento. De forma a tornar a leitura mais fluída, os conteúdos sobre a mulher em Portugal serão estudados de acordo com os géneros jornalísticos, a ênfase dos conteúdos, o seu tamanho e publicação em páginas pares ou ímpares.

Os géneros jornalísticos dos artigos sobre a mulher portuguesa e principais assuntos

Os géneros jornalísticos mais presentes são a “notícia” com 33,7%, seguida da “reportagem” com 22% e a “entrevista” com valores na ordem dos 16,7%. Por outro lado, a “história/conto” e o “comentário” são os géneros menos registados, com 1,7% e 1%, respetivamente.

No que diz respeito aos géneros jornalísticos e aos assuntos que abordavam, percebeu-se que 60,4% das notícias referiam-se a personalidades com carreiras distintas e 14,9% à educação da mulher. Ambas as variáveis complementavam-se, pois as mulheres que exerciam uma carreira sólida, normalmente possuíam um nível de instrução mais elevado. Posteriormente, verificou-se que 30,3% das reportagens publicadas eram sobre a instrução feminina, 18,2% referentes a figuras de destaque e 15,2% à importância da valorização do espírito crítico da mulher. Já as entrevistas focavam essencialmente a

educação da mulher e personalidades importantes (ambas com 22%). Registando valores inferiores, mas igualmente relevantes, surgem os testemunhos de mulheres que mantêm uma profissão fora de casa (16%) e de portuguesas que entraram em profissões apenas indicadas para homens na época em questão (14%).

A ênfase dos artigos sobre a mulher portuguesa e principais assuntos

À semelhança do que se constatou na análise da população total e no que diz respeito à ênfase das notícias sobre a mulher portuguesa, a maioria dos conteúdos foram publicados nas cinco primeiras páginas (54,4%). Seguem-se, posteriormente, as peças que se liam entre a 6^a e a 10^a página (19,9%). Em terceiro lugar, a mulher portuguesa destacou-se nas capas das *M&B* (17,7%).

Relativamente à primeira categoria (páginas 1-5) sublinham-se os conteúdos referentes a portuguesas com carreiras distintas (38,7%) e ainda peças sobre a instrução feminina (13,1%). As mesmas variáveis continuam a marcar presença nas páginas que se seguem (6-10). Desta forma, trabalhos sobre a educação da mulher rondam os 28,6% e os focados em figuras distintas, 22,9%. Na capa e subcapa são igualmente os caminhos profissionais traçados por mulheres os mais destacados (95,2% e 62,5%, respetivamente). Na subcapa houve também espaço para conteúdos sobre a educação feminina (25%).

O tamanho dos artigos sobre a mulher portuguesa e principais assuntos

No caso dos trabalhos jornalísticos sobre a portuguesa, os resultados mostram que a maioria, 43,7%, ocupavam uma página, 25,9% dos conteúdos até duas e 21,8% meia página. Os menores valores registam-se em artigos com mais de duas páginas e em entradas (4,4% e 4,1%, respetivamente).

Relativamente aos assuntos mais presentes é o destaque de figuras com uma carreira distinta (41,4%) e artigos relacionados com a educação da mulher (18,8%), aqueles que mais se notam. Com valores inferiores surgem os conteúdos que abordavam a importância da valorização do espírito crítico da mulher (8,6%). Nos artigos até duas páginas, mais uma vez surgem as carreiras distintas (22,4%) e a educação (25%) como os assuntos mais abordados. Os conteúdos sobre portuguesas no trabalho também são sublinhados (13,2%), assim como a mulher no desporto (10,5%), e os espaços que falam sobre a mudança de mentalidades sobre os géneros (10,5%). Os conteúdos com meia página seguem a mesma tendência, tendo em conta que a grande maioria foca o percurso profissional distinto de mulheres (45,3%).

Os artigos sobre a mulher portuguesa e a sua publicação em páginas pares ou ímpares e principais assuntos

No caso dos conteúdos relativos à mulher portuguesa existe quase como um equilíbrio da distribuição entre as duas variáveis. No entanto denotou-se que a escolha da página ímpar foi a mais privilegiada com 53,6%.

Os assuntos que mais se destacaram nas páginas consideradas de maior relevância, ou seja, ímpares, foram os referentes a carreiras distintas (38%) e à educação da mulher (17,1%). Com valores inferiores surgem os artigos sobre a mudança de mentalidades em relação ao comportamento dos géneros e a importância da prática de exercício físico (ambos com 7,6%). De uma outra perspectiva e partindo da análise de cada variável de forma individual, percebeu-se que artigos sobre a independência económica financeira (66,7%) e a portuguesa no trabalho (55%) eram publicados na sua maioria em páginas ímpares. Por outro lado, conteúdos sobre a representação da mulher na política e os direitos das mulheres foram contabilizados especialmente em páginas pares (75% e 57,1%, respetivamente).

Conclusões

A importância da reportagem na *Modas & Bordados*

A reportagem demonstrou-se relevante, por exemplo, para o relato de eventos que eram organizados pela revista, como é o caso do Certame das Mulheres Portuguesas realizado em 1930, com o lema “sejamos inteligentemente mulheres”. O objetivo desta iniciativa era apresentar as grandes obras femininas portuguesas, fossem elas provenientes de artesãs ou intelectuais. Durante este ano, foram publicadas várias reportagens que relatavam as sessões da exposição. Num dos conteúdos⁵⁸ pode ler-se que este foi “um acontecimento notável”, que “alcançou um êxito fora do vulgar”. Eventos como este acabavam igualmente por enaltecer o espírito crítico da mulher (outras das vertentes presentes nas reportagens), através de sessões culturais em que eram “focadas várias figuras de mulheres célebres” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1947, p.5). Daí que também tenha ocorrido depois a alteração do nome da publicação para *Modas & Bordados. Vida Feminina*, o que prova o real interesse pelos problemas das mulheres e o progresso necessário em relação ao papel feminino (Fiadeiro, 2003). Da mesma forma, e sendo a educação uma das causas mais defendidas pela *M&B*, também não faltaram

⁵⁸ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1824, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 22 de janeiro de 1947, p.5.

reportagens sobre o tema. Distinguimos duas. A primeira, no âmbito de um inquérito da revista: “O que eu mais desejava?!...”⁵⁹, que pretendia perceber as aspirações para o futuro da juventude que estudava a trabalhava e ao qual várias alunas da Faculdade de Ciências tiveram a oportunidade de responder. A segunda, uma visita feita ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras não só com o objetivo de conhecer as instalações, como também as rotinas das jovens que o frequentam. “Os cursos superiores estão cada vez mais polvilhados da graça feminina” introduz a reportagem. “A visão acertada e gentil do ilustre catedrático criou novo ambiente nos horizontes da mulheres que estuda e se prepara, na justa aspiração ao seu lar e à sociedade” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1945, p.16)⁶⁰. Recordam-se ainda grandes figuras femininas e fazem-se reportagens de carácter biográfico. Sem dúvida, que Madame Curie⁶¹ era uma das personalidades mais admiradas. Num dos artigos, a cientista é definida como uma mulher “virtuosa”, “sublime” e “extraordinária” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934, p.4).

A importância da entrevista na *Modas & Bordados*

Da mesma maneira também não se descurou a entrevista. Ao longo do período em análise, foram publicadas essencialmente conversas com personalidades que se distinguiram na educação e literatura. Para além de refletirem sobre o seu percurso profissional, as entrevistadas acabavam por comentar o papel social da mulher. No entanto, a *M&B* não ouvia apenas as educadoras e escritoras. Dava igualmente atenção a figuras de destaque noutras áreas profissionais. Existem duas entrevistas que o provam. A primeira feita à “primeira senhora dirigente de um grémio”, Alda Denis, mais precisamente do “grémio conselho dos Comerciantes de Artigos de Vestuário de Senhora e Luvaria de Lisboa” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1942, p.5)⁶².

A segunda realizada a atriz Miss Margery Withers, na altura a viver em Portugal, caracterizada como uma mulher de “ideias esclarecidas, positiva, com uma noção equilibrada das realidades”. Na conversa, a artista revela qual para si o ponto mais

⁵⁹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1302, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de janeiro de 1937, p.6.

⁶⁰ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1739, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 6 de junho de 1945, p.16.

⁶¹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1174, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 8 de agosto de 1934, p.4 e 8.

⁶² *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1567, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 18 de fevereiro de 1942, p.5.

positivo dos portugueses é a valorização da família (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1945, p.5)⁶³.

De facto, a importância das entrevistas era de tal ordem, que a *M&B* chegou a criar secções reservadas a conversas sobre assuntos em específico. Neste sentido é possível destacar duas, “Raparigas de Hoje” e “A atividade intelectual ou artística prejudica a vida doméstica?”.

Na primeira foram entrevistadas várias mulheres universitárias de diversas áreas científicas. O assunto era a educação das raparigas e se a sua evolução prejudicava os deveres em casa, no casamento e com a família. Maria Isabel de Almeida Ribeiro foi uma das escolhidas. Estudante de Ciências Biológicas na Faculdade de Ciências diz que é necessário um equilíbrio saudável na vida da mulher dentro e fora do lar. Ainda assim, considera que “a mulher deve ser instruída” até porque a “vida moderna exige uma cultura mais vasta”. “Estudar para aqueles que nos são queridos é um prazer sem fim” conclui (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1940, p.4)⁶⁴. Elvira Barreto também não passou despercebida à publicação. Frequentadora da Faculdade de Letras sonha ser professora de português e francês. Para a mesma, “desde os tempos mais remotos, se prova que à mulher podem estar reservados grandes papéis”. E apesar de reconhecer a dificuldade em conciliar os deveres da família com os profissionais argumenta que “a mulher nem sempre casa... mas tem que viver”, daí que seja necessário que tire um curso para conseguir ganhar a vida” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1940, p.10)⁶⁵.

Por fim, destaca-se a conversa com Elizabeth Vidal Tenreiro, a única rapariga que em, 1942, frequentava a Escola Superior Colonial. Assim como todas as entrevistadas defende a possibilidade da mulher exercer uma profissão. “É uma questão de método, de energia e de equilíbrio para atender às duas coisas sem prejuízo de nenhuma delas”, afirma. E, surpreendentemente, argumenta: “Há muitos homens que se consideram superiores a nós (mulheres) e que no-lo fazem sentir. Ora isto é um erro, principalmente quando a mulher tem uma certa preparação” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1940, p.5)⁶⁶. No que diz respeito à segunda rubrica foram entrevistadas personalidades

⁶³ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1736, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 16 de maio de 1945, p.5.

⁶⁴ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1473, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 1 de maio de 1940, p.4.

⁶⁵ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1467, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de março de 1940, p.10.

⁶⁶ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1492, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 1 de setembro de 1940, p.5.

femininas que se distinguiram na sua carreira, mas que ao mesmo tempo conseguiram manter o lar e a família. Maria José Estanco, a primeira arquiteta portuguesa, é descrita como “pioneira numa arte até então (...) exclusivamente masculina”. Para além do exercício da arquitetura, Maria José é também professora. Quando questionada com a pergunta que dá nome à secção afirma que a atividade da mulher não prejudica a vida doméstica, se esta saber conciliar e liderar a sua casa numa “atmosfera de dignidade” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1944, p.4)⁶⁷.

Por sua vez, mas numa outra conversa com Nita Lupi, a artista afirma que “deve ser agradável para um homem inteligente viver ao lado de uma mulher que compreenda e que saiba educar os seus filhos”. Para Nita, um dos maiores problemas da sua época não era o “desenvolvimento intelectual da mulher”, mas sim “a falta de preparação das raparigas que casam” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1943, p.5)⁶⁸.

Por último, sublinham-se ainda as declarações da Dr.^a Maria Teresa Paula Rêgo. A pediatra confessa que apesar de com a sua profissão ser bastante difícil conciliar as tarefas do lar, a verdade é que tal não a impede de manter uma vida familiar harmoniosa (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1943, p.4)⁶⁹.

Através destas posições é possível perceber a posição que a *M&B* defendia em relação à instrução da mulher e vida profissional. Numa altura em que o papel doméstico feminino estava muito enraizado na mentalidade dos portugueses, a revista remava “contra a corrente” em busca da valorização do espírito crítico da mulher⁷⁰. A presença destes e de outros artigos na mesma linha de ideias era reforçada, posteriormente, pela posição que ocupavam na revista. Tendo em conta que a maioria dos conteúdos produzidos se centravam em temas sociais, podemos afirmar que os mesmos acabavam por ocupar um lugar de destaque na *M&B*. Basta recordar que as peças que refletiam sobre o papel social da mulher, que enalteciam figuras de destaque e as suas carreiras nas mais diversas áreas e que demonstravam o valor da instrução ou educação, surgiam logo nas primeiras páginas, tinham direito a mais espaço e apareciam, fundamentalmente, em páginas ímpares.

⁶⁷ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1565, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 2 de fevereiro de 1944, p.4.

⁶⁸ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1621 Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 3 de março de 1943, p.5.

⁶⁹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1628 Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 21 de abril de 1943, p.4.

⁷⁰ Estes são assuntos que iremos discutir com maior profundidade ao longo da análise, mais precisamente, no espaço reservado à apresentação dos resultados do ponto de vista social.

4.2.3 - O contexto geográfico

Antes de iniciar a análise da representação da mulher do ponto de vista social na *M&B*, um dos aspetos que se procurou estudar foi o espaço geográfico a que os conteúdos se referiam. Assim fez-se uma separação entre o espaço nacional e internacional e, posteriormente, dividiram-se os conteúdos sobre o estrangeiro em diferentes espaços mundiais. De acordo com os dados do gráfico 5, a maioria dos conteúdos recolhidos (64,3%) referem o espaço nacional, enquanto 35,7% ao internacional.



Gráfico 5 – O contexto geográfico dos artigos analisados em percentagem (%).

Os espaços internacionais predominantes nos artigos

Reparando agora nos espaços internacionais mais abordados, verifica-se que os Estados Unidos (55,4%) eram claramente uma das grandes referências para a *M&B*. Seguiam-se os países da Europa Ocidental (28,6%) e da Europa Central (4,8%). Pelo contrário as regiões menos indicadas eram o Médio Oriente e Rússia (ambos com 0,6%).

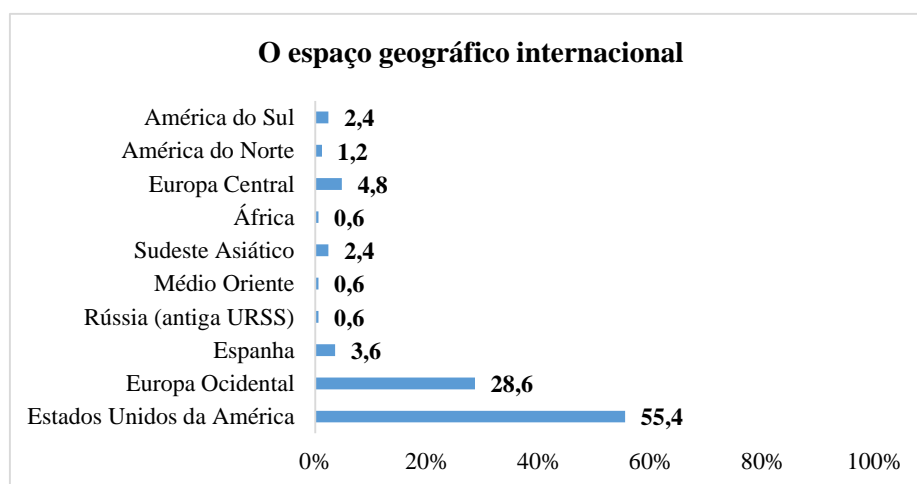


Gráfico 6 – O espaço geográfico internacional na *Modas & Bordados* em percentagem (%)

O contexto geográfico e a sua relação com as temáticas dos artigos

Como seria de esperar todos os temas são predominantemente de carácter nacional. Destaca-se “desporto” com 90% dos conteúdos a focarem-se no contexto português. Por sua vez são artigos sobre “cultura” as que mais se notam a nível internacional com 46,9%, apesar de não ser a maioria. Relativamente ao espaço internacional verificou-se que na “política” os conteúdos se referem sobretudo à Europa Ocidental (71,4%) e aos Estados Unidos (14,2%). A mesma tendência constata-se em “sociedade” (Europa Ocidental - 50%; Estados Unidos - 31,2%), e em “pessoas” (Europa Ocidental - 37,7%; Estados Unidos - 35,8%). Por sua vez a “cultura” apresenta uma grande influência norte-americana (Estados Unidos - 84%).

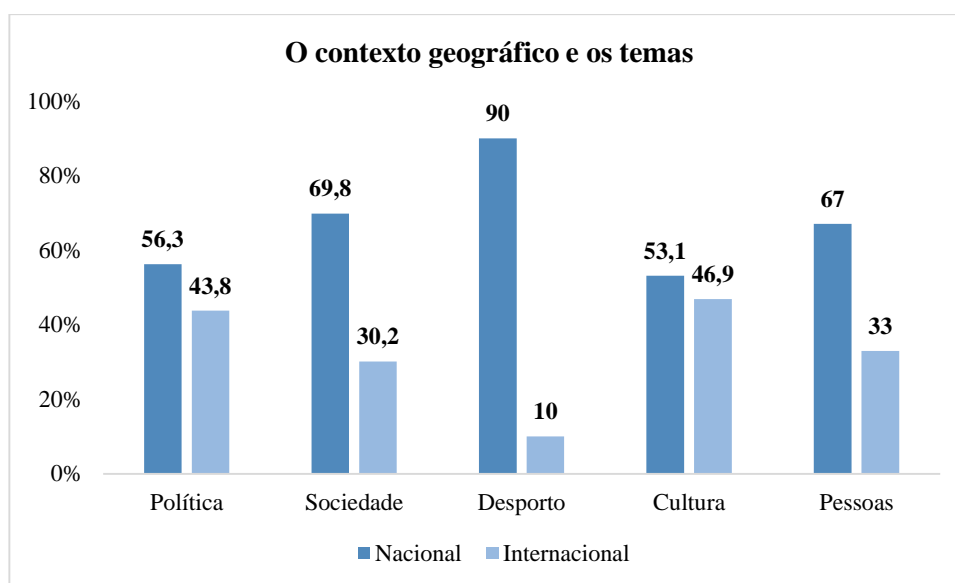


Gráfico 7 – Relação entre o contexto geográfico e os temas predominantes em percentagem (%).

O contexto geográfico e a sua influência na representação social feminina

Conforme se pode analisar no gráfico 7, no caso do “espaço nacional” constatou-se a existência de assuntos abordados exclusivamente neste âmbito, como é o caso da “mulher e os carros”, “melhoria da qualidade de vida” e os “inquéritos da revista”, todos com 100%. Por sua vez, categorias que se focam na independência económica feminina (66,7%), na valorização do espírito crítico feminino (71,4%), na mudança de mentalidades quanto aos comportamentos dos géneros (90%), na igualdade de direitos entre os sexos (85,7%), ou na instrução da mulher (93,1%) são abordados no âmbito do espaço nacional.

Posteriormente denotou-se a presença de determinados assuntos apenas noticiados no âmbito internacional, pois era no estrangeiro que se verificavam grandes avanços nas lutas pelos direitos das mulheres. Um dos exemplos mais flagrantes é relativo à “igualdade económica entre géneros” (100%) e ainda ao “feminismo”, com 83,3% das notícias a focarem-se na realidade fora de Portugal. E apesar de esta revista ter sempre como objetivo enaltecer o talento nacional, a verdade é que relativamente a feitos históricos femininos nas várias áreas, 90% dos casos referidos eram estrangeiros. Quanto às peças referentes à “mulher e a guerra” todas foram noticiadas segundo a realidade internacional.

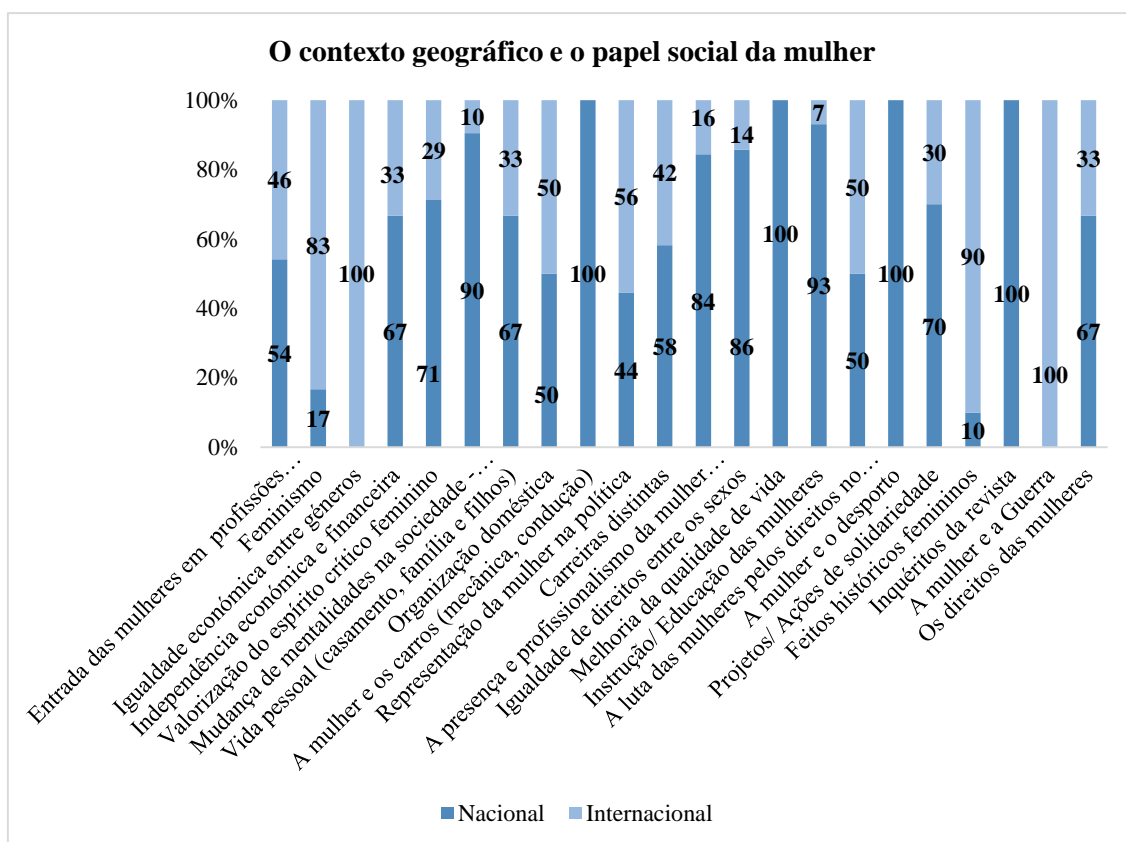


Gráfico 8 – Relação entre o contexto geográfico e o papel social da mulher em percentagem (%).

Em relação aos países mais abordados no que diz respeito ao papel social da mulher percebeu-se que as figuras norte-americanas de distinção são as mais citadas nos artigos (84,9%). Seguem-se os trabalhos acerca da vida pessoal da mulher (3,2%), da entrada das mulheres em profissões masculinas, da luta pelos direitos da mulher no estrangeiro e ações de solidariedade (todos com 2,2%). Assuntos como o feminismo, a independência económica e financeira e a presença e profissionalismo das mulheres no mercado de trabalho aparecem com valores mais residuais (1,1%).

Também a Europa Ocidental se vê representada nas carreiras distintas (47,9%). Mas, ao contrário do que se verificou com os Estados Unidos, este espaço mundial é mais vezes referido em relação a outros temas. Tal se prova através das peças sobre feitos históricos femininos (14,6%), representação da mulher na política (8,3%), valorização do espírito crítico, do feminismo (ambos com 6,2%), ou até mesmo da presença da presença das mulheres em carreiras desempenhadas pelos homens (4,2%). Quanto aos restantes países, os pertencentes à América do Sul são referidos quando se fala de carreiras distintas (50%) e da valorização do espírito crítico da mulher (50%). Nos da Europa Central a tendência continua com as carreiras a vir em primeiro lugar (75%) e, posteriormente, os conteúdos sobre a educação e a mulher no mercado de trabalho (ambos com 15%). Por sua vez, os casos russos surgiram apenas para se falar sobre a entrada da mulher em profissões masculinas (100%).

O contexto geográfico e os referentes

Como já se tinha verificado anteriormente, a grande maioria das peças eram contextualizadas no ambiente nacional. Esta é uma tendência que se notou na análise dos referentes, por exemplo, nos artigos sobre educação (90%), personalidades de destaque nas mais variadas áreas (literatura – 75,4%; música – 84,2%, teatro – 82,1%; desporto – 80% ou pintura – 95,5%) e emancipação feminina (66,7%).

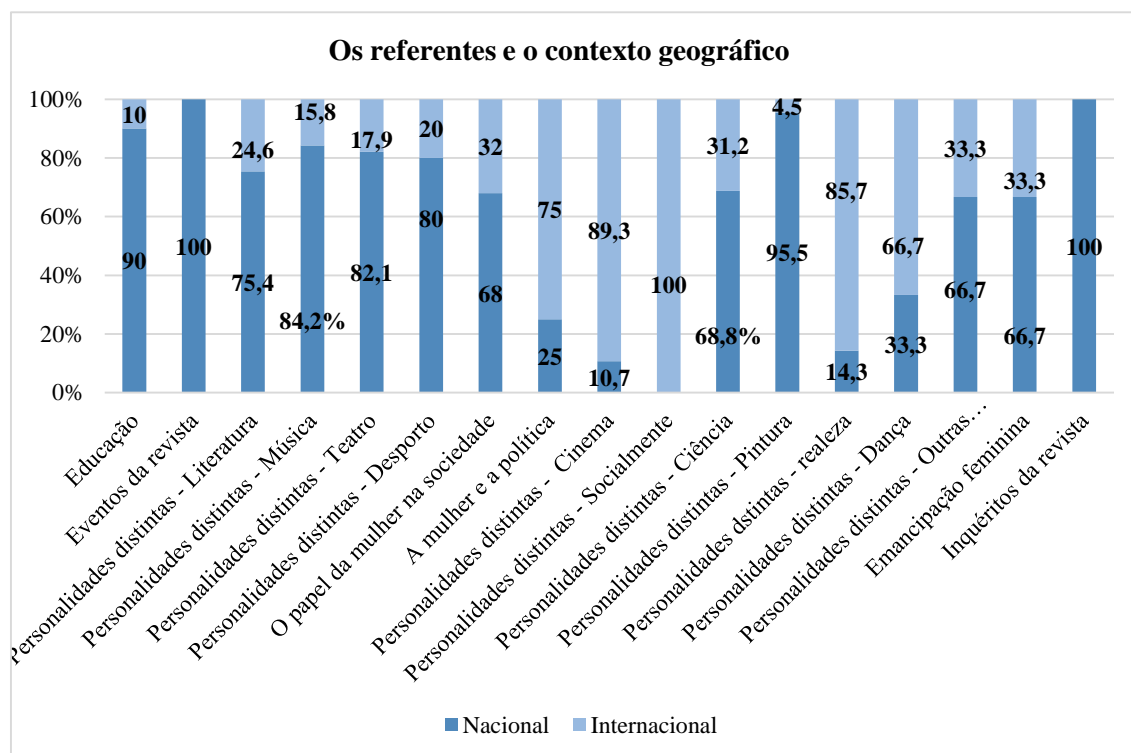


Gráfico 9 – Relação entre os referentes e o contexto geográfico em percentagem (%).

Todos apresentaram um maior enfoque em Portugal. No entanto, há categorias que fugiram à regra. É o caso das personalidades distintas no cinema (89,3%), socialmente (100%), na realeza (85,7%) e na dança (6,7%), assim como a representação da mulher na política (75%).

Relativamente aos países nos referentes e partindo de uma análise segundo cada categoria, então, entendeu-se que parte significativa das suas notícias se referem ao contexto da Europa Ocidental. É o caso dos conteúdos sobre figuras de destaque na música, nos quais, a maioria dos seus artigos (75%) se enquadram nesta região. O mesmo acontece com o teatro (60%) e a pintura (50%). Quando o assunto é política (66,7%), ou se reflete sobre o papel da mulher na sociedade (53,8%) e ainda educação (100%), a Europa Ocidental continua a servir como referência. Da Europa Central vêm personalidades distintas do desporto (100%), da pintura (50%), assim como da literatura e da música (25%). Os Estados Unidos da América servem de referência no que diz respeito ao cinema (84,9%), ao papel da mulher na sociedade (26,9%) e à emancipação feminina (50%). Já em relação a regiões como a Rússia, Médio Oriente e África os conteúdos abordaram exclusivamente (100%) o papel da mulher na sociedade.

Conclusões

Os resultados obtidos mostram que o espaço nacional é o predominante (64,3%) no que diz respeito aos artigos selecionados. No entanto, achou-se conveniente abordar a maneira como o contexto internacional (35,7%) era encarado pela redação da *M&B*, por meio de exemplos de artigos em concreto.

À conversa com personalidades internacionais

Ao longo dos 19 anos em que Maria Lamas esteve na direção da revista, várias personalidades da mais elevada posição social foram entrevistadas. Este era um aspeto bastante valorizado pela publicação, não só pela partilha de diferentes experiências e pensamentos, como também, pela credibilidade conquistada com estes artigos. Uma das figuras que se destacou foi Beata Obertynska, uma artista e escritora polaca que teve a oportunidade de falar com a própria Maria Lamas. Aliás, este foi dos raros artigos que se encontrou assinado pela diretora, que gostava de se manter discreta aos comandos da revista. Na peça já publicada em 1936, denota-se uma clara admiração que Lamas tem por Obertynska, devido ao seu percurso artístico e personalidade:

Madame Beata Obertynska, simples como uma criança, expressão iluminada por intensa vida interior, falou-nos ainda da vida da mulher no seu país e mostrou o maior empenho em conhecer a vida feminina portuguesa (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1936, p. 4)⁷¹.

No entanto, a diretora não deixa de mostrar algum embaraço, e até mesmo vergonha de, em Lisboa, não existir “uma associação de carácter oficial, que fosse o traço de união entre as mulheres intelectuais de Portugal e dos outros países”. Neste contexto aproveita para deixar uma crítica à elite cultural portuguesa:

Demos-lhe razão e sentimo-nos um pouco embaraçadas para justificar a dispersão, a apatia, o isolamento voluntário das intelectuais e artistas portuguesas, que parecem terem em vista unicamente o seu êxito individual (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1936, p. 4)⁷².

Um outro exemplo de entrevista que pode aqui ser frisado contempla a Miss Margery Withers descrita como a “única representante feminina da B.B.C no estrangeiro”. Também a viver em Portugal, o seu “prestígio e categoria intelectual” não passam despercebidos à publicação, que argumenta que a inglesa conhece muito melhor os clássicos da literatura portuguesa do que muitos portugueses. Durante a conversa, Withers elogia a mulher portuguesa, pelas suas “qualidades admiráveis” e tentativas de procurar sempre elevar-se, sobretudo no mundo do trabalho. A conclusão da entrevista é feita pela própria jornalista (desconhecida) que não perde a oportunidade de defender o profissionalismo feminino:

Mais uma vez fica provado que uma vida profissional árdua e de pesadas responsabilidades não anula, antes pode valorizar, uma personalidade feminina, que possua, na realidade, o encanto inerente à mulher e os dons espirituais que são privilégio dos artistas (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1945 p.5)⁷³.

A *M&B* aproveitava sempre os exemplos de vida dados por personalidades de fora para sustentar os seus argumentos. Acontecia que o desenvolvimento das mentalidades relativas à mudança do papel social da mulher sucediam-se de forma mais breve no estrangeiro, por isso, entrevistas com tais figuras levavam à contextualização de realidades, quase ou praticamente inexistentes por cá, como é o caso da carreira da mulher, ou da presença feminina na política.

⁷¹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1267, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de maio de 1936, p.4.

⁷² *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1267, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de maio de 1936, p.4.

⁷³ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1736, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 16 de maio de 1945, p.5.

Mulheres na política lá fora

A política foi um dos assuntos a que se prestou uma maior atenção pelo seu carácter crucial nos movimentos feministas internacionais. Pela análise percebeu-se que os conteúdos tinham como “palco” a Europa Ocidental (71,4%) e os Estados Unidos (14,2%). Foram poucos os artigos registados dentro destas condições na *M&B*. Ainda assim, importa referir alguns dos mais importantes. Logo na década de 1930, a revista publica um fugaz encontro que Judith Maggiolly teve com Miss Megan Lloyd George, o “primeiro nome feminino a brilhar como membro eleito do parlamento inglês” em 1929. Numa visita de George e do seu pai a Portugal, Maggiolly troca umas breves palavras com a deputada, na altura com 32 anos.

Qual a sua opinião sobre a mulher portuguesa?

Responde quási friamente:

- Impossível responder... em tão pouco dias...

Teimo ainda:

- Um temperamento diferente não é assim?

- Sim, mais feminino... menos feminista... (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934 p.5)⁷⁴.

A opinião de Miss Megan Lloyd George revela uma disparidade em relação ao crescimento dos movimentos feministas em Inglaterra e Portugal. Isto explica-se pelo contributo notório das britânicas nas reivindicações, principalmente, das sufragistas. No caso português, houve um abrandamento nas contestações pelos direitos das mulheres motivado pela instauração de um regime ditatorial. Aspeto que fez perdurar uma mentalidade conservadora em relação ao sexo feminino (Gorjão, 2002). Pouco mais de uma década depois do encontro, numa breve, a *M&B* dá conta da existência de vinte e três mulheres no parlamento britânico, a maioria pertencentes ao partido trabalhista. “Vinte e três mulheres vão defender, perante a Inglaterra a vida e os direitos das suas irmãs. Quem, melhor do que elas os há-de entender e afirmar?” questiona-se (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1945, p.4)⁷⁵.

Num último artigo é contada a história de Suzanne Borel, a primeira mulher a concluir o curso dos Negócios Estrangeiros e a entrar na carreira de diplomata em França.

⁷⁴ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1148, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 7 de fevereiro de 1934, p.5.

⁷⁵ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1750, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 22 de agosto de 1945, p.4.

A revista dá conta que para atingir o objetivo, Borel teve de percorrer um longo caminho até que a lei francesa permitisse a uma mulher exercer o cargo. Apenas em 1944 é que tal foi possível, depois de Georges Bidault receber a pasta dos Negócios Estrangeiros e oferecer-lhe o posto de diretora adjunta do seu gabinete e nomeando-a conselheira da embaixada. A exceção tornou-se regra para todas as mulheres, conforme adianta a *M&B*:

Os quatro anos de guerra e de ocupação reduziram sensivelmente o pessoal dos serviços exteriores do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que em 1945 abriu as portas a um amplo recrutamento chamado quadro complementar. (...) Os colegas masculinos estão persuadidos de que elas saberão provar que o Ministério dos Negócios Estrangeiros não errou fazendo apelo ao seu concurso e que hão-de desempenhar perfeitamente as funções que lhe forem confiadas no estrangeiro (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946 p.6)⁷⁶.

É com uma notável satisfação que a *M&B* revela que a partir desta altura iriam ser vistas nas embaixadas “senhoras francesas, encarregadas de representar o seu país e defender os interesses dos seus compatriotas” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946, p.6)⁷⁷. O desenvolvimento do profissionalismo feminino durante a Segunda Guerra Mundial foi fundamental para o cumprimento deste e de outros objetivos. Durante o conflito, a mulher teve a oportunidade de provar o seu valor e capacidade de desempenhar com o mesmo rigor funções reservadas até então aos homens.

As Guerras e as conquistas femininas

Para a revista os momentos em que a mulher se mostrou fundamental ao desenvolvimento do seu país foi durante a 1ª e a 2ª Guerra Mundial. Com a partida de uma parte considerável dos homens para a luta, cabia às mulheres auxiliar naquilo que fosse preciso, quer em território de combate, quer na sua própria casa, como “chefe de família”. Baseada nas informações de Françoise Thébaud, num ensaio escrito para o jornal *Público*, Anne Cova adianta que durante o primeiro conflito verificou-se a maior mobilização da mão-de-obra feminina. França registou um aumento de 8%, passando dos 32% para os 40%, Inglaterra de 24% para 38%.

Simbolicamente, a guerra revivifica os mitos da mulher salvadora e consoladora, mais do que comprova as capacidades femininas. Salvo para as feministas, que, em cada país, põe em evidência a eficácia do trabalho feminino e tentam, com mais ou menos assistência, assimilar a mobilização das mulheres à dos homens (Thébaud, 1991, p. 46).

⁷⁶ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1770, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 9 de janeiro de 1946, p.6.

⁷⁷ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1770, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 9 de janeiro de 1946, p.6.

Thébaud acrescenta que a força do trabalho feminino colocado ao serviço da prática é valorizada. A figura mais louvada é a de enfermeira misturada de santa e de mãe. A guerra constituiu assim uma experiência de liberdade e responsabilidade sem precedentes para o sexo feminino, explicadas pela:

(...) valorização do trabalho feminino ao serviço da pátria e pela abertura de novas oportunidades profissionais, em que as mulheres descobrem, geralmente com prazer, o manuseamento de utensílios e técnicas que desconheciam. A guerra destrói, por necessidade, as barreiras que opunham trabalhos masculinos e trabalhos femininos e que vedavam às mulheres numerosas profissões superiores (...) A maior parte das trabalhadoras toma consciência das suas capacidades e aprecia a sua nova independência financeira (Thébaud, 1991, p. 49).

No caso português, a mobilização surgiu mais tarde do que na maioria dos países beligerantes, pois só a 9 de março de 1916 o país entrou no conflito, com a declaração de guerra da Alemanha. O apoio era feito de várias formas desde a assistência, beneficência, caridade, criação de ateliers de costura, visitas aos feridos nos hospitais, confeção de agasalhos, recolha de donativos, apoio moral aos soldados com as madrinhas de guerra, entre outras tarefas. Depois do término do conflito a palavra de ordem passou a ser a reposição de cada sexo no seu devido lugar, ou seja, depois de se ter dado um passo em direção à evolução do papel da mulher, após a Guerra, deram-se dois para trás (Cova, 2014).

Da mesma maneira que entre 1914-1918 as mulheres tiveram de assumir a chefia da família, bem como a sua sobrevivência, o mesmo se sucede durante a 2ª Guerra Mundial. No entanto, esta foi uma realidade que variou de país para país, porque na época muitas mulheres já tinham a sua profissão para ajudar a complementar o rendimento ganho pelo companheiro. Por exemplo, no caso de França, de acordo com a historiadora Hélène Heck “seria imprudente afirmar categoricamente que de 1940 a 1944 as mulheres entraram mais em escritórios que nas fábricas” (Heck, 1991, p. 261). Ainda assim assegura que:

No período imediatamente a seguir à guerra estima-se que a percentagem das mulheres ativas não agrícolas empregadas em profissões liberais e nos serviços públicos aumentou fortemente (...). O trabalho feminino, que paradoxalmente se tinha mantido e talvez até aumentado sob um regime que pretendia reduzi-lo, nada tem de surpreendente: é um dos elementos da batalha quotidiana pela subsistência que pesa tão fortemente sobre as mulheres (Heck, 1991, p. 262).

A *M&B* não deixa de exaltar o precioso apoio dado pelo sexo feminino às forças de combate durante o conflito. Neste âmbito descreve a visita de uma jornalista a Portugal, a propósito de uma conferência sobre a mulher francesa na guerra, de nome,

Gisèle d'Assally. Para além das suas funções na imprensa, Gisèle é também enfermeira do ar, cujo papel é “acompanhar os feridos nos aviões sanitários”. Do relato feito das suas experiências destaca-se o seguinte:

Focou o esforço da mulher no campo, pois não é lá que se encontram menos exemplos de abnegação. Salientou, em comovidas palavras, a sublime coragem com que a mulher francesa resolveu substituir, nos rudes trabalhos agrícolas, o marido e os filhos adorados (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1940 p.5)⁷⁸.

A intervenção de Assally foi bastante elogiada, assim como o trabalho desenvolvido por centenas de mulheres integradas no esforço de guerra. Para trás não ficaram as inglesas. A revista salienta o empenho da Duquesa de Gloucester como Coronel-chefe do Regimento de Northamptanshire e do Regimento dos «Borderes» Escoceses do Rei.

O rei nomeou-a comandante das forças aéreas auxiliares femininas e ela, a formosa duquesa, interessa-se pessoalmente pelo bem-estar de milhares de raparigas que envergam com orgulho o uniforme cinzento e azul. Visita-as nas grandes bases dos aviões de caça e bombardeio, para estar presente quando as raparigas realizam os seus mais diferentes trabalhos, da cozinha à limpeza dos aparelhos (...) Visita igualmente, com exemplar frequência, os hospitais e as casas de convalescença, em diferentes partes do país, interessando-se fraternalmente, por conhecer as necessidades dos feridos e dos doentes (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1944 p.3)⁷⁹.

Para complementar o leque de artigos referentes ao esforço de guerra desencadeado pelas mulheres, resta apenas falar das norte-americanas. Também a elas se dedicou espaço na *M&B*, ou não fossem os Estados Unidos um dos protagonistas do conflito. “Sou uma rapariga americana”, assim se intitulava o artigo no qual se apresentava o exemplo de Doroty Pike, uma empregada comercial, que trabalha na companhia de seguros de Hartford Connecticut. Após uma breve descrição do seu dia de trabalho, onde se inclui um contributo para o esforço de guerra, argumenta:

Esta é a minha vida e a de todas as raparigas americanas, da minha classe. Vivemos conscientes do que valem na hora difícil que se atravessa, certas de contribuirmos com a nossa parte para o fim que o nosso coração anseia (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1944 p.5)⁸⁰.

A socióloga Rose-Marie Lagrave explica que, mais tarde, entre 1945 e 1975, apesar dos progressos relativos ao profissionalismo da mulher, o mapa europeu do

⁷⁸ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1470, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 10 de abril de 1940, p.5.

⁷⁹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1703, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de setembro de 1944, p.3.

⁸⁰ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1675, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 15 de março de 1944, p.5.

salariato continuava desequilibrado. Desta forma, dá conta da sua divisão em dois continentes: o masculino e o feminino. O primeiro era composto por operários e por quadros superiores, o segundo apenas por um “vasto de dedálo de escritórios”. Por isso havia uma questão que se impunha:

Como integrar as mulheres no mundo do trabalho mas distinguindo-as profissionalmente dos homens? A existência de secções e de empregos feminizados parecia responder à questão. (...) A concentração das mulheres nos empregos feminizados, portanto pior remunerados, o seu mais difícil acesso aos níveis hierárquicos superiores, a sua menor qualificação bastam para explicar a manutenção do afastamento entre salários femininos e masculinos (Lagrave, 1991, p. 527).

Ou seja, restava ainda um longo percurso a fazer pelas mulheres do século XX que quisessem crescer na sua carreira. Para tal, o movimento de emancipação económica e dignificação social da mulher decorrido nos Estados Unidos foi fundamental, conforme a própria *M&B* descreve no artigo que se vai analisar seguidamente.

A norte-americana: Problemas da mulher que trabalha (dentro e) fora de casa

Como se verificou, de todos os espaços internacionais considerados na análise quantitativa, os Estados Unidos ocupavam um lugar primordial (55,4%) nos artigos da *M&B*. Tendo em conta que este país é também considerado um dos “berços” do nascimento e crescimento dos movimentos feministas, não se poderia deixar de analisar a sua abordagem na revista. O artigo selecionado para tal foi publicado no âmbito da secção, “Nós e a Vida”, cujo título é “A mulher pelo mundo”. O objetivo da análise é saber a posição da mulher na sociedade norte-americana à luz das novas condições sociais e técnicas no pós-guerra. Com base no Comité Consultivo das Mulheres, publicado em 1945, em Washington, destaca-se a importância das mulheres que escolhem trabalhar dentro de casa.

«Os problemas da mulher que trabalha em sua casa» são de grande importância, tanto mais que algumas mulheres casadas, trabalhando fora, preferiram voltar para as suas casas e aí, de uma maneira mais descansada, dar a sua contribuição à sociedade. (...) No entanto, para que isto seja possível (...) é necessário que o chefe de família, único a ganhar, receba um salário que lhe permita viver em razoável nível económico (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1945 p.5)⁸¹.

A tomada de medidas em determinados setores, como por exemplo, a segurança social, é sugerido pelo Comité e sublinhado pela revista. O pagamento do trabalho da mulher que fica em casa e que, eventualmente, possa dar o seu contributo em instituições

⁸¹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1667, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 12 de dezembro de 1945, p.5.

locais voluntárias é uma das sugestões. A extensão dos benefícios concedidos às crianças órfãs a todas as crianças é outro.

A segunda parte do artigo aborda os problemas das mulheres que trabalham fora de casa, questão de grande interesse para a *M&B*, visto que “muitas mulheres portuguesas, especialmente nos meios urbanos, já vivem ou ajudam a viver os seus com o seu trabalho” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946, p.10). Para estas, o relatório aconselha a “criação e expansão de planos de educação e de saúde” e “o estabelecimento de programas de aperfeiçoamento profissional e de readaptação às tarefas de paz”. Chama-se também à atenção para a separação das mulheres dos trabalhos para que foram chamadas durante a guerra.

Afirma o relatório, ao que nos parece com razão, que os ordenados e os salários ganhos pela grande maioria de mulheres trabalhadoras não são fontes casuais ou suplementares de rendimento, são-lhes essenciais. Dar como certo que a mulher não necessita de trabalhar, e usar de tal convicção para as dispensar do trabalho (para as despedir), é tão desleal ou incorreto como se se despedissem homens pela mesma falsa e injusta razão (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946 p.10)⁸².

Para que a justiça entre ambos os sexos seja alcançada há que acabar com as barreiras, ou seja, que não haja qualquer tipo de discriminação devido ao seu sexo, mas também raça, religião ou convicções políticas. Os mesmos é desejado para as portuguesas. Ou não fosse para isso que Maria Lamas e a “sua” revista durante quase duas décadas lutaram. Pela mulher, única e exclusivamente.

⁸² *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1780, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de março de 1946, p.10.

4.3.4- Uma análise do ponto de vista social

Na segunda parte da análise de conteúdo irão ser apresentados os resultados que indicam a forma como a mulher era retratada socialmente na *M&B*. Assim sendo, em primeiro lugar, analisar-se-ão as temáticas mais presentes na revista. Depois, os conteúdos selecionados de acordo com os papéis sociais inerentes em cada um deles e por fim serão apresentadas inferências segundo os assuntos (referentes) dos artigos.

As temáticas como um espelho da representação social da mulher

Em primeiro lugar, procurou-se saber quais os temas mais presentes na generalidade dos conteúdos recolhidos. No gráfico 10 verifica-se que a “sociedade” foi a temática que registou valores mais elevados (32,1%). Muito perto deste tema surge “pessoas” (32%), tendo em conta que a revista sempre mostrou a intenção de enaltecer figuras femininas de destaque, independentemente da área a que pertencessem. A “cultura” ocupa cerca de 29,8% do total. Este número retrata bem o que se pretendia: instruir as leitoras e mostrar que os conhecimentos mais alargados. Pelo contrário “política” (2,7%) foi o assunto menos abordado durante o período de Maria Lamas, assim como “desporto” (3,4%), demonstrando uma certa resistência a estes assuntos considerados na época mais sensíveis.

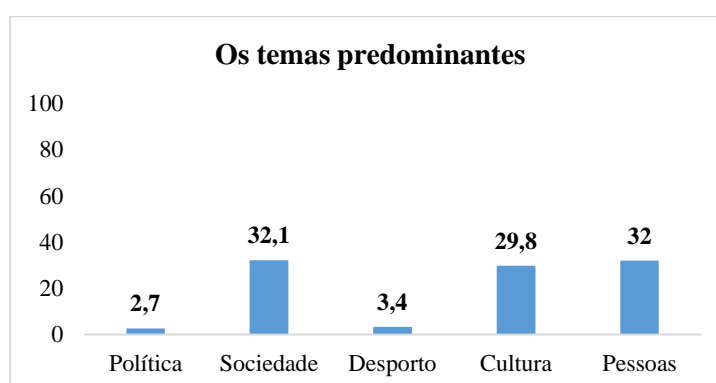


Gráfico 10 – Os temas predominantes nos artigos selecionados em percentagem (%).

De que forma as temáticas variaram ao longo dos anos?

Partindo de uma análise temporal é possível verificar que ao longo das duas décadas analisadas os temas foram-se diversificando. Logo no primeiro ano, 1928, todos os conteúdos (100%) referem-se “pessoas”, isto é, personalidades femininas que se destacaram em várias áreas. No ano seguinte, uma nova tendência começa a verificar-se e surgem peças sobre “sociedade” (13,8%). A crescente valorização deste tema torna-se

evidente ao longo da década de 1930. O seu maior valor foi registado em 1938 com 75%. É também neste espaço de tempo que, pela primeira vez, aparecem artigos sobre “cultura” em 1930, com 29%, “desporto” em 1932 com 7,7% e política em 1933, com 4% da totalidade de temas abordados neste ano. A década de 1940 demonstra bem uma alteração na forma como a revista foi dirigida até à saída da diretora. Em 1945, 1946 e 1947, por exemplo, “sociedade” é o tema que passa a registar valores superiores (45,8%, 63,6%, 62,5%, respetivamente), e não “pessoas” como se tinha verificado até então. Outro aspeto que se destaca é relativo aos conteúdos sobre “política”. Em 1946 perfazem 24,2% dos conteúdos analisados deste ano.

O papel social da mulher na *Modas & Bordados*

Do ponto de vista social, através da análise da unidade de registo “o papel da mulher na sociedade” conclui-se que os conteúdos sobre “carreiras distintas” são os que mais se evidenciam (54,1%). Com valores inferiores, os artigos sobre a instrução da mulher são os que se seguem (9,9%) e, posteriormente, os que falam da presença e profissionalismo da mulher no mercado de trabalho (5,4%). As restantes categorias apresentam valores abaixo dos 5%.

De que forma a representação do papel social feminino variou ao longo dos anos?

Fazendo uma análise temporal verificou-se que no primeiro ano, 1928, todos os conteúdos registados (100%) referiam-se a mulheres com carreiras distintas nas mais diversificadas áreas, desde arte, pintura, cinema ou teatro, até à ciência ou educação. Logo no segundo ano de Maria Lamas à frente da direção da revista regista-se uma maior variedade nos conteúdos abordados sobre mulheres. Assim, variáveis como “a presença e o profissionalismo da mulher no mercado de trabalho” (6,9%) “a mulher e os carros” ou a mudança de mentalidades entre os sexos (ambos com 3,4%) começam a surgir.

Na década de 1930, apesar de predominarem os conteúdos relativos a carreiras distintas, mais categorias ganham destaque. Em 1930, por exemplo, fala-se sobre a entrada de mulheres em profissões apenas destinadas aos homens (6,5%). Dois anos depois o feminismo é abordado pela primeira vez (7,7%). Em 1933 verifica-se uma grande mudança nos assuntos: 68% dos conteúdos analisados nesse ano foram sobre a educação da mulher. Por sua vez em 1935, dos artigos considerados 22,2% focavam-se na representação da mulher na política. Com o aproximar do final da década chega

também uma nova preocupação: a carreira da mulher fora de casa. Em 1939, 30,4% dos artigos falam precisamente sobre esta questão.

Na década de 1940, a defesa da educação da mulher mantém-se, assim como a igualdade de direitos entre sexos. No último ano da direção de Maria Lamas (1947), verifica-se uma tendência para a abordagem de assuntos relacionados com a valorização da mulher. Destaca-se assim a “valorização do espírito crítico feminino” (18,8%), a necessidade de uma mudança de mentalidades relativamente ao comportamento de ambos os sexos (25%) e ainda, a presença de conteúdos “domésticos” (variável relativa à vida pessoal – 12,5%), cujo principal objetivo seria a conjugação do papel da mulher em casa com uma carreira profissional bem-sucedida.

Os referentes e a sua influência na *Modas & Bordados*

Analisando agora os referentes, os dados obtidos sugerem que o papel social da mulher (21,8%) é o assunto mais abordado, tal como se verificou anteriormente. Seguem-se as personagens distintas no cinema (17,5%) – o que indica um certo fascínio por esta indústria, e ainda, personalidades distintas na literatura (11,1%). Nos referentes menos abordados encontram-se as personalidades que se distinguiram socialmente (0,2%), os inquéritos realizados pela revista (0,7%) e ainda os artigos sobre personalidades distintas na dança (1%). De referir igualmente os valores dos conteúdos sobre a emancipação feminina – 3,1% e a representação da mulher na política -1,4%.

De que forma os assuntos abordados variaram ao longo dos anos?

Do ponto de vista temporal, no primeiro ano em análise da revista, 1928, foram as figuras femininas no teatro as mais destacadas (41,7%). No ano a seguir o lugar foi ocupado pelas personalidades distintas no cinema (48,3%). Com o início da década de 1930 verificaram-se alterações nos assuntos abordados pela publicação. Os artigos sobre o papel social da mulher ganharam um novo fôlego. Em 1935, por exemplo, os trabalhos sobre a representação feminina na política atingiram o seu pico com 7,7%. Tais mudanças continuaram a registar-se durante a década seguinte. Foi nos anos de 1940 que se publicaram mais artigos sobre a educação e instrução da mulher (1945-16,7%). Neste período surgiram também as primeiras abordagens (a partir de 1946 ocupando 2,7% do total) à emancipação feminina. O seu valor mais elevado verificou-se em 1946 – 12,1%, curiosamente, um ano antes da saída de Maria Lamas da direção da publicação.

4.3.5 - A mulher portuguesa: análise do ponto de vista social

Nesta parte irá proceder-se à análise dos artigos sobre a mulher portuguesa, mas do ponto de vista social. Numa primeira instância irá ser indicada a maneira como a mulher portuguesa era caracterizada na *M&B*. De seguida analisar-se-á a variação desta mesma caracterização ao longo do período de análise estabelecido para o estudo. Por fim, a análise terá como objetivo conhecer as temáticas, assim como os referentes (leiam-se assuntos) que mais e menos se destacaram na revista.

A mulher portuguesa na *Modas & Bordados*: Primeiras impressões

Através de que aspetos era caracterizada a mulher portuguesa? A resposta a esta pergunta surge quando se inferem as frequências relativas à variável “mulher portuguesa”, previamente estabelecida na análise de conteúdo. Os dados do gráfico 11 mostram que a população feminina era representada através do seu percurso profissional. Assim sendo, a variável “carreiras distintas” é a que se destaca com 45,6%. Em segundo lugar, com 15%, surgem os conteúdos sobre a instrução/educação da mulher. As restantes categorias registam valores abaixo do 6%. Segundo uma ordem decrescente percebem-se as peças sobre a portuguesa do trabalho (5,9%), mudança de mentalidades em relação ao comportamento dos géneros, valorização do espírito crítico feminino e a mulher e o desporto (todos com 5,1%). Os assuntos que registam números mais baixos são a organização doméstica com 0,6% e a independência económica feminina com 0,8%.

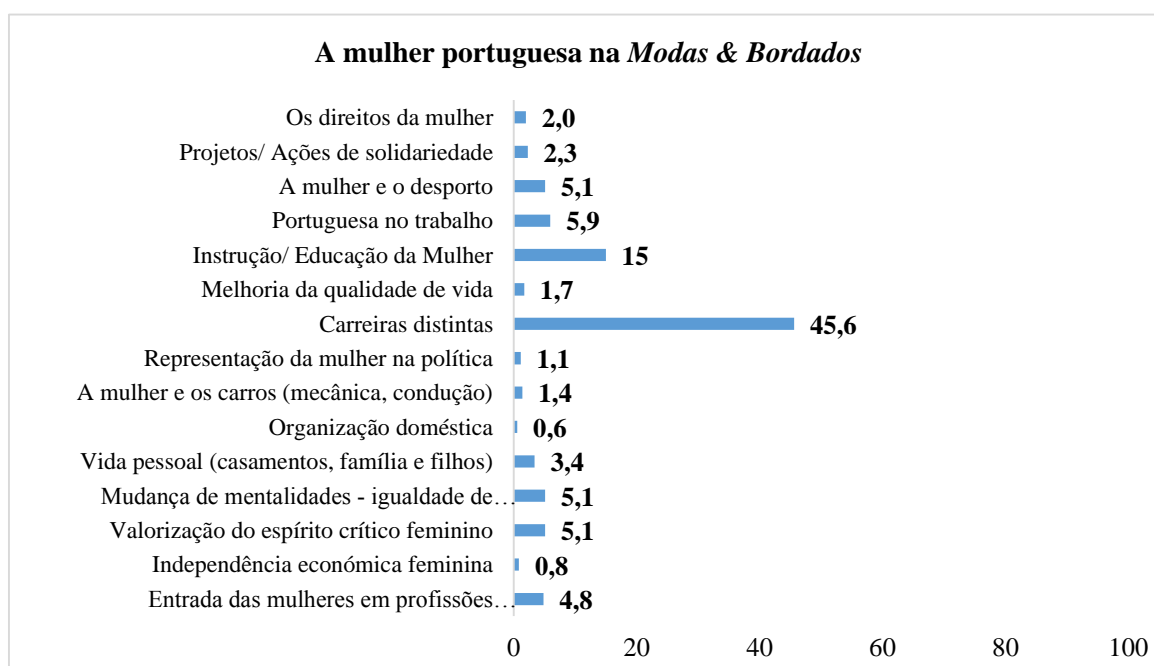


Gráfico 11 – Características que representam a mulher portuguesa na *Modas & Bordados* em percentagem (%).

A mulher portuguesa na *Modas & Bordados*: Uma análise temporal

No primeiro ano em que Maria Lamas assumiu a direção da revista os únicos conteúdos abordados sobre a mulher portuguesa referiam-se a carreiras distintas de personalidades nacionais (100%). De facto, uma das grandes características da *M&B* que manteve durante o período analisado foi a exaltação das mulheres que se destacavam na sociedade em diversas áreas, para que assim pudessem servir de exemplo às leitoras.

No ano que inaugurou a década de 1930 continuaram a ser os conteúdos sobre carreiras distintas aqueles que mais se destacaram (76,5%). No entanto registou-se uma abordagem de outros assuntos como é o caso da valorização do espírito crítico feminino (15,7%), da entrada das mulheres em profissões maioritariamente masculinas (3,9%), assim como a mudança de mentalidades em relação ao comportamento dos géneros e melhoria da qualidade de vida (ambos com 2%). Em 1931 é abordada pela primeira vez a educação para a portuguesa (12%) e a vida pessoal das mulheres (4%). No ano seguinte é precisamente este último assunto o mais abordado (“vida pessoal – casamento, família e filhos” com 45,5%). Destaca-se ainda a relação da mulher com os carros (18,2%), assim como a educação feminina, mudança de mentalidade entre géneros e ainda organização doméstica (todos com 9,1%).

Em 1933 houve uma predominância de conteúdos sobre educação feminina (58,3%). Pela primeira vez são publicados artigos sobre a portuguesa no trabalho e independência económica feminina (ambos 4,2%). No ano de 1934 os conteúdos sobre carreiras distintas voltam a registar números mais elevados (34,8%). Ainda assim a educação continua a ocupar um lugar cativo (21,7%). É neste ano que aparecem os primeiros trabalhos sobre projetos solidários promovidos por mulheres (8,7%) e ainda artigos que falam da presença feminina no desporto (4,3%). 1935 é um ano marcado sobretudo pela publicação pioneira de artigos sobre a representação da mulher na política (7,1%). A partir de 1937 registam-se alterações nos conteúdos abordados. Neste ano, por exemplo, a maioria dos conteúdos produzidos foram sobre a mulher e o desporto (25%). Seguiram-se as peças sobre carreiras distintas, melhoria da qualidade de vida e instrução da mulher (16,7%). Curiosamente nos dois anos que seguiram as leitoras da *M&B* tiveram acesso a mais conteúdos sobre portuguesas que conseguiam manter uma carreira fora de casa (1938 – 33,3%; 1939 – 46,7%).

A década de 1940 começa a registar a mesma tendência, mas não de uma forma tão demonstrativa. No primeiro ano, 33,3% dos conteúdos falavam sobre a instrução

feminina, 27,8% sobre carreiras distintas e 22% de mulheres portuguesas no trabalho. Durante os cinco primeiros anos da referente década verificou-se a existência de mais artigos sobre personalidades com carreiras distintas. Mas existem outros pontos a destacar. Em 1943 e 1944 registaram-se números consideráveis em relação à mudança de mentalidades no que diz respeito ao comportamento dos géneros (21,4%; 20%, respetivamente).

No último ano em que Maria Lamas exerceu funções como diretora denota-se que não foram publicados artigos sobre a educação ou instrução da mulher em Portugal. Por outro lado apurou-se a presença de peças que apelavam à mudança de mentalidade de comportamentos entre géneros (28,6%) e claro, ao enaltecimento de carreiras distintas (21,4%). Constatou-se ainda a existência de trabalhos sobre a valorização do espírito crítico feminino, a vida pessoal da portuguesa e sobre a mulher e o desporto (todos com 14,3%). Por fim resta apenas frisar as peças sobre a independência económica feminina (7,1%).

A mulher portuguesa na *Modas & Bordados*: Os temas mais predominantes

No que diz respeito aos temas importa igualmente saber quais os assuntos relativos à mulher portuguesa mais abordados em cada um. Para isso cruzaram-se as variáveis “tema” e “papel social da mulher”.

No caso de “política” são os conteúdos sobre a representação feminina nesta área e os direitos da mulher os mais registados (ambos com 44,4%). Em relação à “sociedade” é possível verificar uma panóplia de assuntos abordados, no entanto, destacam-se a instrução da mulher (24,2%), a representação da portuguesa com uma carreira profissional (15,2%), as mulheres com carreiras distintas (14,4%) e ainda a mudança de mentalidades no que diz respeito ao comportamento dos sexos (12,1%). O desporto surge em conteúdos sobre as figuras que o praticam (88,9%), mas também em peças que focam a melhoria da qualidade de vida das mulheres e a relação entre as mulheres e a mecânica (ambos com 5,6%). Na cultura são as produções sobre figuras com carreiras distintas as que mais se notam (59,3%), seguidas das abordagens à importância da educação feminina (19,8%) e ainda da valorização do espírito crítico da mulher (18,5%). Por fim, na variável “pessoas” são as mulheres com carreiras distintas as que mais se destacam (83,2%). Em menor escala registam-se as figuras em cargos maioritariamente masculinos (5,3%) assim como peças sobre a instrução da mulher (4,4%).

A mulher portuguesa na *Modas & Bordados*: Os referentes (assuntos) mais presentes

Numa análise da mulher portuguesa mais específica e cruzando esta variável com os referentes propostos, percebeu-se uma predominância da categoria que abordava o papel social da mulher. Assim, artigos sobre a entrada das mulheres em profissões “masculinas” (41,2%), a independência económica feminina (66,7%), a mudança de mentalidade entre géneros (72,2%) ou a portuguesa no trabalho (85,7%) foram os assuntos mais abordados.

No entanto, importa denotar que, por exemplo, relativamente às profissões “masculinas” exercidas por mulheres, 17,6% dos conteúdos referiam-se a figuras distintas na ciência. Para além disso, os artigos que apontavam para a necessidade de se valorizar o espírito crítico feminino relatavam eventos realizados pela *M&B*, o que indica a importância destas iniciativas para a revista. Da mesma forma encarava-se que a mudança de mentalidades tinha como base a emancipação feminina (27,8%). As profissionais mais destacadas foram aquelas com uma carreira na literatura (23%), música (17,4%) e teatro (12,4%). Como seria de esperar a maioria das peças sobre a instrução feminina aparecem na categoria educação (47,2%), mas também nos certames e encontros da publicação (26,4%) e no papel da mulher na sociedade (22,6%). Por fim, os direitos das mulheres eram discutidos sobretudo nos inquéritos realizados pela revista (57,1%).

Conclusões

Os dados obtidos mostram que os temas mais abordados pela *M&B* durante a direção de Maria Lamas foram “sociedade” e “pessoas”. É possível argumentar que os dois se acabavam por complementar pois era através das imagens transmitidas pelas personalidades que se conseguia refletir sobre determinados assuntos. As leitoras tinham a oportunidade de verificar os progressos necessários às mulheres e, conseqüentemente, a si mesmas. A revista de Maria Lamas contou com elas para trabalhar a favor de uma mudança que sempre defendeu ser urgente. Essa mudança começava desde cedo na vida das raparigas, com uma instrução de qualidade e uma mentalidade que permitisse usar da forma mais adequada essa educação. Seguiu-se posteriormente o exercício de uma profissão, se a mulher assim o desejasse. Tratava-se da superação de limites, até então colocados ao sexo feminino, e intensificados pela política conservadora do Estado Novo. Breves, notícias, reportagens, entrevistas, eventos, contos. A diretora usava todos os recursos que tinha a ser favor para manter a linha editorial que no início definiu para a *M&B*.

No 34º ano de existência da publicação, a *M&B* publica um conteúdo especial onde define bem a sua missão, que passa por “orientar, esclarecer e ajudar a mulher nas várias circunstâncias da vida” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946 p.3)⁸³.

Um novo tipo de mulher surgiu. Mais lúcida, forte e prática, ela já não pode contentar-se com a sua existência frívola, incerta e conformado que estava convencionado ser a sua. O trabalho profissional tornou-se-lhe indispensável. Por mais paradoxal que pareça, este afastamento do lar não significa, porém, desinteresse por ele (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946 p.3)⁸⁴.

Estas são declarações vão ao encontro aos resultados obtidos na presente análise, tanto no que diz respeito ao plano geral, como à mulher portuguesa em específico. Como já foi verificado, a educação e o profissionalismo feminino foram dois assuntos eminentes na publicação representados através de variáveis de carácter direto (exemplo: “Instrução/educação” ou “portuguesa no trabalho”), ou indireto (exemplo: “mudança de mentalidades de comportamento entre os sexos”, “personalidades distintas”, ou “independência económica”). E é sobre elas que se vai falar de seguida.

Sem educação, não há evolução

Em Portugal, a educação assumiu uma importância prioritária, essencialmente, a partir da revolução de 1910, tanto por parte das republicanas, como das feministas (Borrêcho, 2010). As mesmas pretensões mantiveram-se ao longo do século XX, principalmente, na primeira metade.

Consciente disto, a redação da *M&B* nunca descurou a abordagem do tema sob as indicações de Maria Lamas. Aliás, em 1931, três anos depois de assumir o cargo como diretora, é publicado o primeiro artigo sobre a instrução da mulher, cuja importância vai aumentando com o decorrer dos anos. Trata-se de um momento em que apenas 31% da população feminina sabia ler e escrever, contra os 50% que se registavam no caso masculino (Candeias, 2007). Foi igualmente na década de 1930 que se verificou a reforma do sistema educativo pelas mãos do então Ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco. Em plena ditadura e preocupado com o cenário negativo em relação à instrução, o político começa a tomar medidas, sem nunca esquecer os ideais do regime. É necessária

⁸³ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1775, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 13 de fevereiro de 1946, p.3.

⁸⁴ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1775, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 13 de fevereiro de 1946, p.3.

uma educação dos portugueses segundo a ideologia salazarista, mas sem um nível elevado de instrução, bastando por isso, o ensino primário (Pimentel, 2011).

Mas a *M&B* não estava satisfeita com estes objetivos redutores em relação à capacidade feminina. A publicação sempre defendeu uma educação de qualidade para as raparigas, assim como a sua evolução em áreas maioritariamente masculinas. É o caso das universidades. E neste aspeto, os números também nunca se mostraram a favor das mulheres. De acordo com um estudo de Adérito Sedas Nunes, em 1940, por exemplo, apenas 16,5% dos estudantes universitários eram raparigas. O número de mulheres era maioritário só na Faculdade de Letras e na Escola Superior de Farmácia, sendo que a maioria não terminava o curso (Pimentel, 2011). Curiosamente, foi neste ano que a revista registou a publicação de um maior número de conteúdos sobre a educação feminina, inclusivamente, a universitária.

Ora, um dos maiores receios do regime em relação à educação das raparigas era que esta levasse a um afastamento do papel a elas reservado, como donas de casa, esposas e mães. Aliás, tais preocupações foram manifestadas por António Pires de Lima, ainda em 1945 (dois anos depois viria a ser ministro da Educação Nacional). Preocupava-o sobretudo o número em excesso de raparigas nos liceus, acusando as alunas de não valorizarem os cursos de educação familiar e de apenas pretenderem “um diploma universitário para ingressar numa função pública ou numa profissão liberal” (Pimentel, 2011, p. 124). Segundo Lima, “os liceus formavam as raparigas como se todas viessem a ser «doutoras» em vez de prepará-las para se tornarem «boas donas de casa, esposas e mães»” (Pimentel, 2011, p. 124).

Nesta perspetiva impunha-se, portanto, a seguinte questão: “Deve a educação das raparigas ser igual à dos rapazes?”. Uma dúvida igualmente partilhada por feministas, que desde logo defendiam que a coeducação era a resposta mais eficaz contra o problema do analfabetismo.

A defesa do regime de coeducação é sustentado como forma de providenciar igualdade de oportunidades para as raparigas. Republicanos, anarquistas, e feministas, em geral, estiveram unidos para defender a coeducação como forma de promoção de igualdade de oportunidades para as raparigas no ensino, enfatizando que a sua educação era tão importante como a dos rapazes (Araújo, 2007, p. 49).

Foi precisamente a esta pergunta que a revista tentou responder através da realização de um inquérito em 1946, cujas opiniões das leitoras foram publicadas na secção “Nós e Vida”. Durante uma introdução ao estudo são apresentadas as razões pelas quais a resposta à questão se deve afirmar positiva.

A rapariga, tanto como o rapaz, precisa de ser educada para desempenhar bem pela vida fora a sua função principal, que é de ser um ser humano equilibrado de corpo e espírito, útil para a sociedade – embora seja necessário para a mulher de hoje saber governar a sua casa, o que a rapariga pode aprender durante os meses de férias, é essencial que ela adquira uma cultura igual à dos rapazes. A preparação da rapariga não deve ser para o «casamento» (como fim exclusivo a atingir) mas para a «vida», tal como os rapazes (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1945, p.5)⁸⁵.

Para a *M&B* não fazia sentido que a educação das raparigas fosse diferente da dos rapazes, quer pela sua estrutura física mais frágil, quer pelas tarefas domésticas para si reservadas. Mas faltava ouvir as opiniões das fiéis leitoras e, posteriormente, o comentário feito pela própria publicação a cada uma delas.

Algumas das cartas recebidas pela redação como resposta ao inquérito apresentavam um pendor de matriz conservadora. Leia-se o seguinte comentário da leitora Ivone Rosa, de 18 anos, “Como poderiam ser as educações iguais? Se o rapaz tem certas liberdades, seria bonito que a rapariga as tivesse?”⁸⁶, questiona. A *M&B* responde: “Não acha que o mal está no uso que os rapazes fazem da sua liberdade, não pensa que a rapariga pode tê-la tanto como os rapazes?”. No entanto, registaram-se igualmente opiniões positivas. Uma das que mais se destacou é a de Maria Fernando Pais, que defende a necessidade de se educar corretamente os rapazes. “Não deixemos que eles digam barbaridades como estas: «A mulher é um ser inferior!» «A mulher fez-se para estar em casa!» (...) Gritemos-lhe que a nossa inferioridade é um ultraje e que todas nós sabemos e podemos mostrar-lhes o contrário” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1945, p.5)⁸⁷.

Na mesma edição, a equipa responsável pelo inquérito dá a sua opinião, perante o medo que nota em algumas raparigas de parecerem demasiado “modernas” ao darem uma resposta afirmativa:

O que é ser moderna? É ser-se fútil e oca, passar a vida preocupada com as «toilettes» e os namoros das amigas, traçar a perna com elegância (...) ou será acompanhar a sua época, viver integrada nela, sentir os problemas do seu tempo, tomar parte nas aspirações dos seus contemporâneos, nas suas lutas, nos seus anseios, procurar auxiliá-los a resolver esses problemas? (...) Criticamos a futilidade e incapacidade para a vida dessas raparigas que, julgando-se emancipadas e proclamando a sua independência, não veem que estão enganadas, que nem se emanciparam (...) Não confundamos, pois, estas máscaras de

⁸⁵ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1754, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 19 de setembro de 1945, p.5.

⁸⁶ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1756, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 3 de outubro de 1945, p.4.

⁸⁷ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1758, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 17 de outubro de 1945, p.5.

modernismo com a verdadeira rapariga moderna (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1945, p.5)⁸⁸.

O papel da mulher na sociedade sempre interessou à publicação, mas a sua evolução não deixava de preocupar determinados setores, que temiam que a mulher se desvirtuasse. Mas, para a *M&B* não era disto que se tratava, principalmente, no que dizia respeito à educação das raparigas. A sua correta instrução revelava-se determinante para a mudança de mentalidades de uma sociedade ainda sob a sombra de um regime conservador. Mesmo num ambiente controverso, a revista não deixava de expor aquilo em que acreditava, algo que acabava por contrastar com os ideais do regime. O avanço nos direitos da mulher portuguesa estava sempre em primeiro lugar. Quando o inquérito foi realizado, ainda na década de 1940, apenas 40% da população de população feminina era alfabetizada (Candeias, 2007). Perante estes números, Maria Lamas encarava com maior urgência a resolução deste problema. Dois anos depois do inquérito, em 1947, é forçada a abandonar o cargo de direção da *M&B*, no entanto, a sua luta pela melhoria da qualidade de vida das mulheres continuou. Importa aqui sublinhar que a instrução das mulheres foi um caminho lento que se prolongou até à virada do milénio. Em 2000, ainda 11,5% das mulheres em Portugal não sabiam ler, nem escrever.

Mulher que trabalha, mulher que se valoriza

Uma das conclusões que retiramos com a presente análise é que a representação do papel social da mulher na *M&B* era feita através de três critérios:

- 1) A instrução da mulher;
- 2) O enaltecimento de carreiras distintas;
- 3) A presença feminina no mercado de trabalho

Neste subcapítulo falar-se-á da importância dos últimos dois pontos para o desenvolvimento da revista, cujo grande objetivo era provar que o desempenho de uma determinada profissão pela mulher não prejudicava a vida doméstica, nem familiar, fatores bastante valorizados na época. Neste âmbito é importante referir que foi logo a partir de 1933 que a *M&B* iniciou a publicação de artigos sobre a portuguesa no trabalho e a independência económica feminina, assuntos desprezados numa ditadura que argumentava que a mulher devia dedicar-se exclusivamente ao lar (Pimentel, 2011). O

⁸⁸ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, n° 1758, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 17 de outubro de 1945, p.5.

historiador José Esteves explica porque o direito ao trabalho para as mulheres era um assunto tão discutido e ao mesmo tempo valorizado:

Só a mulher que era independente economicamente se podia libertar da escravatura e da opressão a que estava sujeita e tornar-se num ser autónomo e com capacidade de decisão. O trabalho feminino não representava somente a garantia de igualdade no casamento, mas a própria sobrevivência económica das mulheres, atendendo a que (...) elas eram em muito maior número do que os homens e nem todas podiam aspirar ao papel de esposas e mães (Esteves, 1998, p. 87).

Vivências da mulher portuguesa – A visão de Cândida Florinda Ferreira

A realidade vivida pela maioria das portuguesas estava longe de ser positiva, quer para aquelas que moravam no campo, quer para as que habitavam em centros urbanos. Para todas elas existia uma necessidade de mudança, denotada por Cândida Florinda Ferreira, pouco tempo depois de Maria Lamas assumir o cargo de diretora. A 27 de dezembro de 1931, dá uma conferência na Biblioteca Erudita do Museu Regional de Bragança, na qual faz um retrato sociológico bastante detalhado da mulher.

No caso da mulher rural, Ferreira afirma que “desde criança é entregue a trabalhos árduos”, sendo que a sua infância é difícil e sem acesso aos mínimos cuidados médicos. Trabalha arduamente no campo ao longo de todo o dia, tarefas que tem de conciliar com o seu papel como dona de casa, esposa e mãe (Ferreira C. F., 1932, p. 23). Quanto à mulher que vive “nos grandes centros urbanos” considera que “é um instrumento de trabalho ignominiosamente explorado a favor duma plutocracia reduzida, e em detrimento dos seus direitos, da sua saúde física e moral” (Ferreira C. F., 1932, p. 26). Denuncia as injustiças vividas por trabalhadoras de fábricas, estabelecimentos comerciais, escritórios, grandes casas de modistas e alfaiates:

Aí a encontraremos num labutar insano a troco de proventos tão mesquinhos que mal lhe permitem alimentar-se convenientemente (...) Daqui resulta que a mulher que trabalha é aproveitada como elemento de desleal concorrência económica contra o homem, cair vítima de tantas e tantas avarioses sociais que ou lhe derrancam a resistência moral ou a arremessam precocemente para a sepultura. Estas as que trabalham afanosamente em profissões que as vão arrancar do ambiente doméstico (Ferreira C. F., 1932, p. 27).

As mesmas conclusões, leiam-se críticas, foram frisadas por Ferreira num espaço que teve para si reservado na *M&B*, a partir de 29 de novembro de 1933, dia em que iniciou a rubrica “A Mulher Portuguesa Contemporânea”. Na primeira publicação esclarece que irá abordar as “características inconfundíveis” de cada “modelo” de mulher no campo social.

Considerarei a mulher portuguesa constituindo três tipos, em harmonia com o ambiente tipográfico em que desenvolve a sua ação: a mulher nos campos, a dos agrupamentos urbanos relativamente importantes, e a dos grandes centros urbanos de população, entre nós, sem grande erro, reduzidos a dois, Lisboa e Porto (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1933, p. 6)⁸⁹.

No que diz respeito à mulher nos campos, a autora afirma que de todas, é aquela que ocupa o “degrau inferior da escala feminina”:

A mulher dos campos que nem a mais diminuta leira de terra possua, que, para satisfazer as mais urgentes necessidades materiais carece de alugar o seu braço, é, sem dúvida, a que forma o degrau inferior da escala feminina, aquele que, portanto, carece de maior amparo, de mais eficaz defesa (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1933, p. 6)⁹⁰.

Posteriormente, a colunista opta por dividir a aldeã em dois grupos distintos, o da “camponesa pobre”, anteriormente referida, e o do “aldeã remediada”, cujas condições de vida são mais aprazíveis, embora tal não signifique a superioridade intelectual. Ambas frequentaram o ensino primário disponibilizado na sua área de residência. A “remediada” tem acesso facilitado a “novelas de estapafúrdias e complicadas aventuras em que o amor e o crime se entrelaçam” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934, p. 6)⁹¹. Assim que se casa a “aldeã remediada” deixa de se preocupar com as aparências, de cuidar de si mesma e acaba por ficar sujeita aos maus comportamentos do marido:

A mulher, que não recebeu forte educação moral, numa passividade pavorosa, escrava submissa do marido contra o qual todo o protesto é censurável em seu critério, deixa afundar-se tudo e, ou procura também no álcool o esquecimento dos seus males, ou procura na religião num consolo que só ligeiramente a satisfaz, pois não é muito o conceito de religiosidade que possui (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934, p. 6)⁹².

Posteriormente, chega o caso da mulher que vive nas “povoações mais importantes pelo número de habitantes e por maior amplitude de relações sociais”.

Há nas nossas vilas maior número de mulheres que por preconceitos sociais, muitos deles seculares, representam valores nulos para a vida económica; incapazes de trabalho profícuo porque ainda as subjuga o princípio errado de que mulheres de *roda mais alta* não devem entregar-se a tarefas só próprias de gente pobre (...) Quantos vezes morto o chefe de família que através de mil canseiras angariava recursos necessários para manter esse parasitismo feminino, as mulheres não se encontravam em luta com a mais descartável miséria, que, por orgulho, exacerbado por falsa educação, ocultam, ou então,

⁸⁹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1138, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 29 de novembro de 1933, p.6.

⁹⁰ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1138, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 29 de novembro de 1933, p.6.

⁹¹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1147, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 31 de janeiro de 1934, p.6.

⁹² *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1147, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 31 de janeiro de 1934, p.6.

acicatadas pela desventura extrema vão pedir à caridade (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934, p. 6)⁹³.

Ferreira acrescenta que, ainda assim, algumas destas habitantes conseguiram emancipar-se, abandonando as suas terras de origem e viajando para outras, onde procuravam adquirir uma profissão liberal, ou outra que lhes providenciasse meios de subsistência. Por fim, a autora refere o quotidiano daquelas que exercem funções em fábricas, cuja situação já tinha sido referida no discurso feito em Bragança, em 1931.

Nas povoações industriais a mulher é quase sempre absorvida pela fábrica que a rouba à vida doméstica e ao recato que esta, mais ou menos, proporciona. Sem preparação técnica especial destituída, na maioria esmagadora dos casos, da mais rudimentar instrução, a mulher operária é objeto de desumana e torpe exploração. Em paga de trabalho extenuante, que lentamente lhe vai corroendo a energia vital, dão-lhe mísero salário que mal chega para suprir as suas urgentes e inadiáveis necessidades (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934, p. 6)⁹⁴.

Como é possível verificar através do cenário traçado por Cândida Ferreira, a vida da portuguesa era repleta de grandes desafios a nível profissional, e consequentemente, social. Para conseguir emancipar-se seria necessário a superação de cada um deles. O caminho começava pela informação adequada, dada por publicações como a *M&B*, e por uma instrução de qualidade que acabaria por levar a uma carreira recompensadora para a mulher.

Corajosamente, Cândida Florinda Ferreira defende por isso que “toda a mulher, sob pena de não se elevar à condição social a que tem jus, tem o direito de adquirir a cultura intelectual indispensável para a formação da sua personalidade” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934, p.4)⁹⁵. Para a autora, a educação intelectual da mulher não afeta as suas qualidades afetivas, pelo que é necessário o fim de preconceitos:

Durante muito tempo, devido a preconceitos estúpidos e anacrónicos, as chamadas profissões liberais científicas estiveram vedadas à mulher, como se ela fosse incapaz de as desempenhar. (...) Todos sabemos quantas zargunchadas de ridículo procuram atingir a mulher que dirige a sua atividade intelectual para os estudos superiores (...) Não pretendo, que seria parvoíce tal pretensão, que todas as mulheres sejam sábias, mas sim que todas possuam soma de conhecimentos bastantes para o domínio da vida e para o

⁹³ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1154, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 14 de março de 1934, p.6.

⁹⁴ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1154, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 14 de março de 1934, p.6.

⁹⁵ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1175, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 15 de agosto de 1934, p.4.

desempenho consciente da sua missão como mulheres (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934, p.4)⁹⁶.

Em resumo, mais do que nunca, a autora defende uma emancipação intelectual para a mulher, para que esta possa reconhecer o seu verdadeiro valor.

A mulher e as condições no trabalho (ou falta delas)

Fruto da necessidade para as mulheres de classes mais desfavorecidas, a inserção no mercado de trabalho começava a ser para as raparigas da classe média e média alta uma hipótese não só concebível, mas também convidativa. Difundia-se a consciência da necessidade de a mulher se realizar profissionalmente, ainda que a orientação para a profissão estivesse longe de ser um valor consensual. Por conseguinte, muitas interrompiam as carreiras, temporária ou definitivamente, com o casamento ou o nascimento dos filhos (Gorjão, 2002, p. 49).

Este parágrafo de Vanda Gorjão, em *Mulheres em Tempos Sombrios*, demonstra de que forma é que o exercício de uma profissão pela mulher começou a ser encarado, sobretudo a partir da década de 1930. Foram vários os fatores que contribuíram para uma mudança de mentalidades em relação ao assunto. Um dos mais importantes, sem dúvida, frisava as dificuldades financeiras por que muitas famílias passavam. O salário auferido pelo “chefe de família” não era suficiente para sustentar a casa, pelo que, a mulher sentiu a necessidade de também ela ajudar a fazer face às despesas mensais.

No entanto, para o regime de Salazar, o trabalho feminino fora do lar não trazia qualquer vantagem à mulher. O ditador defendia que o sustento devia ser garantido pelo homem, até porque à esposa, sendo uma boa dona de casa, nunca faltaria que fazer. Segundo a perspetiva de Irene Pimentel, este discurso tinha outros objetivos, para além da “simples” divisão sexual das funções na sociedade.

Estes argumentos justificavam (...) o propósito de eliminar a concorrência feminina de um mercado de trabalho onde havia desemprego e no qual algumas empresas competiam desregrada e deslealmente com outras, à custa da mão-de-obra feminina e infantil, mais barata. Para travar este processo, Salazar aparentava corresponder, no discurso, às críticas contra a destruição da família e o trabalho feminino fabril (Pimentel, 2011, p. 56).

A investigadora dá conta de vários entraves colocados às mulheres em determinadas profissões. Para além de impedir o acesso a uma carreira diplomática, as mulheres também foram inibidas de trabalhar no Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC). Ao impedimento do trabalho feminino em certos setores acrescentam-se as restrições impostas. Por exemplo, as professoras primárias tinham de

⁹⁶ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1175, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 15 de agosto de 1934, p.4.

pedir autorização para se casarem ao Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE). Proibidas de contrair o matrimónio estavam as funcionárias do MNE, dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP) e enfermeiras de Hospitais Civis (Pimentel, 2011).

As desigualdades entre os sexos eram igualmente notórias nos salários auferidos pelos trabalhadores. Na década de 1940, enquanto os operários especializados ganhavam entre 10\$00 e 15\$00, as operárias auferiam apenas metade desses valores. As diferenças eram também visíveis em setores como a olaria, a indústria de lanifícios, de tapetes de lã, entre outras atividades (Pimentel, 2011). Em 1930 eram considerados como ativos os “parentes e as mulheres dos chefes de família cuidando do arranjo das suas casas”. Dentro desta ótica a população “ativa” feminina representava uma fatia de 48,3% no total da população ativa. No entanto, se apenas se considerarem as cidadãs que exerciam uma profissão por conta própria ou de outrem, este número descia para 27,4%. Por conseguinte, Pimentel afirma que na década seguinte, esta rubrica desapareceu do Recenseamento Geral da População. Acrescentou-se a figura com “situação não profissional”, ou seja, aquela que não tinha uma ocupação que significasse um proveito económico. Não é de admirar portanto, que só esta condição incluísse mais de dois milhões de mulheres. Em 1940, apenas 15,7% das mulheres em Portugal exerciam uma profissão. O número sobe em 1950 para 22,7%, mas acaba por descer novamente na década seguinte para 18,7%. Em 1970, década em que se daria a Revolução, apenas 26,7% dos trabalhadores eram mulheres (Pimentel, 2011, p. 71).

“Em que profissão pode ser a mulher mais útil ao seu país?” – Análise de um inquérito da *Modas & Bordados*

Já no final da década de 1930, a *M&B* decidiu avançar com um dos inquéritos mais importantes da sua existência. De facto, esta era uma revista que contava com as suas leitoras, não apenas de forma passiva, mas também ativa e participativa. Iniciativas como esta permitiam à direção perceber de que forma é que todo o trabalho que desenvolvia contribuía para a formação de opinião e até mesmo carácter e mentalidade das mulheres que liam a revista.

Em 1939 lançam um inquérito intitulado: “Em que profissão pode a mulher ser mais útil ao seu país?”. As respostas vêm um pouco de todo o país, nomeadamente,

“Lisboa, Porto, das cidades da província, das vilas, e até das pequenas aldeias” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1939, p.4)⁹⁷.

Este nosso inquérito é uma sondagem de opinião pública feminina acerca da profissão mais conveniente à mulher (...) A nossa pergunta refere-se ao trabalho que dá dinheiro, à necessidade terrível de ganhar dinheiro. Todos nós sabemos que o primeiro dever da mulher é ser uma boa mãe. Mas ser uma boa mãe não é uma profissão, embora exija mais talento, trabalho e dedicação de que todas as profissões. Profissão é um trabalho de que se tira dinheiro (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1939, p.4)⁹⁸.

A escolha de uma profissão que fosse remunerada foi um dos aspetos mais sublinhados pela revista. Esta insistência por parte da publicação devia-se, essencialmente, às inúmeras respostas que assinalavam “mãe de família” como a primeira atividade em que a mulher seria mais útil ao seu país. Médica, enfermeira, professora, escritora, ou mesmo jornalista são outras das possibilidades avançadas. Para todas elas, as respostas da publicação reproduzem-se. Eis algumas das que se destacaram:

Os sacrifícios, a devoção da mulher dentro do lar, pelo marido e pelos filhos, não valem nada no padeiro ou na mercearia. Nós perguntamos o que a mulher precisa de fazer, além desses sacrifícios e dessa devoção (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1939, p.4)⁹⁹.

Pela primeira vez aparece (...) a opinião de que a mulher se deve dedicar à investigação científica. O exemplo de «madame» Curie-Jolliete, mostra-nos que a ocupação absorvente de investigar no campo científico não invalida a mulher para os deveres sagrados de esposa e mãe. Tudo o que a mulher possa dar do seu tempo e do seu pensamento ao trabalho científico, afasta-a menos do lar e dos filhos, do que a «coquetterie» exagerada, a ânsia das festas, dos espetáculos, dos «chás» e a mania de andar em visitas constantes a amigas tão fúteis como elas (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1939, p.17)¹⁰⁰.

Diz-nos a nossa (...) leitora que a mulher não pode conciliar os encargos da sua profissão com os deveres de mãe, e opina pelo abandono da profissão. Nós pensamos, também, que é difícil, ou impossível, educar as crianças convenientemente, estando a mãe ausente no seu trabalho profissional. Mas esse trabalho é, muitas vezes, uma necessidade económica imprescindível, mesmo para a criação dos filhos. A experiência têm-nos demonstrado que a mulher não se dedica a trabalhar profissionalmente por gosto, mas apenas por necessidade (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1939, p.6)¹⁰¹.

⁹⁷ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1434, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 2 de agosto de 1939, p.4.

⁹⁸ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1434, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 2 de agosto de 1939, p.4.

⁹⁹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1434, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 2 de agosto de 1939, p.4.

¹⁰⁰ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1437, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 23 de agosto de 1939, p.17.

¹⁰¹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1439, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 6 de setembro de 1939, p.6.

Respostas por parte da revista como estas multiplicaram-se em todas as edições em que foram apresentadas as opiniões das leitoras. A *M&B* alertava para a necessidade de se começar a encarar o papel feminino fora das paredes do lar, e portanto, do ponto de vista económico. O grande objetivo da revista era provar que a mulher poderia conciliar as várias tarefas a si incumbidas, desde que de forma organizada e sustentável. Não se tratava de um abandono da família, mas antes, de um reforço da sua estrutura organizacional, através do fortalecimento do carácter da mãe, esposa e dona de casa. Entre todas as respostas publicadas há uma que se destaca do ponto de vista positivo, a da escritora Maria Archer:

A profissão em que a mulher é mais útil ao país será a profissão que ela desempenhar melhor, a profissão em que ela consiga ser mais produtiva. Todo o ofício mal feito é improdutivo. A mulher que é apenas mãe, e cria e educa mal os seus filhos, é um ente prejudicial ao interesse do país (...) Opino que a mulher com filho só se deve colocar em profissões que a não impossibilitem de os vigiar e educar (...) A sociedade que permite o afastamento da mãe e dos filhos enfraquece-se (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1939, p.6)¹⁰².

Apesar de a maioria das respostas não serem convenientes à orientação editorial da revista, a verdade é que as cartas recebidas pela redação da *M&B* mostraram que a opinião feminina em Portugal existia e que a mesma devia ser devidamente valorizada.

E quando o entrevistado é o marido?

O que parece ser uma pergunta despropositada de início revela-se uma das maneiras mais lógicas de terminar o subcapítulo, que diz respeito ao profissionalismo feminino tão defendido pela *M&B*. Sem dúvida que o artigo que se irá enunciar de seguida foi um dos que mais chamou à atenção, quer pela sua originalidade, quer pela mensagem clara que transmite, já no ano em que Maria Lamas abandonaria a direção da revista. “Entrevistei o meu marido” é o conteúdo que resume de maneira ilustrativa o que era defendido pela redação. O direito da mulher ao exercício de uma carreira, a qual não fosse indicada para si por causa do seu sexo, mas pela sua competência, independentemente da área que escolhesse. Veja-se o exemplo de Maria José Estanco, a primeira arquiteta portuguesa, Madame Curie, uma das grandes cientistas da história, entre outras. Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, todas as conversas, visitas, investigações não tinham como objetivo enaltecer o lado doméstico da mulher de sucesso, mas provar que o seu crescimento não afetava a vida pessoal, ou familiar.

¹⁰² *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1435, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 9 de agosto de 1939, p.6.

Isa de Corsa, uma das jornalistas que trabalhava para a *M&B* teve a audácia de conversar com o marido sobre o profissionalismo feminino e aceder a sua opinião em relação ao assunto. A entrevista respeitou todas as formalidades previstas, como se de um entrevistado “desconhecido” se tratasse. “Está. Falam do 15027. Quem fala daí? Era a voz do meu marido. Vencendo o riso que me atacava as cordas vocais, respondi: Fala de um enviado da *Modas & Bordados* que deseja entrevistá-lo”. A introdução do momento feita por Corsa demonstra bem o seu esforço para não se deixar influenciar pelo natural à vontade que tinha com o seu esposo.

- Que pensa da mulher que trabalha fora do lar? – perguntei, vivamente interessada (...) - Penso o melhor possível da mulher que trabalha seja em que for. Todo o trabalho dignifica. Além, disso o homem e a mulher nasceram para trabalhar.

- Acha que a mulher casada deve apenas viver para a casa e família, isto é, que deve trabalhar só adentro do lar e em prol dos seus? – De maneira nenhuma. Se os ganhos do marido forem insuficientes para a manutenção do lar, é plenamente justo e admissível que a mulher contribua para o seu equilíbrio alargando a sua atividade noutros campos de ação (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1947, p.5)¹⁰³.

O companheiro de Isa de Corsa termina o seu raciocínio afirmando que “a mulher deve trabalhar pela família e pela humanidade” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1947, p.5)¹⁰⁴. E foi precisamente este pensamento que a *M&B* pretendeu mostrar. E é impressionante se se pensar que tal já era defendido por um “chefe de família”, mesmo sendo marido de uma jornalista. O caminho para a evolução do papel feminino em Portugal estava traçado.

Quando o feminismo é assunto

Foram poucas as vezes que a *M&B* abordou o feminismo de forma direta e clara. Na análise realizada denotou-se um cuidado especial em relação ao assunto, porque socialmente era percecionado como um não tema. No caso da *M&B*, a revista nunca admitiu ser de caráter feminista, assim como Maria Lamas. Conforme adianta Maria Antónia Fiadeiro, na sua tese de Mestrado em Estudos sobre a Mulher intitulada *Maria Lamas*, a diretora da revista era classificada dentro da categoria do “feminismo tácito”. Terá sido Elina Guimarães a primeira a usar a expressão para se referir ao caso da

¹⁰³ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1842, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 28 de maio de 1947, p.5.

¹⁰⁴ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1842, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 28 de maio de 1947, p.5.

jornalista (Fiadeiro, 2003). Manuela Tavares define o conceito e explica porque mesmo nos tempos atuais muitas mulheres recuam na hora de se identificarem como feministas:

As dificuldades que ainda hoje persistem para as mulheres se assumirem como feministas, decorrem todavia de situações muito diferentes do passado. É ainda frequente ouvirmos a frase: "Eu defendo os direitos das mulheres, mas não sou feminista". É este o perfil que transpõe para a atualidade a designação de feminismo tácito, ou seja, direitos das mulheres sim, feminismo nem por isso. Não se trata, muitas vezes, de uma recusa total do feminismo, ou de uma posição anti-feminista, mas não se querer identificar com algo que não é bem aceite socialmente (Tavares, 2008, p. 523).

Apesar destas dificuldades, a imprensa feminina revelou-se um instrumento fundamental no estabelecimento das ideias de base feministas. Ainda que inserida num país marcado por uma mentalidade conservadora relativamente à mulher e aos seus direitos, desde cedo a imprensa contribuiu para uma reflexão profunda sobre o papel feminino.

Em relação à *M&B* destacam-se três artigos que focam o assunto. O primeiro relativo à fundação de uma sede em França destinada à defesa da igualdade de direitos políticos e civis da mulher e os restantes sobre eventos internacionais nos quais as causas feministas estavam no centro da discussão.

No que diz respeito ao primeiro artigo é possível afirmar que foi o que abordou de uma maneira mais direta o feminismo. Trata-se de um conteúdo publicado na subcapa da edição número 1191, a 5 de dezembro de 1934. “O movimento feminista em França – “La Femme Nouvelle” era o seu título e relatava a inauguração da “sede de um centro de propaganda para a igualdade dos direitos civis e políticos da mulher e do homem franceses” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934, p.3)¹⁰⁵. No artigo foi explicado que a sede contava já com 500 mil associadas, cuja principal ação era “reclamar, apoiada por toda a imprensa, pela Câmara dos Deputados e pelas mais profundas e lúcidas mentalidades da França, o direito ao voto, a revisão do código e a liberdade do trabalho feminino” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934, p.3)¹⁰⁶. Com a feminista Louise Weisse à frente da organização, Zulmira Costa (a autora do artigo), não deixou de mostrar a sua admiração pelo facto de o país não permitir à francesa o exercício do direito ao voto.

Espanta (...) porque, sendo a mulher francesa forçada a pagar impostos, seja qual for o seu estado e profissão, não lhe é permitido dizer de sua justiça quando se trata do emprego dos fundos com que enriquece o orçamento. E ninguém pode negar que à mulher interessa

¹⁰⁵ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1191, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 5 de dezembro de 1934, p.3.

¹⁰⁶ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1191, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 5 de dezembro de 1934, p.3.

a maior parte, se não todos os problemas que dependem da riqueza orçamental do Estado (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934, p.3)¹⁰⁷.

A jornalista da *M&B* faz questão de realçar que não era apenas o sufrágio que interessava à sede. Existiam outras questões que deveriam ser igualmente discutidas.

Mas não é só o voto, como já dissemos, que interessa «La Femme Nouvelle». A francesa revolta-se, com toda a força da sua inteligência e da sua energia, contra o código que a torna logo que casa:

Incapaz de viajar, de exercer uma profissão ou de defender, num tribunal, os seus interesses sem autorização; incapaz de administrar os seus bens, de comprar ou de vender sem autorização do marido (quando, muitas vezes o contrário é que seria preciso); incapaz de tomar, por si só, qualquer decisão sobre a educação, a saúde e o futuro dos filhos. Capacíssima, no entanto, quando se trata de pagar qualquer multa ou de ser perseguida num tribunal repressivo (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934, p.3)¹⁰⁸.

Mais do que nunca, Zulmira Costa demonstra a necessidade de as mulheres se apoiarem mutuamente, quando o assunto são os seus próprios direitos políticos e civis. A jornalista expõe uma realidade que em muitos aspetos é comum com a vivida, na mesma época, em Portugal. Tal como a francesa, a mulher portuguesa também via grandes restrições para votar, visto que o sufrágio apenas era permitido às mulheres com mais de 21 anos, que fossem chefes de família e que possuíssem habilitações ao nível do ensino secundário e superior. A permissão do marido também era necessária se a mulher quisesse viajar para fora do país, comprar ou vender algumas propriedades, entre outros aspetos.

O marido, considerado como a principal autoridade em todos os atos da vida conjugal, tem o direito de administrar os bens da mulher, abrir a sua correspondência, dar ou não consentimento ao contrato de trabalho acordado pela esposa com terceiros e emancipar os filhos sem a autorização da mãe (Wall, 2011, p. 345).

Daí que a autora do artigo tenha revelado uma solidariedade para com a luta das suas compatriotas, nas quais as organizações feministas em Portugal tanto se inspiravam. “E não há, parece-nos, em todo o mundo civilizado, uma mulher que não esteja de alma e coração, ao lado da «Femme Nouvelle»” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934, p.3)¹⁰⁹.

Quanto aos artigos sobre os eventos, ambos contaram com a presença de jornalistas da revista, autoras de reportagens que os descreveram.

¹⁰⁷ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1191, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 5 de dezembro de 1934, p.3.

¹⁰⁸ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1191, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 5 de dezembro de 1934, p.3.

¹⁰⁹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1191, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 5 de dezembro de 1934, p.3.

O primeiro é referente ao Grande Congresso Internacional de Mulheres de Profissão e Negócios. A presidi-lo estava Lena Phillips, uma advogada americana, cujo trabalho desenvolvido em vinte países tinha como objetivo a defesa dos direitos da mulher. Aproveitando o discurso da presidente do congresso, a jornalista aproveita para partilhar um conjunto de reflexões sobre a realidade em que a mulher vive na década de 1930.

De há muito que a mulher vem lutando pela vitória dos seus ideais, mas nunca como agora a sua ação enérgica marcou um desenvolvimento tão notável, sobretudo nos países de maior civilização (...) muitos já são os elementos femininos que fazem atear a clareira duma nova aurora para o futuro da mulher, que deve ser tanto mais digna de admiração quanto maior for o seu empreendimento no campo do trabalho (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1936, p.5)¹¹⁰.

Nita Lupi, a jornalista que presenciou o congresso, descreve que durante o mesmo, um grupo de sufragistas francesas levantou a voz reclamando o direito de voto para as mulheres, mas que de imediato foram silenciadas pelas autoridades que se encontravam no local. A intervenção “desesperada” foi criticada por Lupi:

Este grupo de mulheres (...) pretendem unicamente criar uma nova ordem elementar em que a liberdade seja a grande chave de todos os ideais futuros da mulher, sem se lembrarem talvez que o desenvolvimento dos seus projetos não deve ser elaborado apenas dentro das organizações severas, sob a deselegância dos temas de feminismo irritante, mas sim individualmente, por cada uma daquelas que seja capaz de chamar a si a atenção do mundo, justificando com os seus exemplos o valor e utilidade da sua inteligência em competição com as suas aptidões para o trabalho (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1936, p.5)¹¹¹.

As palavras da repórter retratam bem o “género” de feminismo que a *M&B* apoiava. Não era o feminismo com base no histerismo, muito menos em reivindicações em alta voz e sem um propósito específico. A revista defendia que as mulheres tinham de lutar através de exemplos sólidos que provassem a sua capacidade intelectual. Com base nestas premissas, então não restariam argumentos que justificassem que o homem era superior à mulher. Defendiam-se os direitos da mulher, mas igualmente as suas características inatas, que lhe conferiam essa feminilidade e elegância tão valorizadas por Maria Lamas.

O congresso, no entanto, acabou com verdadeiro sucesso para essas pioneiras do feminismo, que corajosamente lutam para defender os direitos da mulher, mas por mais alto que falem as suas razões eu creio que trezentas mulheres, disputando o lugar do homem, não devem chegar ainda para lhe infligir uma completa derrota, posto que (...) a

¹¹⁰ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1238, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 9 de setembro de 1936, p.5.

¹¹¹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1238, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 9 de setembro de 1936, p.5.

rede dos seus encantos é ainda – e sempre – a arma mais prática de que ela se pode servir quando tenha de lutar contra aquele simpático adversário (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1936, p.5)¹¹².

Esta “rede de encantos” é, segundo o prisma de Lupi, o segredo para a evolução da mulher. Porque afinal não se trata apenas de lutar pelos direitos femininos, é lutar para ser (dignamente) mulher, mas sem nunca o deixar de ser.

O segundo artigo que merece destaque refere-se à “primeira senhora portuguesa dirigente de um grémio” corporativo. Tratava-se de D. Alda Sandeman Denis, a qual a *M&B* teve a oportunidade de entrevistar. Na introdução da conversa, a autora da entrevista, cujo nome não é revelado, fala sobre o conceito de feminismo e da forma errada como tem sido encarado socialmente.

Nos tempos dos grandes erros, já felizmente distanciados, em que a ideia de «feminismo» desastrosamente incompreendida e deturpada no seu belo significado do progresso, grotescamente exteriorizada em atitudes abstrusas, lamentavelmente subentendida por desvio das naturais aptidões e propensões da mulher, esta sensacional nomeação faria evocar, instintivamente, uma rígida figura de mulher angulosa (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1942, p.5)¹¹³.

E é de uma alteração profunda deste tipo de mulher, que a jornalista dá conta. Também no campo feminino “mudam-se os tempos, mudam-se as vontades” e como tal, verificam-se mudanças na forma como a figura feminina é encarada e se encara a ela mesma. A sua função agora não se resume à de uma boneca de porcelana e perfeita dona de casa que se deixa absorver completamente pelas tarefas exigidas por ele:

(...) hoje, que o erro foi derrotado pela verdade e pela justiça (...) na mulher que luta e vence, que se afirma, a par do homem, indiscutível valor no vasto e fervilhante campo das afirmações intelectuais e das conquistas sociais, ninguém – nem mesmo os detratores da sua mentalidade e energia – descobre já nela o ridículo ser híbrido sem mais faculdades que as da petulância ou da frivolidade (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1942, p.5)¹¹⁴.

O seu valor pode ser reconhecido fora das paredes do lar. A mulher cresce enquanto intelectual e influencia positivamente todos os que a acompanham neste caminho.

(...) O valor da atividade feminina fora do lar não é já simplesmente um mito, mas uma realidade frequente e brilhantemente confirmada em todos os planos de inteligência e de

¹¹² *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1238, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 9 de setembro de 1936, p.5.

¹¹³ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1567, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 18 de fevereiro de 1942, p.5.

¹¹⁴ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1567, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 18 de fevereiro de 1942, p.5.

ação construtiva das sociedades em progresso (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1942, p.5)¹¹⁵.

Como explica a historiadora Anne Cova no texto “O primeiro congresso feminista e da educação em Portugal numa perspetiva comparada”, as feministas da primeira vaga, onde se pode inserir Maria Lamas e as jornalistas que com ela colaboravam, não se “propuseram a inverter os papéis” entre os sexos, mas sim a transmitir “uma imagem de feminismo respeitável”. Em vários jornais feministas, como por exemplo, o *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, dava-se prioridade à utilização do termo “feminina” em vez de “feminista”. Para Cova, o uso do conceito feminismo era mal conotado e desacreditava quem o proferisse (Cova, 2007, p. 33).

Independentemente deste receio do uso do conceito, a verdade é que várias das causas defendidas pela *M&B* iam de encontro às exigências feitas pelos movimentos feministas da altura:

Na primeira metade do século XX em Portugal o pensamento e a ação feminista afirmaram-se em torno do direito à educação, ao trabalho, à participação política através da luta pelo direito ao voto e, ainda, nas alterações legislativas sobre o divórcio, o casamento e a filiação (Tavares, 2008, p. 86).

Todos estes assuntos foram discutidos pela revista, embora uns tenham tido mais destaque do que outros, nomeadamente, a educação e o profissionalismo feminino. Foram necessárias engenhosas estratégias para mantê-los na “ordem do dia”, sobretudo a partir da instauração do Estado Novo. Ana Vicente refere que, durante a ditadura, o pensamento feminista teve de recuar para “posições de defesa e de resistência”, passando de um “discurso de esperança” para um “discurso de lamento”. Apesar do pensamento ter diminuído drasticamente, Vicente não deixa de destacar dois nomes de grande relevo que contribuíram para a sua continuação: o de Elina Guimarães, e claro, o de Maria Lamas (Vicente, 2007, p. 61).

Como não poderia deixar de ser, tendo em conta o objetivo proposto pela presente investigação, há que sublinhar o nome de Maria Lamas, não só pela sua obra como diretora da revista *M&B*, como também pela sua coragem e direção exímia, que conseguiu contornar todos os obstáculos impostos por um governo ditatorial. Maria Lamas disse não à censura e sim ao crescimento da intelectualidade feminina. A sua posição ficou clara num comício realizado no Porto, onde mais de 100 mil pessoas exigiram eleições livres,

¹¹⁵ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1567, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 18 de fevereiro de 1942, p.5.

no âmbito de uma iniciativa de apoio à candidatura presidencial do general José Norton de Matos. Num discurso escrito por Maria Lamas e proferido por Azevedo Gomes, ouvia-se:

Será que o Estado Novo tem medo da consciência esclarecida da mulher? Será que a mulher, compenetrada da sua dignidade, do respeito a que tem direito, da importância da sua missão de mãe, e sob esse aspeto, dos deveres do Estado para com ela, pode transformar-se num obstáculo para os pontos de vista do Estado Novo? Será que a mulher, preparada para colaborar eficazmente na vida pública da nação, ofende a moralidade do Estado Novo? Qual é então o tipo de mulher que o Estado Novo preconiza? (...) Queremos ser respeitadas e não consideradas escravas, ou simples objetos de luxo, o que também é uma forma, embora dourada, de escravidão. Nós, mulheres democratas, queremos ser verdadeiramente a companheira do homem. Queremos tudo isso, mas sabemos, pela mais dura experiência, que o Estado Novo não o permitirá (Gorjão, 2002, p. 202).

Mulher portuguesa em busca de direitos políticos – o sufrágio como pedra basilar

O alcance pleno de direitos para a mulher no âmbito político foi sempre uma das grandes preocupações dos movimentos feministas, principalmente, após a instauração da República. Uma das pedras basilares dos protestos era sem dúvida o direito ao voto para a população feminina. A mudança de regime foi a oportunidade encontrada para discutir a possibilidade.

A intervenção das principais feministas em atividades associativas, cívicas e políticas, teve o seu impulso nos derradeiros anos da Monarquia (...) Foi nesse meio político e cultural que foram ganhando consciência da importância do seu discurso e não surpreende que, após a implantação da República, se verificasse a expansão, se não mesmo a explosão, das suas ideias (Esteves, 1998, p. 45).

O historiador João Esteves (1998) revela que pela primeira vez, os sucessivos governos eram interpelados constantemente sobre o voto feminino. A maioria optava por manifestar simpatia e compreensão, embora que não tomasse uma posição de absoluto apoio à causa. Mas a esperança imperava sustentada por uma mudança do ambiente político que deixava espaço a novas mentalidades.

Com o novo regime, o sufrágio feminino ganhou definitivamente oportunidade e passou a constar das reivindicações feministas (...) Ele representava o derradeiro meio de fazer chegar as pretensões do sexo feminino junto dos governantes e de pressioná-los no sentido de modificar o aflitivo panorama (Esteves, 1998, p. 51).

As feministas argumentavam que as mulheres deveriam poder votar e ser elegíveis, não só porque constituíam mais de metade da população, mas também porque respeitavam as leis e pagavam os impostos que lhes eram devidos. Para além disso, “só interferindo na legislação que lhes dizia respeito seria possível dotá-las de outro enquadramento legal e social” (Esteves, 1998, p. 52).

Fruto dos protestos e de muita perspicácia, o nome de Carolina Beatriz Ângelo fica para a história ao ter sido o primeiro eleitor do sexo feminino a participar num sufrágio. Foi no dia 28 de maio de 1911 que contribuiu para a eleição dos deputados da Assembleia Constituinte. A audácia de Beatriz Ângelo não passou despercebida às companheiras de luta no estrangeiro (Holanda, Dinamarca, Alemanha e França), bem como aos meios de comunicação que aplaudiram o feito.

Este voto, e respetiva mediatização, era a prova de que começava a valer a pena o combate pelos direitos da mulher, mesmo quando todas as circunstâncias pareciam adversas e convidavam ao desânimo e à passividade (Esteves, 1998, p. 61).

Mesmo com a conquista desta batalha, a guerra pelo sufrágio feminino estava longe de ser vencida. Apesar de terem sido os republicanos a conferirem a esperança com a mudança do governo foram também eles que colocaram uma série de entraves quer nas eleições ao novo Parlamento, quer nas constituintes. “Foi necessário esperar 21 anos sobre a rejeição da Assembleia Nacional Constituinte para que, em 1931, um regime tão opostos aos ideais da República concedesse o sufrágio às mulheres” ainda que com restrições¹¹⁶ (Esteves, 1998, p. 75).

A defesa do sufrágio feminino na *Modas & Bordados*

Os conteúdos de índole política na *M&B* intensificaram-se na década de 1940, já nos últimos anos da direção de Maria Lamas. Em 1945 surge uma nova secção na revista, “A mulher perante da lei” da responsabilidade da doutora Gabriela Salgueiro, que se prolonga até ao ano seguinte. Dois dos seus artigos dedicam-se ao tema “capacidade eleitoral da mulher”, nos quais analisa a promulgação do decreto de lei nº 35.426, a 31 de dezembro de 1945. Segundo Salgueiro, o decreto merece atenção porque “estabelece normas a observar no recenseamento eleitoral para a eleição do Presidente da República e da Assembleia Nacional”¹¹⁷. Neste sentido começa por esclarecer algumas das prerrogativas do referido decreto:

Segundo dispõe o artigo 1º do referido decreto de lei «são eleitores do Presidente da República e da Assembleia Nacional:

1º - Os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever em português;

¹¹⁶ Ver capítulo 1 – “Origens do movimento feminista” onde se expõem os progressos realizados até à conquista do direito de voto para a mulher em Portugal.

¹¹⁷ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1773, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 30 de janeiro de 1946, p.4.

2º - Os cidadãos portugueses só do sexo masculino, maiores ou emancipados, que, embora não saibam ler e escrever, paguem ao Estado e corpos administrativos quantia não inferior a 100\$00 (...)

3º - Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, com as seguintes habilitações mínimas:

- a) – Curso geral dos liceus;
- b) – Curso do magistério primário;
- c) – Curso de escolas de belas artes;
- d) – Cursos do Conservatório Nacional ou do Conservatório de Música, do Porto;
- e) – Cursos dos Institutos industriais e comerciais (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946, p.4)¹¹⁸.

Comparando as condições solicitadas pela lei para o exercício do voto torna-se fácil descobrir um desequilíbrio entre o que é exigido a ambos os sexos. Apesar de se considerar a existência do sufrágio feminino, a verdade é que o mesmo continuava a excluir à partida as mulheres que não possuíam qualquer tipo de formação, ou que tinham frequentado exclusivamente o ensino primário. De acordo com um estudo publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e realizado pelo Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação, na década de 1940, a taxa de analfabetismo do sexo feminino rondava os 60%, enquanto do masculino, 40% (Gabinete de Estatística e Planeamento, 2009). Esta é uma realidade injusta na visão de Salgueiro, que alerta para o facto da “capacidade eleitoral da mulher portuguesa continuar a ser ainda mais restrita que a do homem”. Lamenta ainda de à mulher não terem sido “conferidos direitos políticos idênticos aos do homem, como seria natural e justo” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946, p.4).

Na segunda parte do artigo, Salgueiro atenta a outro dos pontos do decreto, nomeadamente o 4º, no qual se estabelece que o voto é apenas permitido aos “cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, que sendo chefes de família, estejam nas demais condições fixadas no nº2” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946, p.4). Ou seja, para além de preencherem todas as habilitações exigidas, as mulheres que quisessem votar tinham de ser “chefes de família”¹¹⁹ e, portanto, não casadas.

Em especial, é também de deplorar, pois que tal representa um retrocesso, que a mulher que tem o direito de voto, por possuir habilitações mínimas, fixados na lei, perca esse direito pelo simples facto de se casar (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946, p.4)¹²⁰.

¹¹⁸ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1773, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 30 de janeiro de 1946, p.4.

¹¹⁹ De acordo com o ponto 4º do mesmo decreto, as mulheres consideradas “chefes de família” eram as “viúvas, divorciadas, judicialmente separadas de pessoas de bens ou solteiras, com reconhecida idoneidade moral”. Ficavam assim excluídas as que contraíam matrimónio.

¹²⁰ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1776, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de fevereiro de 1946, p.4.

É sobre esta exclusão da mulher casada que a *M&B* propõe uma reflexão através de um inquérito onde se questiona: “O que pensa da nova lei eleitoral, nos parágrafos que se referem à mulher?”. O projeto ficará à responsabilidade da jornalista Judith Maggioly que, ao contrário dos inquéritos anteriores que foram abertos a todas as leitoras da revista, se dirigirá a figuras da elite cultural portuguesa pertencentes às mais diversas áreas profissionais. Na apresentação do inquérito feita em fevereiro de 1946, introduz:

Longe vão os tempos do bordado a bastidor e da caixinha de música, ingénuos entreténs que prendiam à vidraça, se não à grade, a mulher-boneca que, ou era senhora de bens e possuía um primo que a desposava, ou continuava solteira até à velhice, pobre e envergonhada porque: trabalhar parecia mal... (...) da humanidade (...) surge a mulher resoluta e ativa (...) O mundo civilizado acaba por reconhecer-lhe direitos. Mas... num cantinho encantador desse mundo (...) sucede o contrário: ditam-se leis que lhe tolhem o passo seguro e progressivo: referimo-nos ao parágrafo 4º da nova lei eleitoral, que exclue da condição eleitoral a mulher casada. Uma pergunta que ocorre imediatamente: E os lares em que os homens se ausentaram? (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946, p.4)¹²¹.

Maggioly chama a atenção para os lares dos quais o marido se ausentou para ir trabalhar para o estrangeiro e regressou anos depois, ou não regressou. Nestes, a mulher ficava na posição de “chefe de família”, mas essa posição nunca lhe era reconhecida.

Para discutir estes e outros exemplos a jornalista ouviu a opinião de figuras de destaque, entre elas, a advogada e feminista Elina Guimarães.

A nova lei é duma projeção anti-social. Eu sinto-me castigada porque sei que a privação dos direitos políticos é uma pena aplicada nos tribunais. E isto porque cometi o delito de casar, de ser mãe de dois rapazes!! Que maneira de prestigiar a família... A rapariga moderna que queira manter uma autonomia na vida pública pode não querer sacrificar-se e evitar o casamento que passa a ser um alçapão para a mulher (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946, p.4)¹²².

Por sua vez, a médica Cristina Cunha defende:

Acho que o homem se inferioriza querendo inferiorizar a mulher. E se todos constituímos uma grande família por que não, aceitarmos a opinião de todos nós? Que as leis de voto se cumpram igualmente nos dois sexos, já que a mulher se tem mostrado capaz de competir em todos os campos e empreendimentos, e na questão da maternidade ela atinge um nível indiscutivelmente superior (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946, p.4)¹²³.

Segue-se a jornalista e escritora Manuela Azevedo:

¹²¹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1774, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 6 de fevereiro de 1946, p.4.

¹²² *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1774, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 6 de fevereiro de 1946, p.4.

¹²³ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1774, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 6 de fevereiro de 1946, p.4.

Como mulher, sinto-me diminuída, perante uma lei que exclue do cumprimento de um dever de cidadã, tanta companheira capaz de compreender as inquietações do nosso tempo (...) Se me perguntar «que devemos fazer?» responderei:

- Votar, todas as que o puderem fazer. A união faz a força e nestas coisas de votos vai como as cerejas... (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946, p.4)¹²⁴.

Destaca-se ainda a opinião de Sara Beirão, vice-presidente do Conselho Nacional de Mulheres Portuguesas:

Há deficiências, sem dúvida. Temos, porém, duas deputadas, e devíamos ter vinte para advogarem a causa da mulher tão abandonada, tão esquecida. Quem quer direitos conquista-os e, para se conquistar, é absolutamente preciso trabalhar. Esse trabalho para ser profícuo, tem de assentar numa base sólida, que é a solidariedade da mulher. Tem sido esse o erro fundamental, na luta empreendida há anos já. A maioria parece envergonhar-se de ter direitos... (...) As nossas deputadas podem fazer muito. Até hoje não se têm preocupado bastante com os problemas que mais diretamente interessam à mulher. (...) Porque há tanto receio de incompetência da mulher manifestar a sua opinião sobre assuntos de capital importância para a Nação e mesmo para a humanidade, quando tantos homens incompetentíssimos o fazem? (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946, p.10)¹²⁵.

Para a *M&B*, a mulher merecia ocupar um lugar de destaque no campo político, de forma direta ou indireta. A sua missão passava por denunciar as injustiças de que o sexo feminino era vítima. Esta também era a missão de Maria Lamas. O Conselho Nacional das Mulheres Portuguesa (CNMP) foi, segundo a investigadora Vanda Gorjão, a “única organização feminista que persistiu para além dos anos 20 e durante o Estado Novo”, bem como, “a movimentação feminista no nosso país no período compreendido entre a década de 1920 e o final dos anos 1940” (Gorjão, 2002, p. 113). Ora, sendo Maria Lamas uma integrante fundamental do Conselho, muitas das preocupações comuns ao grupo acabavam por se refletir na revista. Por isso, o seu percurso no CNMP espelha o caminho que percorreu enquanto diretora da *M&B*.

No próprio Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, que teve a existência mais prolongada, a aceção de feminismo sofreu alterações: num primeiro momento foi acentuada a relação do feminismo com a democracia e o humanismo e a principal reivindicação foi o direito de voto para as mulheres; num segundo momento de alguma paralisação durante a Segunda Guerra Mundial, a atuação mais conservadora e tradicional; num último momento inaugurado com o aparecimento, em 1945, de uma nova geração de mulheres e eleição de Maria Lamas como presidente, assistiu-se à revitalização das atividades e procurou-se chamar mulheres de todos os estratos sociais para a defesa dos seus direitos – este foi, igualmente, o momento de maior politização (Gorjão, 2002, p. 113).

¹²⁴ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1774, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 6 de fevereiro de 1946, p.4.

¹²⁵ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1775, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 13 de fevereiro de 1946, p.10.

Ficou a faltar o aprofundamento de temas estruturantes relativos à condição feminina, como por exemplo, os direitos da mulher no matrimónio (neste caso, a falta deles) o divórcio, a liberdade sexual feminina, entre outros assuntos tabu numa sociedade conservadora. No entanto, há que relembrar que o caminho de Maria Lamas na *M&B* terminou em 1947. Talvez se tivesse continuado à frente da revista na sua fase mais politizada, os tivesse abordado de forma consciente e fundamentada, como fez com todos os outros.

Conclusão

A *Modas & Bordados* foi uma das mais importantes revistas que surgiram em Portugal durante o século XX. Especialmente dirigida ao público feminino, esta era uma publicação cujo nome não fazia jus ao trabalho que desenvolvia no âmbito da luta pelos direitos das mulheres. Partindo de um formato tradicional que remetia para o universo da domesticidade (veja-se o título – *Modas & Bordados*), ousou questionar a condição feminina em Portugal, num período em que esse questionamento chocava com a ausência de liberdade de expressão (censura) e a condição subalterna da mulher confinada ao mundo doméstico. Apesar da falta de uma liberdade tão necessária e remando contra contrariedades sociais e políticas, o periódico procurou exercer um jornalismo à altura dos seus mais elevados valores.

O crescimento da *Modas & Bordados* não se moveu, portanto, apenas pela vontade de ampliação do seu público comprador e, conseqüentemente, por vontade de lucro. A revista acreditava no surgimento de um “novo tipo de mulher”, mais “lúcida, forte e prática”, que não se contentava com uma “existência frívola” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946 p.3). Por isso, ousou ser contracorrente, assumindo que cabia aos média o papel de pôr em causa o establishment da altura (ditatorial), propondo novas significações e entendimentos sobre o papel da mulher na sociedade portuguesa.

O caminho para o estabelecimento destes novos entendimentos passava por uma compreensão mais ampla do que realmente implicava ser mulher em Portugal. Durante o período em que assumiu a direção da revista, Maria Lamas propôs um enaltecimento da figura feminina. A diretora acreditava que o valor da mulher não estava apenas implícito nas funções que lhe eram reservadas como mãe, esposa e dona de casa. O desenvolvimento da sua capacidade intelectual e profissional era um passo importante para uma evolução sustentável do conceito de família.

Entre 1928 e 1947 (anos em que Maria Lamas assumiu o cargo de diretora), a publicação adotou uma visão alternativa, ou seja, um contra discurso. Em causa estava o discurso monopolítico e hegemónico do regime que procurava construir uma certa visão do mundo. Ora, à semelhança do posicionamento ideológico relativamente ao tópico da defesa dos direitos da cidadania, a própria jornalista propôs um discurso alternativo sobre a condição social da mulher portuguesa.

Nesta perspetiva, a *Modas & Bordados* contribuiu para a construção de uma nova identidade feminina, e para isso, não se inibiu de usar todas as ferramentas que tinha ao seu dispor no campo do jornalismo. Não é de admirar que, relativamente aos géneros jornalísticos, dois dos mais notados tenham sido a reportagem e entrevista. Por um lado, a reportagem permitia um conhecimento pessoal dos factos, que depois era descrito da forma mais pormenorizada e criteriosa possível. A visita a instituições de solidariedade lideradas por mulheres ou universidades, onde as alunas marcavam a diferença era importante para demonstrar que uma nova realidade estava a emergir no campo social feminino. Por outro lado, as entrevistas a personalidades femininas de grande relevo nas mais diversas áreas (ciência, literatura, pintura, educação, política, desporto, etc.) revelavam-se determinantes como testemunho, e porventura, inspiração para mulheres que quisessem seguir-lhes o exemplo. A reportagem e entrevistas consideravam-se géneros nobres, essencialmente, porque permitiam uma abordagem mais aprofundada e fundamentada dos assuntos escolhidos para tratar e claro, publicar.

A *Modas & Bordados* sugeriu, igualmente, novos discursos sobre o que era ser mulher, mostrando exemplos vividos de fora. Apesar de se ter percebido que o espaço nacional foi predominante durante o período temporal analisado, a verdade é que o que acontecia além-fronteiras também interessava à revista e era noticiado com frequência. A política foi um dos temas que consideramos mais importantes, pelo seu carácter crucial nos movimentos feministas internacionais. A maioria dos seus conteúdos relatavam factos ocorridos em países da Europa Ocidental e Estados Unidos. No caso dos países da Europa Ocidental, entre outros aspetos, os artigos publicados destacavam o papel fundamental desempenhado pelas mulheres como esforço de guerra, durante a 1ª e a 2ª Guerra Mundial. A partida de grande parte dos homens para os conflitos permitiu às mulheres demonstrarem que eram capazes de cumprir com a mesma mestria tarefas que à partida não lhe eram incumbidas. Já da parte dos Estados Unidos, era na discussão realizada sobre as novas condições sociais da posição da mulher na sociedade norte-americana, após a 2ª Guerra, que a *Modas & Bordados* refletia.

Entre os conteúdos que de alguma maneira abordavam a realidade internacional, encontrava-se também, embora em pequena escala, o retrato da visão que os estrangeiros tinham da mulher portuguesa. O mais ilustrativo foi o de Miss Megan Lloyd George, o primeiro membro feminino a exercer funções no parlamento inglês, que considerava que

o temperamento da mulher portuguesa era mais feminino e menos feminista (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1934 p.5)¹²⁶.

Tais palavras não surgiram por acaso. De facto, o conceito de feminismo era visto com desconfiança e isso refletiu-se no número diminuto de vezes que a *Modas & Bordados* abordou o assunto de forma direta. Investigações académicas consideraram, por isso, que tanto a revista, como a própria diretora, Maria Lamas, inseriam-se no âmbito de um feminismo tácito. Nesta vertente, as mulheres evitavam serem identificadas com algo que não era bem aceite socialmente. Por isso, se se revelavam a favor da defesa dos direitos das mulheres, colocavam de lado a hipótese de serem feministas (Tavares, 2008). Para além disso, a revista defendia que não era com base num feminismo “histórico” e em reivindicações em voz alta sem um propósito específico, que os movimentos feministas (ou de mulheres) iriam alcançar as mudanças desejadas. Era necessário que a mulher não perdesse a sua “essência” (composta pela elegância e feminilidade) que à partida lhe conferia uma enorme vantagem, e provasse, por meio de exemplos sólidos, a sua capacidade intelectual.

E como é que esta capacidade intelectual poderia ser construída? A resposta afigurava-se óbvia: através de uma instrução de qualidade para todas as raparigas. De facto, a educação foi um dos temas centrais da *Modas & Bordados*. Logo no início da década de 1930 (dois anos depois de Maria Lamas ser eleita diretora), o assunto é abordado pela primeira vez. E não era para menos. Nesta altura, apenas 31% da população feminina sabia ler e escrever. Ou seja, mais de metade das mulheres portuguesas eram analfabetas. Consciente desta realidade, a editoria da revista começa a trabalhar em prol de uma urgente mudança de mentalidades. A mulher tinha direito a educar-se e a crescer com as mesmas oportunidades que o homem. Aliás, foi este o assunto discutido num dos inquéritos realizados pela revista, em 1946, que questionava: “Deve a educação das raparigas ser igual à dos rapazes?”.

A resposta à questão, segundo a *Modas & Bordados*, era claramente positiva. Na sua perspetiva, a revista considerava que este era um dos aspetos que deveria caracterizar a rapariga moderna e criticava veemente as “máscaras de modernismo” que distorciam tal visão. A revista negava os argumentos que ligavam a mulher moderna a uma figura “fútil e oca” e defendia que a mesma se definia como aquela que vivia integrada na sua época, que sentia os problemas do seu tempo e que, baseada nas “aspirações dos seus

¹²⁶ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1148, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 7 de fevereiro de 1934, p.5.

contemporâneos”, procurava sempre evoluir (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1945, p.5)¹²⁷.

Outra das pedras basilares em que a revista se apoiou foi o profissionalismo feminino. A possibilidade de a mulher construir uma carreira fora do lar era apoiada pela *Modas & Bordados*. Aliás, esta era uma das formas de a população feminina contribuir ativamente para a mudança de mentalidades, e ao mesmo tempo, provar as capacidades que detinha. A presença feminina no mercado de trabalho era um objetivo que a revista queria que se tornasse realidade. Mas, para isso, era necessário ultrapassar algumas barreiras que sempre se colocaram no caminho da emancipação feminina, através da independência económica.

Um dos grandes obstáculos era desde logo o regime político impulsionado pela governação de António de Oliveira Salazar, que considerava que o emprego não trazia qualquer vantagem para a mulher, a qual deveria vislumbrar a sua realização dentro das paredes do lar. De todos os grupos existentes na sociedade portuguesa, neste caso, a mulher do campo, a mulher dos agrupamentos urbanos relativamente importantes e a dos grandes centros urbanos, segundo uma distinção de Cândida Florinda Ferreira, as pertencentes ao último grupo eram as mais beneficiadas. Ainda assim, para todas elas era necessária não só uma emancipação económica, como intelectual, para que as próprias mulheres fossem as primeiras a reconhecerem o seu valor.

Por sua vez, a *Modas & Bordados* argumentava que “os sacrifícios, a devoção da mulher dentro do lar, pelo marido e pelos filhos” não valiam nada no “padeiro ou na mercearia” (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1939, p.4)¹²⁸. Ou seja, por muito que se dissesse que o lugar da mulher era em casa, a revista defendia que nesta posição a mesma não poderia contribuir financeiramente para o sustento da sua família. À semelhança do que tinha proposto relativamente à educação, também sobre o profissionalismo a revista sugere um inquérito onde interroga: “Em que profissão pode ser a mulher mais útil ao seu país?”. É na resposta da escritora Maria Archer que a publicação se revê ao sublinhar que: “A profissão em que a mulher é mais útil ao país será a profissão que ela desempenhar melhor, a profissão em que ela consiga ser mais produtiva” (*Modas & Bordados. Vida*

¹²⁷ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1758, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 17 de outubro de 1945, p.5.

¹²⁸ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1434, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 2 de agosto de 1939, p.4.

Feminina, 1939, p.4)¹²⁹. Ou seja, o que importava era a paixão que a mulher, como qualquer cidadão, nutria pelo cargo que escolheu exercer.

A vertente da educação e da carreira para as mulheres não foram os únicos aspetos frisados pela publicação. O papel da mulher portuguesa no campo político também não passou indiferente. A defesa do sufrágio feminino foi um dos assuntos mais discutidos pela revista já nos últimos anos de Maria Lamas como diretora. Em 1945 é inaugurada uma nova secção na revista: “A mulher perante da lei”, cuja autora era a doutora Gabriela Salgueiro. Numa das suas edições, Salgueiro critica o facto de o decreto de lei nº 35.426, promulgado a 31 de dezembro de 1945, excluir o direito de voto à mulher casada, já que uma das condições exigidas era que esta fosse “chefe de família”.

Mais uma vez, será um inquérito a dar voz às críticas de várias mulheres que se sentem indignadas tal decisão. “O que pensa da nova lei eleitoral, nos parágrafos que se referem à mulher?”, era o seu título. Neste âmbito foram solicitadas respostas de figuras da elite cultural portuguesa, nomeadamente, escritoras, advogadas, médicas, etc. Nas suas opiniões reconhece-se uma indignação e falta de compreensão pelas condições impostas na lei para o voto feminino. Num discurso de introdução ao tema, a *Modas & Bordados* garante que num mundo civilizado que reconheceu os direitos da mulher existia um “cantinho encantador desse mundo”, Portugal, onde se sucedia o contrário, ao excluir-se da condição eleitoral a mulher casada (*Modas & Bordados. Vida Feminina*, 1946, p.4)¹³⁰. As suas pretensões era de que essa lei fosse reformulado e que o voto passasse a ser acessível a toda a população feminina, sem condições extra derivadas do seu sexo.

Modas & Bordados. Vida Feminina foi o nome da publicação que deu voz às lutas da mulher portuguesa. Maria Lamas o nome que inspirou a sua ação. O desempenho de coragem e, ao mesmo tempo, de irreverência da revista, ficou marcado na história como um dos maiores contributos para o surgimento da mulher moderna em Portugal. Uma mulher que apesar de não esquecer as características inerentes ao seu sexo, impulsionadas por uma valorizada feminilidade, acredita no seu potencial e na sua capacidade de fazer a diferença em prol das gerações vindouras.

¹²⁹ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1435, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 9 de agosto de 1939, p.6.

¹³⁰ *Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1774, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 6 de fevereiro de 1946, p.4.

Bibliografia

- Aboim, S. (2011). Vidas Conjugais: Da Institucionalização ao Elogio da Relação. Em J. Mattoso, *História da Vida Privada em Portugal* (pp. 80-111). Maia: Círculo de Leitores.
- Abreu, Z. (2002). Luta das Mulheres pelo Direito de Voto: Movimentos Sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. *Arquipélago - História*, 443-469.
- Agostinho, A. (2007). A Sociedade Feminina do Século XX vista através de Modas & Bordados. *Jornalismo e Jornalistas*, 54-64. Obtido em 3 de 10 de 2015, de Clube dos Jornalistas: http://www.clubedejornalistas.pt/uploads/jj30/jj30_54.pdf
- Alves, B. M., & Pitanguy, J. (1982). *O que é Feminismo*. São Paulo: Brasiliense.
- Alvim, M. H.-B. (2005). *Do Tempo e da Moda - A Moda e a Beleza Feminina através das Páginas de um Jornal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Araújo, H. C. (2007). Direitos, Cidadania das Mulheres e Educação. Um Caminho Esperado? Em L. Amâncio, M. Tavares, T. Joaquim, & T. S. Almeida, *O longo caminho das mulheres - Feminismos 80 anos depois* (pp. 44-56). Lisboa: Dom Quixote.
- Atkinson, D. (1996). Women in History Series. Em D. Atkinson, *Votes for Women*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreno, M. I. (1976). *A Imagem da Mulher na Imprensa*. Lisboa: Comissão da Condição Feminina; Ministério dos Assuntos Sociais.
- Beauvoir, S. d. (1981). *O Segundo Sexo - Factos e Mitos*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- Borrêcho, M. d. (2010). Mulheres e Educação. Em T. Pinto, *Percursos, Conquistas e Derrotas das Mulheres na 1ª República*. Lisboa: Coordenação de Teresa Pinto | Câmara Municipal de Lisboa. Grupo de Trabalho para as Comemorações Municipais do Centenário da República. Biblioteca Museu República e Resistência.
- Buitoni, D. (1986). *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática.

- Butler, J. (1990). *Gender Trouble - Feminism and the Subversion of Identity*. Nova Iorque: Routledge. Obtido em 7 de fevereiro de 2016, de http://www.lauragonzalez.com/TC/BUTLER_gender_trouble.pdf
- Candeias, A. (2007). *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carter, C., & Steiner, L. (2004). Introduction to Critical Readings: Media and Gender. Em C. Carter, & L. Steiner, *Critical Readings: Media and Gender*. Londres: Open University Press.
- Cascais, F. (2001). *Dicionário de Jornalismo*. Lisboa/São Paulo: Verbo.
- Cascais, F. (2001). *Dicionário do Jornalismo: As Palavras dos Media*. Lisboa/ São Paulo: Verbo.
- Constituição de 11 de Abril de 1933*. (11 de abril de 1933). Obtido em 21 de outubro de 2016, de [www.parlamento.pt: http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf](http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf)
- Cova, A. (2007). O Primeiro Congresso Feminista e da Educação em Portugal uma Perspetiva Comparada. Em L. Amâncio, M. Tavares, T. Joaquim, & T. S. Almeida, *O Longo Caminho das Mulheres: 80 anos Depois* (pp. 27-43). Lisboa: Dom Quixote.
- Cova, A. (2014). Ensaio: As Mulheres Foram Activistas na Guerra, Depois Voltaram ao Lar. *Público*. doi:<https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/do-activismo-das-mulheres-na-retaguarda-ate-ao-regresso-ao-lar-1666852>
- Cova, A., & Pinto, A. C. (1997). O Salazarismo e as Mulheres: Uma Abordagem Comparativa. *Penélope: Géneros, discurso e guerra*, 71-94.
- Cruz, C. (2008). *A Telerealidade: Uma Abordagem Hermenêutica da Construção Social da Realidade pela Informação Televisiva da Atualidade*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Cunha, M. H. (2002). *Os Periódicos e a Emancipação Feminina*. Braga: Revista Forum.
- Dumont, L. M., & Santo, P. E. (2007). Leitura Feminina: Motivação, Contexto, Conhecimento. *Ciências e Cognição*, 28-37.

- Esteves, J. (1998). *As Origens do Sufragismo Português*. Lisboa: Bizâncio.
- Esteves, J. (2007). Anos 20: Afirmação de Uma Nova Geração de Feministas. Em M. T. Lúcia Amâncio, *o longo caminho das mulheres - Feminismos 80 anos depois* (pp. 74-89). Lisboa: Dom Quixote.
- Esteves, J. (2010). Feminismo, Feminismos e Sufragismo na 1ª República. Em *Percursos, Conquistas e Derrotas das Mulheres na 1ª República* (pp. 31-40). Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Faludi, S. (1991). *Backlash: O Contra Ataque na Guerra Não Declarada Contra as Mulheres*. New York: Rocco.
- Ferreira, C. F. (1932). *A Mulher na Família e na Sociedade Contemporânea*. Lisboa: Casa Portuguesa.
- Ferreira, R. (2014). *Retratos de uma Musa do Século XXI: A Figura Feminina na GQ Portugal*. Escola Superior de Comunicação Social. Tese de Mestrado em Jornalismo.
- Fiadeiro, M. A. (2003). *Maria Lamas*. Lisboa: Quetzal.
- Franzwa, H. (1974). Working Women in Fact and Fiction. *Journal of Communication*, 24, 104-109.
- Fraser, N. (2007). Mapeando a Imaginação Feminista: Da Redistribuição ao Reconhecimento e à Representação. *Estudos Feministas*, 291-308.
- Friedan, B. (1971). *Mística Feminina*. Rio de Janeiro: Vozes Limitada.
- Gallagher, M. (2004). O Imperialismo do Batom e a Nova Ordem mundial: As Mulheres e os Media no Final do Século XX. Em M. J. Silveirinha, *As mulheres e os media* (pp. 69-96). Lisboa: Livros Horizonte.
- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The Structure of Foreign News - The Presentation of the Congo, Cuba and Cyprus Crises. *Journal of Peace Research*, 2, 64-91.
- Gilley, J. (2005). Writings of the Third Wave: Young Feminists in Conversation. *Reference & User Services Quarterly*, 187-198.
- Gorjão, V. (2002). *Mulheres em Tempos Sombrios: Oposição feminina ao Estado Novo*. Lisboa: Estudos e Investigações.

- Gouges, O. d. (1791). *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*. (I. Robalinho, Trad.) Funca: Nova Delphi.
- Guimarães, M. A. (2002). *Saberes, Modas & Pó de Arroz - Modas e Bordados. Vida Feminina (1933-1935)*. Mestrado em História Económica e Social Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Hanisch, C. (1970). The Personal is Political. *Notes from the Second Year: Women's Liberation*, 76-78.
- Heck, H. (1991). As Mulheres Francesas sob o Regime de Vicky. Em F. T. (direção), *História das Mulheres no Ocidente - Século XX* (pp. 244-277). Porto: Edições Afrontamento.
- Kramarae, C., & Treichler, P. A. (1985). *A Feminist Dictionary*. Londres: Pandora.
- Kristeva, J., Jardine, A., & Blake, H. (1981). Women's Time. *Signs*, 7, 13-35. Obtido em 5 de janeiro de 2016, de <http://www.jstor.org/stable/3173503>
- Kroløkke, C., & Sørensen, A. S. (2006). Three Waves of Feminism: From Suffragettes to Grrls. *Sage*, 1-24.
- Lagrange, R.-M. (1991). Uma Emancipação sob Tutela: Educação e Trabalho das Mulheres no Século XX. Em F. Thébaud, *História das Mulheres - O século XX* (pp. 506-543). Porto: Edições Afrontamento.
- Lamas, M. (1947-1950). *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Distribuidora Actuális.
- Lamas, M. (1952). *A Mulher no Mundo*. Rio de Janeiro-Lisboa: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil.
- Lamas, R. W.-N. (1995). *Mulheres Para Além do Seu Tempo*. Venda Nova: Bertrand.
- Leal, M. I. (1992). *Um Século de Periódicos Femininos: Arrolamento de Periódicos entre 1807 e 1926*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Lopes, A. M. (2005). *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos: Percursos da Modernidade*. Lisboa: Quimera.
- Lopes, A. M. (2009). Ousar Lutar, Ousar Vencer: A Imprensa Periódica Oitocentista como Motor da Promoção Intelectual feminina. *Comunicação e Cultura*, 39-48.

- Lousada, I. (2010). *Imprensa: Amplificador da Voz Feminina*. Obtido em 2015 de dezembro de 14, de Universidade Nova de Lisboa: <http://run.unl.pt/handle/10362/4157>
- MacBride, S. (1980). *Many Voices One World*. London, New York, Paris: Unesco.
- Macharia, S. (2015). *Who Makes the News? Global Media Monitoring Project*. World Association for Christian.
- Mascarenhas, J. M. (2005). *Maria Lamas: Uma Mulher do Nosso Tempo*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- McRobbie, A. (2004). Mulheres, More! A Nova Sexualidade nas Revistas para Raparigas e Mulheres . Em M. J. Silveirinha, *As Mulheres e os Media* (pp. 123-137). Lisboa: Livros Horizonte.
- Miranda, J. (1970). *A Igualdade de Sufrágio Político da Mulher: A Propósito da Lei n.º 2 137, de 26 de dezembro de 1968*. Braga: Livraria Cruz.
- Miskolci, R. (2009). A Teoria Queer e a Sociologia: O Desafio de uma Análítica da Normalização. *Sociologias*, 150-182.
- Monteiro, R. (1997). *Histórias de Mulheres*. Porto : ASA.
- Monteiro, T. L., & Policarpo, V. (2010). Media e Entretenimento. Em J. Mattoso, & A. N. Almeida, *História da Vida Privada em Portugal* (pp. 308-339). Maia: Círculo dos Leitores/ Temas e Debates.
- O que distingue uma pessoa divorciada de uma pessoa separada?* (21 de outubro de 2016). Obtido de Fundação Francisco Manuel dos Santos: <http://www.direitosedeveres.pt/q/vida-pessoal-e-familiar/casamento/o-que-distingue-uma-pessoa-divorciada-de-uma-pessoa-separada>
- Offen, K. (2008). "Erupções e Fluxos: Reflexões sobre a Escrita de uma História Comparada dos Feminismos Europeus, 1700-1950. Em A. Cova, *História Comparada das Mulheres* (pp. 29-45). Lisboa: Livros Horizonte.
- Osório, A. C. (1911). *A Mulher no Casamento e no Divórcio*. Lisboa: Guimarães & C.^a Editores.
- Osório, Z. C., & Esteves, J. (2005). *Dicionário no Feminino*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Pimentel, I. F. (2007). O Estado Novo, As Mulheres e o Feminismo. Em L. Amâncio, M. Tavares, T. Joaquim, & T. S. Almeida, *O longo caminho das mulheres Feminismos 80 anos depois* (pp. 90-107). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pimentel, I. F. (2011). *A Cada Um o Seu Lugar*. Maia: Círculo de Leitores.
- Pinto, T. (2010). Percursos, Conquistas e Derrotas das Mulheres na 1ª República: Um lugar de memória. Em C. T. Pinto, *Percursos, conquistas e derrotas das mulheres na 1ª República*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Grupo de Trabalho para as Comemorações Municipais do Centenário da República. Biblioteca Museu República e Resistência.
- Planeamento, G. d. (2009). *50 Anos de Estatísticas da Educação: Volume I*. Instituto Gabinete de Estatística e Planeamento. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Policarpo, V. (2011). Sexualidade em Construção, Entre o Privado e o Público. Em J. Mattoso, *História da Vida Privada em Portugal* (pp. 48-79). Maia: Círculo de Leitores.
- Prates, M. L. (2003). *O Jornalismo Feminino nas Décadas de 30 e 40 na Revista Modas & Bordados e a Personalidade de Maria Lamas*. Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.
- Rampton, M. (2015). Four Waves of Feminism. *Pacific University Center for Gender Equity*. Obtido em 15 de 02 de 2016, de Pacific University Oregon: <http://www.pacificu.edu/about-us/news-events/four-waves-feminism>
- Salvador, T. (2009). Em Torno dos Periódicos Femininos. *O Tempo das Revistas*, 94-117.
- Sant'Anna, M. (2009). *A Censura à Escrita Feminina em Portugal, à Maneira de ilustração: Judith Teixeira, Natália Correia e Maria Teresa Horta*. Obtido em 27 de novembro de 2015, de http://www.uefs.br/nep/labirintos/edicoes/02_2009/07_artigo_monica_santaanna.pdf
- Santos, F. M. (s.d.). *O que distingue uma pessoa divorciada de uma pessoa separada?* Obtido em 16 de julho de 2016, de Direitos e Deveres dos Cidadãos: <http://www.direitosedeveres.pt/q/vida-pessoal-e-familiar/casamento/o-que-distingue-uma-pessoa-divorciada-de-uma-pessoa-separada>

- Sarikakis, K., Rush, R. R., Grubb-Swetnam, A., & Lane, C. (2008). Feminist Theory And Research. 504-522.
- Scott, J. (1989). Gender: A Useful Category of Historical Analyses. *Gender and the politics of history*, 1-35.
- Seixas, L. (2009). *Redefinindo os Géneros Jornalísticos: Proposta de Novos Critérios de Classificação*. Covilhã: Livros LabCom - Estudos em Comunicação.
- Silveirinha, M. J. (1998). *O Discurso Feminista e os Estudos dos Media: Em Busca da Ligação Necessária*. Obtido em 28 de Novembro de 2015, de Bocc - Biblioteca online de Ciências da Comunicação: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silveirinha-maria-joao-discurso.pdf>
- Sousa, M. R. (2006). *A Concessão de Voto às Portuguesas*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.
- Subtil, F. (2009). Anotações sobre o Processo de Feminização da Profissão de Jornalista na Década de 1990. Em J. L. Garcia, *Estudos sobre os Jornalistas Portugueses: Metamorfozes e Encruzilhadas no Limiar do século XXI* (pp. 93-108). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais. Obtido em 17 de julho de 2016
- Tavares, M. (2000). *Movimentos das Mulheres em Portugal: Décadas de 70 e 80*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tavares, M. (2008). *Feminismos em Portugal: 1947-2007*. Tese de Doutoramento: Universidade Aberta.
- Tengarrinha, J. (1989). *História da Imprensa Periódico Portuguesa* (2ª ed.). Lisboa: Caminho.
- Tengarrinha, J. (2013). *Nova História da Imprensa Portuguesa: Das origens a 1865*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Thébaud, F. (1991). A Grande Guerra: O Triunfo da Divisão Sexual. Em F. T. (direção), *História das Mulheres - O Século XX* (pp. 31-93). Porto: Edições Afrontamento.
- Tuchman, G. (1978). O Aniquilamento Simbólico das Mulheres pelos Meios de Comunicação de Massas. Em M. J. Silveirinha, *As Mulheres e os Média* (pp. 139-153). Lisboa: Livros horizonte.

- Ventura, I. (2014). A Entrada das Mulheres nas Redações Portuguesas: Uma Revolução Antes da Revolução? Em S. I. Alvarez, *Mulheres e Media* (pp. 9-15). Lisboa: APEM – Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres.
- Vicente, A. (2007). O Pensamento Feminista na Primeira Metade do Século XX e os Obstáculos à Sua Afirmação. Em L. Amâncio, M. Tavares, T. Joaquim, & T. S. Almeida, *O pensamento feminista na primeira metade do século XX e os obstáculos à sua afirmação* (pp. 59-73). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Walker, R. (1992). Becoming the Third Wave. *Ms. Magazine*, 39-41. Obtido em 20 de novembro de 2015, de <https://pols218.wikispaces.com/file/view/Walker+-+Becoming+the+Third+Wave.pdf>
- Wall, K. (2011). A Intervenção do Estado: Políticas Públicas de Família. Em J. Mattoso, *História da Vida Privada em Portugal* (pp. 340-374). Maia: Círculo de Leitores.
- Wolf, N. (1991). *O Mito da Beleza*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Wollstonecraft, M. (s.d.). *A Vindication of the Rights of Women*. London: The Scott Library. Obtido em 29 de fevereiro de 2016, de <http://www.archive.org/details/vindicationofrig00wolliala>

Referências de artigos consultados na revista *Modas & Bordados*

- Modas & Bordados*, nº 360, J. J da Silva Graça, Limit^a, 1 de janeiro de 1919, p. 2.
- Modas & Bordados*, nº 849, Sociedade Nacional de Tipografia, 16 de maio de 1928, p. 10.
- Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 967, Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de agosto de 1930, p. 5.
- Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1039, Sociedade Nacional de Tipografia, 6 de janeiro de 1932.
- Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1138, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 29 de novembro de 1933, p.6.
- Modas & Bordados. Vida Feminina*, nº 1147, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 31 de janeiro de 1934, p.6.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1148, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 7 de fevereiro de 1934, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1154, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 14 de março de 1934, p.6.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1174, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 8 de agosto de 1934, p.4 e 8.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1175, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 15 de agosto de 1934, p.4.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1191, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 5 de dezembro de 1934, p.3.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1238, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 9 de setembro de 1936, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1267, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de maio de 1936, p.4.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1302, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de janeiro de 1937, p.6.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1434, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 2 de agosto de 1939, p.4.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1435, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 9 de agosto de 1939, p.6.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1437, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 23 de agosto de 1939, p.17.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1439, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 6 de setembro de 1939, p.6.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1467, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de março de 1940, p.10.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1470, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 10 de abril de 1940, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1473, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 1 de maio de 1940, p.4.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1492, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 1 de setembro de 1940, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1565, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 2 de fevereiro de 1944, p.4.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1567, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 18 de fevereiro de 1942, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1621 Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 3 de março de 1943, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1628 Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 21 de abril de 1943, p.4.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1667, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 12 de dezembro de 1945, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1675, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 15 de março de 1944, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1703, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de setembro de 1944, p.3.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1736, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 16 de maio de 1945, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1739, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 6 de junho de 1945, p.16.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1750, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 22 de agosto de 1945, p.4.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1754, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 19 de setembro de 1945, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1756, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 3 de outubro de 1945, p.4.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1758, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 17 de outubro de 1945, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1770, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 9 de janeiro de 1946, p.6.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1773, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 30 de janeiro de 1946, p.4.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1774, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 6 de fevereiro de 1946, p.4.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1775, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 13 de fevereiro de 1946, p.10.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1776, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de fevereiro de 1946, p.4.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1780, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 20 de março de 1946, p.10.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1824, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 22 de janeiro de 1947, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1842, Propriedade da Sociedade Nacional de Tipografia, 28 de maio de 1947, p.5.

Modas & Bordados. Vida Feminina, nº 1846, Sociedade Nacional de Tipografia, 25 de junho de 1947, p. 1.

Mulher. Modas & Bordados, nº 3379, Empresa Pública dos Jornais Século e Popular, 2 de fevereiro de 1977, p. 3.

Anexos

Anexos

Anexo 1 - Descrição das Unidades de Registo

1. Tema – A definição desta Unidade de Registo seguiu os parâmetros do jornalismo da época em análise (1928-1947) no que diz respeito à divisão dos conteúdos noticiosos segundo o que tratam. O objetivo é perceber quais os temas mais proeminentes na revista *Modas & Bordados*.
2. Referentes – Abrange os assuntos que cada artigo selecionado aborda de uma maneira mais pormenorizada do que considerando apenas as temáticas.
3. O papel da mulher na sociedade – Emancipação feminina – Tendo em conta cada tema proposto, o objetivo é saber de forma mais específica qual o assunto central de cada artigo.
4. A mulher em Portugal – Nesta Unidade de Registo aplica-se o mesmo raciocínio (e também variáveis) da anteriormente referida, mas aplicada à realidade da mulher portuguesa.
5. Género – Abrange um conjunto de géneros jornalísticos que são utilizados pela imprensa escrita. Pretende-se perceber de que forma a informação é representada. A descrição, interpretação ou opinião afiguram-se como as principais características que podem ser analisadas em cada conteúdo.
6. Espaço - O objetivo desta Unidade de Registo é entender de que forma o espaço internacional se enunciava na publicação. Assim sendo, é realizada a divisão entre o “espaço nacional” e “espaço internacional” e, posteriormente, especifica-se mais pormenorizadamente a segunda categoria. Neste sentido, estabelece-se um conjunto de países representativos das mais diversas partes do mundo e analisa-se a sua frequência e os assuntos mais tratados no seu âmbito.
7. Enfatização – Permite perceber o destaque dado a cada conteúdo, através da sua organização/ hierarquização.
8. Tamanho – Tal como o próprio nome assim o indica, pretende-se saber o tamanho ocupado por cada um dos artigos selecionados, de forma a perceber quais é que mereciam mais espaço e, portanto, desenvolvimento (sinónimo de importância).
9. Página par/ímpar – Pretende-se conhecer que artigos se encontram publicados nas páginas pares ou ímpares.

Anexo 2 - Descrição das Categorias de análise

1. Tema

- 1.1 Política – Insere todos os conteúdos relacionados com temas políticos, nomeadamente, Estado ou órgãos. No caso específico da presente investigação considerou-se os que iam de encontro às exigências feitas pelos movimentos feministas, pelas mulheres que lutavam pela igualdade de géneros, ou reflexões sobre o espaço ocupado pelo sexo feminino neste âmbito. Exemplo: Direito da mulher ao voto, a presença feminina nos parlamentos, entre outros.
- 1.2 Sociedade – Reporta todas as situações ou conteúdos relacionados com a sociedade civil, mas do ponto de vista feminino. Reflexões sobre o papel da mulher num determinado âmbito, caracterização do estilo de vida do sexo feminino, opiniões de grandes personalidades são exemplo de matérias que se enquadram em “sociedade”. Esta Categoria de Análise é, de todas, a mais ambivalente, pelos inúmeros assuntos que pode integrar quando o objetivo é perceber como o papel da mulher na sociedade é entendido e definido pela revista.
- 1.3 Economia – Integra todos os acontecimentos relacionados com aspetos económicos, do ponto de vista de personalidades femininas que se destacaram neste setor. Encara, igualmente, os conteúdos que refletem sobre a presença e contributo do sexo feminino para o desenvolvimento económico de uma determinada organização, instituição, ou mesmo país.
- 1.4 Cultura – Regista todos os acontecimentos relacionados com mulheres distintas nas artes, quer pelo seu percurso, quer pelo seu contributo para a valorização da vida artística.
- 1.5 Pessoas – Contém todos os conteúdos que se focam em absoluto numa determinada personalidade ou figura distinta.

2. Referentes

- 2.1 Educação – Todos os conteúdos relativos à educação/ instrução da mulher portuguesa ou internacional.
- 2.2 Eventos da revista – Artigos referentes a iniciativas organizadas pela *Modas & Bordados*. (Exemplo: Certame das Mulheres Portuguesas).

- 2.3 Personalidades distintas/literatura – Conteúdos que fazem referência a personalidades femininas cuja carreira se destacou no campo das letras.
- 2.4 Personalidades distintas/música - Conteúdos que fazem referência a personalidades femininas cuja carreira se evidenciou na música
- 2.5 Personalidades distintas/ Cinema - Conteúdos que fazem referência a personalidades femininas cuja carreira se evidenciou no cinema.
- 2.6 Personalidades distintas/Ciência - Conteúdos que fazem referência a personalidades femininas cuja carreira se evidenciou na ciência.
- 2.7 Personalidades distintas/ Pintura - Conteúdos que fazem referência a personalidades femininas cuja carreira se evidenciou na pintura.
- 2.8 Personalidades distintas/Realeza - Conteúdos que fazem referência a personalidades femininas que faziam parte de famílias reais (exemplo: Família real britânica).
- 2.9 Personalidades distintas/Dança - Conteúdos que fazem referência a personalidades femininas cuja carreira se evidenciou na dança.
- 2.10 Personalidades distintas/teatro - Conteúdos que fazem referência a personalidades femininas cuja carreira cresceu no teatro.
- 2.11 Personalidades distintas/ desporto - Conteúdos que fazem referência a personalidades femininas que conseguiram se destacar na prática desportiva, independentemente da modalidade.
- 2.12 Personalidades distintas/Socialmente - Conteúdos que fazem referência a personalidades femininas cuja carreira se evidenciou no campo social (exemplo: Obras de caridade).
- 2.13 Personalidades distintas / Outras profissões - Conteúdos que fazem referência a personalidades femininas cuja carreira se evidenciou noutras áreas profissionais, que não as citadas.
- 2.14 O papel da mulher na sociedade – Artigos que refletem sobre a maneira como o sexo feminino é visto pela sociedade ocidental, particularmente, a portuguesa.
- 2.15 A mulher e o lar – Conteúdos que abordam a vida da mulher como dona de casa, mas de uma forma não conservadora (Exemplo: Divisão das tarefas domésticas entre o casal).

- 2.16 A mulher e a política – Conteúdos que abordam a presença da mulher na política, quer como cidadã, quer no âmbito de uma carreira nesta área (Exemplo: Mulheres no Parlamento).
 - 2.17 Emancipação feminina – Artigos que abordam a independência da mulher, que consequentemente leva à sua emancipação.
 - 2.18 Inquéritos da revista – Inquéritos realizados pela *Modas & Bordados* às leitoras.
3. O papel da mulher na sociedade – Emancipação feminina
 - 3.1 Entrada das mulher em profissões distintas – Engloba todos os casos de mulheres que conseguiram singrar em carreiras de grande estatuto, cuja preparação e formação exigidas eram elevadas (Exemplo: Ciência, Arquitetura, Literatura, Pintura, Canto, Medicina, etc.).
 - 3.2 Feminismo – Insere todos os artigos que falavam sobre o feminismo e assuntos relacionados com os movimentos pelos direitos das mulheres.
 - 3.3 Igualdade económica entre géneros – Trata todos os conteúdos que abordavam a importância de se alcançar a igualdade entre sexos do ponto de vista económico (Exemplo: Salários iguais para o mesmo trabalho).
 - 3.4 Independência económica feminina – No seguimento da igualdade económica entre géneros vem a necessária independência económica da mulher. O objetivo é que usufrua de uma liberdade financeira que não a obrigue a ficar dependente do marido para sustentar a família, ou até a si mesma.
 - 3.5 A presença e o profissionalismo da mulher no mercado de trabalho – São fornecidos exemplos de sucesso relativos a mulheres que conseguiram o seu emprego. Esta Categoria de Análise integra da mesma forma reflexões sobre as medidas a tomar para aumentar as possibilidades de cada mulher conseguir construir uma carreira, se assim o desejar, e ainda sobre a realidade daquelas que o conseguiram, mas que não usufruem de todos os seus direitos, quando comparadas com o sexo oposto.
 - 3.6 Carreiras distintas – Compreende todos os artigos protagonizados por figuras distintas (mulheres) nas mais variadas áreas profissionais.

- 3.7 Valorização do espírito crítico das mulheres – Integra todos os conteúdos que apelavam à necessidade de se valorizar, cada vez mais, o pensamento feminino nas mais diversas áreas. Neste âmbito são enunciados igualmente exemplos de mulheres que conseguiram inverter esta realidade ao longo da sua vida profissional.
- 3.8 Mudança de mentalidades na sociedade/ Igualdade de comportamento entre os sexos – São contemplados todos os artigos que defendem uma mudança de pensamento relativamente à forma como as mulheres se devem comportar em determinadas circunstâncias, apenas por serem... mulheres. Dentro desta perspetiva são denunciados casos de abuso em relação ao sexo feminino dentro de casa (violência doméstica), no trabalho, ou na sociedade.
- 3.9 Vida pessoal (casamento, família e filhos) – Regista todos os casos relacionados com o aspeto mais pessoal do quotidiano feminino e de que maneira também aqui se podem registar melhorias na vida da mulher.
- 3.10 Organização doméstica – Reúne todos os artigos que refletiam sobre a vida da mulher como dona de casa, mas segundo uma perspetiva de mudança de mentalidade (Exemplo: Divisão de tarefas domésticas entre marido e mulher).
- 3.11 A mulher e os carros (condução, mecânica) – Encerra todos os conteúdos relativamente à “relação” do sexo feminino com os carros, quer do ponto de vista da condução, quer do da mecânica. Nesta categoria de análise estão também inseridos os eventos sobre desportos com carros, por exemplo, corridas/rally.
- 3.12 Representação da mulher na política – Enquadra todos os conteúdos relacionados com a presença feminina no âmbito político (Exemplo: Direito de voto feminino, mulheres com carreira política, etc.).
- 3.13 Igualdade de direitos entre os sexos – Engloba todos os artigos que refletem sobre a importância de mulher e homem partilharem os mesmos direitos, seja a nível social, político, económico, etc.
- 3.14 Melhoria da qualidade de vida – Integra os conteúdos que apelam à melhoria do quotidiano feminino, seja em casa como esposa e mãe, seja na sua vida profissional. Estão também incluídas reflexões sobre o que ainda faltava na sociedade para que a mulher usufruísse do que à partida teria direito como cidadã.

- 3.15 Instrução/Educação da mulher – Abrange todos os conteúdos publicados que refletiam sobre a importância da mulher ter acesso a uma educação de qualidade que lhe desse as ferramentas necessárias para exercer a profissão que desejasse no futuro e não apenas aquela considerada “apropriada” ao seu sexo.
- 3.16 A luta das mulheres pelos direitos no estrangeiro – Compreende todos os conteúdos que falavam sobre as ações de movimentos feministas, ou apenas de mulheres (a nível individual) em prol dos direitos das mulheres, a nível político, económico, educacional, entre outros.
- 3.17 A mulher e o desporto – Nesta categoria foram inseridos os conteúdos que demonstraram o papel ocupado pela mulher no desporto, fosse como atleta, ou apenas como praticante.
- 3.18 Projetos/Ações de solidariedade – Todos os acontecimentos da responsabilidade de mulheres cujo objetivo era o benefício de pessoas necessitadas, por exemplo, orfanatos.
- 3.19 Feitos históricos femininos – Conteúdos sobre figuras femininas cuja biografia ficou registada na história pelo que conseguiram alcançar profissionalmente.
- 3.20 Inquéritos da revista – Esta Categoria de Análise abrange todos os inquéritos feitos pela *Modas & Bordados* que apelavam à reflexão das leitoras sobre os assuntos propostos (Exemplo: O direito da mulher à educação).
- 3.21 A mulher e a guerra – Enquadra todos os conteúdos que falavam sobre o papel fundamental desempenhado pela mulher no esforço de guerra.
- 3.22 Os direitos da mulher – Inclui os artigos nos quais se reflete sobre o papel da mulher na sociedade, neste caso, como cidadã. Os direitos já conseguidos pelas reivindicações e o longo caminho que ainda faltava percorrer para conseguir tantos outros (exemplo: voto para todas as mulheres) eram alguns dos assuntos mais discutidos.

4. A mulher em Portugal

Para realizar a análise de conteúdo na presente investigação, uma das Categorias de Análise que se estabeleceu foi “A mulher em Portugal”. O objetivo foi distinguir os

artigos que se referiam à mulher em geral, daqueles que apenas focavam o caso da portuguesa. Assim, optou-se por estabelecer as mesmas variáveis que já tinham sido consideradas em “O papel social da mulher – Emancipação feminina”, para estudar de forma, igualmente pormenorizada, a realidade em Portugal. Deste modo, e como já foi referido, todas as variáveis propostas são iguais à Categoria anteriormente descrita, à exceção de duas que serão descritas na lista que se segue. Para todas as outras, as definições sugeridas antes, aplicam-se.

- 4.1 Entrada das mulher em profissões distintas
- 4.2 Feminismo
- 4.3 Independência económica feminina
- 4.4 Valorização do espírito crítico das mulheres
- 4.5 Mudança de mentalidades na sociedade/ Igualdade de comportamento entre os sexos
- 4.6 Vida pessoal (casamento, família e filhos)
- 4.7 Organização doméstica
- 4.8 A mulher e os carros (condução, mecânica)
- 4.9 Representação da mulher na política
- 4.10 Carreiras distintas
- 4.11 Melhoria da qualidade de vida
- 4.12 Instrução/Educação da mulher
- 4.13 A mulher e o desporto
- 4.14 Projetos/Ações de solidariedade
- 4.15 Os direitos das mulheres
- 4.16 Opiniões de personalidades estrangeiras – Enquadra todos os artigos onde se podem ler as opiniões fornecidas por figuras estrangeiras relativamente à mulher portuguesa
- 4.17 Portuguesa no trabalho – Inclui casos de mulheres portuguesas que conseguiram alcançar um lugar de destaque na sua área profissional. Enquadra ainda reflexões sobre a realidade vivida por portuguesas que mantêm uma carreira fora de casa, assim como, os principais objetivos a serem atingidos neste âmbito, para que a vida pessoal não impeça a mulher de chegar à sua plenitude como profissional

5. Géneros jornalísticos

A definição dos géneros “notícia”, “breve”, “reportagem”, “entrevista” e “comentário” foi baseada no título de Fernando Cascais, *Dicionário de Jornalismo – as palavras do media* (2001). Os restantes géneros foram definidos pela autora da dissertação, de acordo com as características do periódico em estudo.

5.1 Notícia

Género básico de tratamento jornalístico da atualidade. Texto relativamente curto ou conjunto breve de imagens que representam um acontecimento, respondendo às questões de referência pertinentes no caso (quem, onde, quando, o quê, como, porquê). Sendo o mais comum é também um dos conceitos mais difíceis de definir, pois ganha os contornos das épocas que atravessa. (...) As notícias, refletindo a realidade através dos olhos dos jornalistas, acabam por ser a matéria de que a própria realidade é feita aos olhos do público. (...) Sendo relativamente curta, a notícia obedece geralmente a planos preconcebidos e testados como a conhecida pirâmide invertida, que facilitam o tratamento e a difusão da informação. São três elementos fundamentais de uma notícia: o acontecimento (que implica uma ação), uma informação (o relato compreensível da ação) e o público (a quem é dirigida esta informação) (Cascais, 2001, p. 140).

5.2 Breve

Notícia resumida em poucas linhas, normalmente publicada em blocos, com ou sem título, e enunciando o acontecimento a partir da resposta a algumas das questões de referência clássicas (quem, o quê, onde quando?), sem desenvolvimento. Como género jornalístico corresponde à mínima informação selecionada e tratada para ser publicada. Apesar da sua brevidade é, por isso mesmo, um dos géneros com maior índice de leitura (Cascais, 2001, p. 39).

5.3 Reportagem

Género informativo principal do jornalismo, através do qual o jornalista procura transmitir ao público leitor/ouvinte/telespectador a informação e a impressão que colheu em contacto com os acontecimentos que relata. O elemento fundamental na reportagem é este contacto direto do jornalista com o acontecimento, os seus locais, personagens, ações, e a arte da reportagem é saber transmitir através do texto, som ou imagens o que o repórter viu, ouviu, sentiu perante os factos que narra. (...) A reportagem implica subjetividade, pois nela é fundamental a impressão do repórter, mas as suas impressões transmitem-se ao público pelos factos que ele selecionou, tratou e relata, não pela suas opiniões (Cascais, 2001, p. 167).

5.4 Entrevista

Género jornalístico e técnica de investigação e recolha de informação. Como género autónomo, é o relato de uma conversa/diálogo (na imprensa) ou o próprio diálogo (na rádio e na televisão), em que um entrevistador (o jornalista) coloca perguntas (as que nesse momento o público gostaria de colocar) a um entrevistado. Como instrumento de recolha de informação ou obter a informação necessária ao tratamento do assunto. A entrevista é um dos atos fundadores do jornalismo profissional, ou do nascimento do repórter (Cascais, 2001, p. 81).

5.5 Comentário

Designação que também se dá na imprensa a um artigo de opinião e que na informação desportiva, escrita e audiovisual, se consagrou como uma análise, ou um relato comentado, de uma competição (Cascais, 2001, p. 51).

5.6 Análise – Na presente investigação a análise abrange todos os artigos cuja autora refletia sobre um assunto escolhido previamente (Exemplo: A mulher portuguesa no trabalho). Neste género de conteúdos a questão é contextualizada do ponto de vista social, e posteriormente, são adiantados as suas características positivas e negativas.

5.7 Opinião – Definiu-se opinião como um género jornalístico que define a partilha de ideias ou crenças sobre um determinado facto ocorrido na sociedade portuguesa ou internacional. Neste género também se inserem todos os comentários feitos por colaboradoras da *Modas & Bordados* às mensagens recebidas pelas leitoras, através de cartas.

5.8 História/ conto – Embora não seja considerado na íntegra um género noticioso, optou-se por estabelecer na presente análise a “história/ conto”. Isto, porque a *Modas & Bordados* em determinadas ocasiões publicava conteúdos deste tipo para passar uma mensagem sobre o papel da mulher na sociedade que considerava relevante.

5.9 Biografia – O motivo pelo qual estabeleceu-se esta variável prende-se com o facto de a revista publicar, por várias vezes, a história de vida de figuras que se destacaram na evolução do papel social da mulher, essencialmente, a nível profissional e político. Em algumas ocasiões eram relatados os percursos de personalidades que o mereciam quer já tivessem falecido ou não.

5.10 Inquérito - Os inquéritos na publicação caracterizavam-se por uma determinada questão que era colocada às leitoras ou a personalidades da elite cultural portuguesa e, posteriormente, pela apresentação e comentário das

várias respostas recebidas. Desta forma apelava-se a uma mudança de mentalidades e à discussão das grandes necessidades de mudança.

6. Espaço

Os espaços internacionais considerados para a investigação foram:

- 6.1 Estados Unidos da América
- 6.2 Europa Ocidental
- 6.3 Península Ibérica
- 6.4 Rússia (antiga URSS)
- 6.5 Países da Ásia Central
- 6.6 Países Árabes
- 6.7 Médio Oriente
- 6.8 Sudeste Asiático
- 6.9 América Latina
- 6.10 África
- 6.11 Europa Central
- 6.12 América do Norte
- 6.13 América do Sul

7. Enfatização

- 7.1 Capa – Conteúdos ou protagonistas que apareciam na capa da *Modas & Bordados*.
- 7.2 Subcapa – A revista em análise era provida de duas capas. Na primeira apareciam, na sua grande maioria, as imagens de personalidades ou de eventos que mereciam destaque. Na segunda surgiam “chamadas de capa”, isto é, o resumo de peças que se encontravam desenvolvidas dentro a publicação. Deste modo, a subcapa foi analisada e tida em conta, devido à riqueza dos seus conteúdos.
- 7.3 Páginas 1-5 – Todos os artigos publicados entre a primeira e a quinta página, inclusive.
- 7.4 Páginas 6-10 – Todos os artigos publicados entre a sexta e a décima página, inclusive.

7.5 Páginas 11-15 – Todos os artigos publicados entre a décima primeira e a décima quinta página, inclusive.

7.6 Páginas 16-20 – Todos os artigos publicados entre a décima sexta e a vigésima página, inclusive.

8. Tamanho

8.1 Entrada – Considerada também como breve, este género de conteúdo ocupa menos que meia página.

8.2 Meia página – Artigos que ocupavam até meia página.

8.3 1 Página – Artigos que ocupavam uma página completa.

8.4 Até duas páginas – Artigos que ocupavam mais de uma página, até duas.

8.5 Mais de duas páginas – Artigos que ocupavam mais do que duas páginas.

9. Página par/ ímpar

Nesta categoria de análise apenas se pretende saber em que páginas os artigos selecionados eram publicados: páginas pares ou ímpares. Esta é uma importante distinção, tendo em conta que no mundo do jornalismo, os artigos que surgem nas páginas ímpares são considerados os mais relevantes, porque também são aqueles que, como aparecem na página direita, atraem mais rapidamente o contacto visual do leitor.

Anexo 3 - Tabelas referentes aos dados obtidos com a análise de conteúdo

As tabelas enunciadas encontram-se em formato digital. O leitor poderá consultá-las no CD que acompanha a presente dissertação.